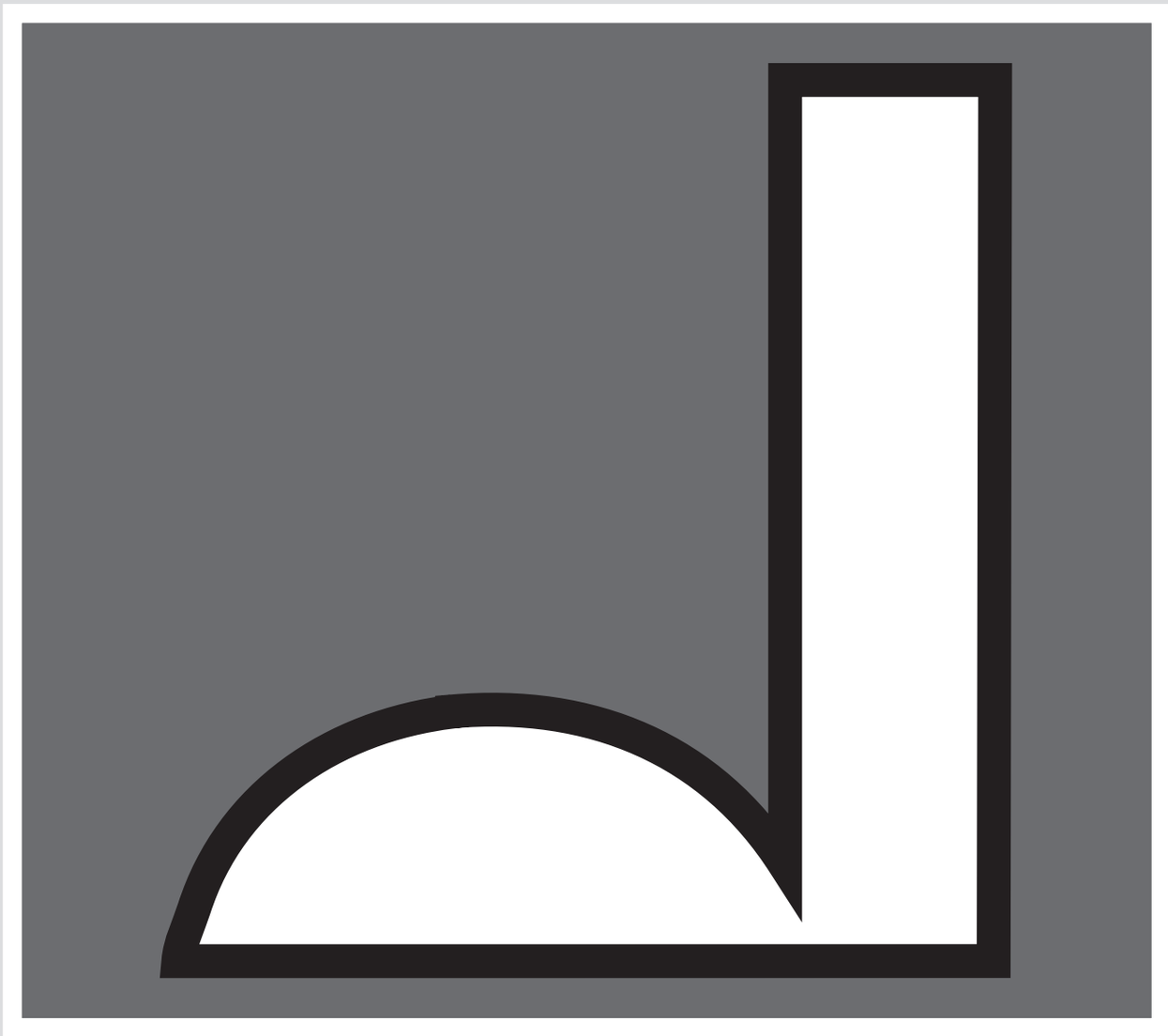
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 057 - QUINTA-FEIRA, 1 DE MAIO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE	**3º SECRETÁRIO**
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE	**4º SECRETÁRIO**
Tião Viana - (PT-AC)	Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE	
Alvaro Dias - (PSDB-PR)	**Suplentes de Secretário**
1º SECRETÁRIO	**1º** - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
Efraim Morais - (DEM-PB)	**2º** - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
2º SECRETÁRIO	**3º** - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
Gerson Camata - (PMDB-ES)	**4º** - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria **(PMDB) - 19** **Líder** **Valdir Raupp - PMDB** Vice-Líder ..... **Líder do PMDB - 19** **Valdir Raupp** Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	**Bloco de Apoio ao Governo** **(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21** **Líder** **Ideli Salvatti - PT** Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... **Líder do PT - 12** **Ideli Salvatti** Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns **Líder do PR - 4** **João Ribeiro** Vice-Líder do PR Expedito Júnior **Líder do PSB - 2** **Renato Casagrande** Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares **Líder do PC DO B - 1** **Inácio Arruda** **Líder do PP - 1** **Francisco Dornelles** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Bloco Parlamentar da Minoria** **(DEM/PSDB) - 27** **Líder** **Demóstenes Torres - DEM** Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ..... **Líder do DEM - 14** **José Agripino** Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves **Líder do PSDB - 13** **Arthur Virgílio** Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 **Líder** **Epitácio Cafeteira - PTB** Vice-Líder Sérgio Zambiasi ..... **PDT - 5** **Líder** **Jefferson Peres - PDT** Vice-Líder Osmar Dias	**PSOL - 1** **Líder** **José Nery - PSOL** Vice-Líder	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal **Júlio Werner Pedrosa** Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações **José Farias Maranhão** Diretor da Subsecretaria Industrial	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal **Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata **Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 66ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nºs 80, de 2008 (nº 221/2008, na origem) e 81, de 2008 (nº 222/2008, na origem), de 24 do corrente, *restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, e do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, e transformados nas Leis nºs 11.622 e 11.663, de 2008,* respectivamente... 11170

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006 (nº 5.245/2005, na Casa de origem). 11170

Recebimento do Aviso nº 24, de 2008 (nº 351/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 647/2008, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, que negou provimento a Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão 1.062/2007, proferido nos autos do processo nº TC 004.395/99-9, referente a acompanhamento de procedimentos administrativos atinentes à construção de nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI). 11170

1.2.3 – Aviso Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 26/2008, de 24 do corrente, encaminhando cópia do inteiro teor do pronunciamento feito pelo Excelentíssimo Sr. Ministro Marcos Vinicios Vilaça, em 23 do corrente, na Sessão Ordinária do Plenário daquele Tribunal..... 11170

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, que *altera o § 2º do art.15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para reduzir de cinqüenta para vinte e cinco o percentual máximo de ações preferenciais em relação ao total das ações emitidas...* 11171

Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, que *altera o caput do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), para aumentar de oitenta para noventa o percentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle.* 11174

Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2008, de autoria do Senador Aldemir Santana, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal.* 11176

Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008, de autoria do Senador Aldemir Santana, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal*..... 11177

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2008, de autoria do Senador Aldemir Santana, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina, no Distrito Federal*..... 11178

Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2008, de autoria do Senador Aldemir Santana, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal.* 11178

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem.* 11179

1.2.5 – Discurso do Expediente

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas, que atribuiu o rendimento dos alunos da referida Universidade no Enade, ao QI dos baianos. 11180

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 509, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de repúdio à notícia veiculada no jornal Folha de S. Paulo, creditada ao Professor Antônio Dantas.* 11181

Nº 510, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, *solicitando que seja considerada como missão política sua ausência dos trabalhos da Casa no*

dia 17 do corrente, quando participou de diligências como Presidente da Comissão Temporária Externa, criada no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na cidade de Belém, Estado do Pará. 11182

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Reforça as palavras do Senador Geraldo Mesquita Júnior, em pronunciamento sobre a ofensa ao povo baiano... 11182

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas. 11182

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 511, de 2008, de autoria do Senador César Borges e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de censura ao coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Antonio Dantas*... 11183

Nº 512, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso pelos 65 anos da publicação da Consolidação das Leis do Trabalho*. 11184

Nº 513, de 2008, de autoria do Gerson Camata, *solicitando voto de congratulações aos Srs. Egídio Malanquini e José Guilherme Lima*. 11184

Nº 514, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do presidente do jornal* **O Povo***, Demócrito Rocha Dummar*..... 11185

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *JOSÉ MARANHÃO*, como Líder – Considerações sobre a veiculação, pela imprensa internacional, da alta do preço dos alimentos. Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas. 11186

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas. Registro do assassinato do Sr. Edson Dutra Barros. Comemoração dos sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 11189

SENADOR *MARCO MACIEL* – Registro do transcurso do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, e a realização da III Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa. 11191

SENADOR *MÃO SANTA* – Apelo para que haja investimentos do Governo nas universidades públicas brasileiras. 11194

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Registro da presença, ontem, no Senado Federal, do Vice-Presidente eleito do Paraguai, Frederico Franco, quando foi discutida a transparência da gestão da Binacional Itaipu. 11195

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Homenagem aos trabalhadores brasileiros pelo transcurso, amanhã, do Dia do Trabalho. Comentário sobre matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, intitulada "Brasileiro trabalha metade da vida para o fisco, diz estudo". Registro do 4º Encontro Regional do PSDB do Pará..... 11202

SENADOR *PEDRO SIMON* – Reflexão sobre a perda dos valores fundamentais, pela sociedade..... 11204

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Registro da inauguração de pronto-socorro no Estado de Teresina, no Piauí. Indignação com o corte de recursos orçamentários destinados às Forças Armadas brasileiras. Os baixos investimentos do Brasil na área de educação. 11209

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 515, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros senhores Senadores, *solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, em 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 12 de maio de 2008*..... 11211

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Reflexão sobre a avaliação realizada pelo MEC em cursos de medicina. Associa-se ao repúdio ao coordenador do curso de Medicina do Estado da Bahia. 11213

SENADOR *JOSÉ SARNEY* – Congratulações ao povo e ao Governo pela solidez da economia brasileira. Congratulações com o povo paraguaio pela eleição do Bispo Lugo à Presidência daquela nação. Reflexões sobre a questão da Binacional Itaipu. 11214

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES*, como Líder – Felicita o pronunciamento do Senador José Sarney. Considerações sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A distribuição injusta das faculdades de medicina no País..... 11219

1.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 6:

Item 1

Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica*..... 11221

Item 2

Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e*

cinqüenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica...... 11222

Item 3 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, *que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro)*..... 11222

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007*..... 11222

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*..... 11222

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*..... 11222

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.* 11222

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*..... 11223

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)*..... 11223

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*..... 11223

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*..... 11223

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*..... 11223

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*..... 11224

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001;90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*.. 11224

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*..... 11224

Item 16 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*..... 11224

Item 17

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela

Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências*..... 11224

Item 18

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família*..... 11224

Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas)*.. 11225

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*..... 11225

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*..... 11225

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)*..... 11225

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*..... 11225

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*..... 11225

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* ... 11225

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*..... 11226

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do* caput *do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*..... 11226

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*..... 11226

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do* caput *do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*..... 11226

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*..... 11226

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.* 11226

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*..... 11227

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*..... 11227

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973,* que *dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*..... 11227

Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.* 11227

Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.* 11227

Item 37 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*... 11227

Item 38 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*.... 11227

Item 39 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,* que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* 11228

Item 40

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*..... 11228

Item 41 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.* 11228

Item 42

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.* 11228

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.* 11228

Item 44

Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.* 11228

Item 45

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*..... 11228

Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*... 11229

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Flores-*

tal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 11229

Item 48

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.* 11229

Item 49

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko,* que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa*..... 11229

Item 50

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País*..... 11229

Item 51

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remissa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado*..... 11229

Item 52 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.* 11229

Item 53

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 11230

Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".*..... 11230

Item 55 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.* 11230

Item 56

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*..... 11230

Item 57 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.* 11230

Item 58

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria*..... 11230

Item 59

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria*..... 11230

Item 60

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco*..... 11231

Item 61

Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões cons-*

tantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária...... 11231

Item 62

Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria*..... 11231

Item 63

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*..... 11231

Item 64

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria*..... 11231

Item 65

Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde.)* 11231

Item 66

Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria*.... 11231

Item 67

Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*.. 11231

Item 68

Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*..... 11232

Item 69

Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria. (Liberdade de manifestação do pensamento e de informação.)*..... 11232

Item 70

Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.(Regionalização da programação de rádio e TV)..... 11232

Item 71 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt*..... 11232

Item 72 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*..... 11232

Item 73

Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática)*..... 11232

Item 74

Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*..... 11232

Item 75

Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*..... 11232

Item 76

Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de*

Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais). 11233

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *GEOVANI BORGES* – A questão da construção de uma segunda pista de pouso e decolagem no Aeroporto Internacional de Macapá..... 11233

SENADOR *JOSÉ NERY* – Saudação aos trabalhadores brasileiros pelo transcurso, amanhã, do Dia do Trabalho..... 11234

SENADORA *ROSALBA CIARLINI* – Homenagem aos trabalhadores brasileiros. Apelo à Câmara dos Deputados pela votação do reajuste do salário dos aposentados. Necessidade de que o Governo socorra os agricultores nordestinos..... 11235

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Reflexão sobre a situação do trabalhador brasileiro, por ocasião da passagem do "Dia Internacional do Trabalho". 11237

SENADOR *VALTER PEREIRA* – A crise no comércio internacional e a escalada dos preços dos alimentos. As perspectivas brasileiras com o avanço do biocombustivel. 11238

SENADOR *PAULO PAIM* – Homenagem aos trabalhadores brasileiros. Comemoração pelo apoio da CNBB a redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Registro das movimentações sociais pelo fim do fator previdenciário e reajuste dos aposentados e pensionistas. Considerações sobre os 120 anos da abolição da escravatura. Homenagem aos 65 anos da CLT. 11240

1.3.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 510, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado. .....** 11246

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR *MÃO SANTA* – Exaltação ao esforço e homenagem ao trabalhador brasileiro. 11246

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Reflexão sobre a falta de investimento na educação de base e o baixo desempenho das universidades brasileiras. 11248

SENADORA *KÁTIA ABREU* – Reflexão sobre o assassinato da menina Isabela e da violência cometida contra as crianças brasileiras..... 11250

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada "Consultor ataca sugestão do Ipea para conter dólar", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 de março último..... 11253

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada "Governo federal é grande braço do MST", publicada no jornal **O Liberal**, edição de 20 de abril do corrente..... 11255

SENADORA *PATRÍCIA SABOYA* – Voto de pesar pelo falecimento do presidente do jornal **O Povo**, Demócrito Rocha Dummar. 11256

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 30/4/2008

3 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 830, de 2008. 11257

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 66ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Mão Santa e da Sra. Rasalba Ciarlini

(Às 14 horas acham-se presentes as Sras. e os Srs. Senadores.)

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/4/2008 07:35:21 até 30/4/2008 21:36:15

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
-	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

Compareceram: 53 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 80, de 2008 (nº 221/2008, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana, que altera as alíneas **b** e **c** e revoga a alínea **d** do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos cinco horas" para o fuso horário Greenwich "menos quatro horas", e da parte ocidental do Estado do Pará do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos três horas"", sancionado e transformado na Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008; e

– Nº 81, de 2008 (nº 222/2008, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007, sancionado e transformado na Lei nº 11.663, de 24 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2006** (nº 5.245/2005, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 24, de 2008** (nº 351/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 647/2008, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, que negou provimento a Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão 1.062/2007, proferido nos autos do processo nº TC 004.395/99-9, referente a acompanhamento de procedimentos administrativos atinentes à construção de nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI).

A matéria, juntada ao processado do Aviso nº 9, de 2002, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 26, DE 2008

Aviso nº 419-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 24 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Transmito a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do inteiro teor do pronunciamento feito pelo Excelentíssimo Sr. Ministro Marcos Vinicios Vilaça em 23-4-2008, na Sessão Ordinária do Plenário deste Tribunal.

Respeitosamente, – **Walton Alencar Rodrigues,** Presidente.

COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Senhor Representante do Ministério Público,

Jornais deste fim-de-semana noticiam que o novo Governo paraguaio tem como prioridade a revisão das tarifas pactuadas pela utilização da energia produzida na hidrelétrica binacional de Itaipu.

Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, que constitui o instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países.

O artigo VI do Tratado estabelece que seu anexo "C" fixará as "bases financeiras e de prestação de serviços de eletricidade de Itaipu".

Segundo esse anexo, as disposições nele contidas poderão ser revistas após 50 anos de sua assinatura, ou seja, somente depois de abril de 2023, levando-se em conta o grau de amortização das dívidas de Itaipu e a relação das potências contratadas pelo Brasil e Paraguai.

Diante dessa situação fática, proponho que este Plenário, no contexto do acompanhamento geral das contas públicas, determine à Segecex que, no prazo de 15 dias, informe a este Colegiado, por intermédio do Ministro-Relator dos processos da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, detentora da metade do capital da Itaipu Binacional:

– a situação do Tratado, quanto o cumprimento atual das cláusulas econômicas;

– o nível de endividamento da empresa binacional e o fluxo de pagamento da dívida;

– a forma como vem ocorrendo o aproveitamento pelo Brasil e Paraguai da energia produzida.

Proponho, ainda, que o Relator seja quinzenalmente informado sobre negociações que possam estar ocorrendo com vistas a eventual modificação do acordo bilateral no âmbito dos Ministérios das Relações Exteriores, de Minas e Energia e da Eletrobrás.

Por fim, sugiro que esta comunicação seja encaminhada aos Ministérios das Relações Exteriores, de Minas e Energia e aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Eletrobrás.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2008. – **Marcos Vinicios Vilaça,** Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O aviso que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2008

Altera o § 2º do art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para reduzir de cinqüenta para vinte e cinco o porcentual máximo de ações preferenciais em relação ao total das ações emitidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.15. .....

.....

§ 2º O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar vinte e cinco por cento do total das ações emitidas. (NR)"

Art. 2º A alteração de direitos conferidos às ações existentes em decorrência de adequação a esta Lei não confere o direito de recesso de que trata o art. 137 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, se efetivada até o término do ano seguinte ao de entrada em vigor desta Lei.

Art. 3º A proporção de que trata o § 2º do art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos termos da redação dada por esta Lei, será aplicada de acordo com o seguinte critério:

I – imediatamente às companhias novas;

II – às companhias fechadas existentes, no momento em que decidirem abrir o seu capital;

III – as companhias abertas existentes poderão manter proporção de até metade de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas, inclusive em relação a novas emissões de ações; e

IV – as companhias abertas existentes antes da edição da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, poderão manter proporção de até dois terços de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas, inclusive em relação a novas emissões de ações.

§ 1º Nas emissões de ações ordinárias por companhias abertas que optarem por se adaptar ao disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 6.404, de 1976, com a redação que lhe é conferida por esta Lei, poderá não ser estendido aos acionistas titulares de ações preferenciais, a critério da companhia, o direito de preferência a que se refere o art. 171, § 1º, alínea **b**, da Lei nº 6.404, de 1976.

§ 2º Uma vez reduzido o porcentual de participação em ações preferenciais, a companhia não poderá elevá-lo além do limite atingido.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, reduziu de dois terços para cinqüenta por cento o porcentual máximo de ações preferenciais, sem direito a voto ou com restrições a esse direito, que podem ser emitidas pela companhia. O limite máximo retornou ao porcentual permitido antes da edição da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que, entre outras alterações, elevou o limite máximo de emissão de ações preferenciais.

Quando da aprovação da Lei de 1976, grande parte das sociedades anônimas no Brasil era sociedade fechada, de forte caráter personalista e controlada por famílias. Essas empresas necessitavam obter recursos no mercado, mas o controle da empresa deveria permanecer concentrado nas mãos de poucos acionistas, que aportaram pequena parcela do capital social, de forma mais personalista do que hoje em dia.

A questão da separação entre propriedade e controle causa problemas quando o controlador, ao eleger a maioria dos administradores, sente-se em situação confortável para extrair benefícios privados em detrimento da companhia (**private benefits of control**), gerando enriquecimento dos controladores e administradores em detrimento dos investidores.

A valorização e a liquidez das ações refletem o grau de segurança e a qualidade das informações prestadas pelas companhias. A confiança dos investidores, fundamental para direcionar parte da poupança popular para a atividade produtiva, depende da ação das autoridades, tanto na tarefa de disciplinar os mercados, quanto no de fiscalizar gestores de fundos e companhias abertas e respectivos administradores.

A regulação do mercado de valores mobiliários requer adequada legislação societária e modelos de governança, com formulação de regras claras. A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) criou níveis diferenciados de governança corporativa, exigindo-se que o capital da companhia inserida na lista de empresas aderentes ao denominado Novo Mercado seja composto somente por ações ordinárias. A participação na capitalização de mercado dessas empresas (Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2) chega a cerca de 57% de participação na Bovespa, com tendência de valorização maior das ações desses segmentos em relação às demais.

Em consonância com o presente projeto, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.672, de 2001, que, entre outras alterações, propõe a extinção das ações preferenciais. Consta da justificação do projeto que a dupla estrutura do capital das sociedades anônimas

> é uma das causas da anemia do mercado de capitais brasileiro, ao lado da falta de transparência e da dificuldade de acompanhamento e fiscalização dos atos de gestão da maioria das companhias abertas, fruto ainda da tradição de predominância da empresa fechada, de controle familiar. A verdade é que as ações preferenciais já cumpriram o seu papel e o mercado demanda ação votante. Veja-se o exemplo do México, onde em menos de três meses foi aprovada a nova lei societária, cuja maior preocupação é zelar pelo interesse dos investidores, pela qualidade, eficiência, transparência e liquidez do mercado, além de ampliar e garantir direitos dos acionistas minoritários e limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do total a emissão de ações sem o direito de voto.

De acordo com a regra de transição prevista no art. 2º do projeto, a alteração do porcentual aplica-se: imediatamente às companhias novas, e em relação às companhias fechadas já existentes, apenas no momento em que decidirem abrir seu capital. As companhias abertas já existentes poderão manter proporção de até metade de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas, inclusive em relação a novas emissões de ações, e as companhias abertas existentes antes da edição da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, poderão manter proporção de até dois terços de ações preferenciais, em relação ao total de ações emitidas, inclusive em relação a novas emissões de ações.

A nosso ver, a tendência atual é de extinção das ações preferenciais e a presente iniciativa, ao propor a redução do porcentual máximo de ações sem direito a voto, complementa a modificação proposta no Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2006, recentemente aprovado nesta Casa, que estabelece a aquisição do direito a voto de titulares de ações preferenciais no caso de não-pagamento de qualquer dividendo pelo prazo de três anos consecutivos.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Antonio Carlos Júnior.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Vide texto compilado

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima

Características

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

SEÇÃO III
Espécies e Classes

Espécies

Art. 15. As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confiram a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.

§ 1º As ações ordinárias da companhia fechada e as ações preferenciais da companhia aberta e fechada poderão ser de uma ou mais classes.

~~*§ 2º O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.*~~

§ 2º O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinqüenta por cento) do total das ações emitidas. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

.....

Direito de Preferência

Art. 171. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital.

§ 1º Se o capital for dividido em ações de diversas espécies ou classes e o aumento for feito por emissão de mais de uma espécie ou classe, observar-se-ão as seguintes normas:

a) no caso de aumento, na mesma proporção, do número de ações de todas as espécies e classes existentes, cada acionista exercerá o direito de preferência sobre ações idênticas às de que for possuidor;

b) se as ações emitidas forem de espécies e classes existentes, mas importarem alteração das respectivas proporções no capital social, a preferência será exercida sobre ações de espécies e classes idênticas às de que forem possuidores os acionistas, somente se estendendo às demais se aquelas forem insuficientes para lhes assegurar, no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento;

c) se houver emissão de ações de espécie ou classe diversa das existentes, cada acionista exercerá a preferência, na proporção do número de ações que possuir, sobre ações de todas as espécies e classes do aumento.

§ 2º No aumento mediante capitalização de créditos ou subscrição em bens, será sempre assegurado aos acionistas o direito de preferência e, se for o caso, as importâncias por eles pagas serão entregues ao titular do crédito a ser capitalizado ou do bem a ser incorporado.

§ 3º Os acionistas terão direito de preferência para subscrição das emissões de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e partes beneficiárias conversíveis em ações emitidas para alienação onerosa; mas na conversão desses títulos em ações, ou na outorga e no exercício de opção de compra de ações, não haverá direito de preferência.

§ 4º O estatuto ou a assembléia-geral fixará prazo de decadência, não inferior a 30 (trinta) dias, para o exercício do direito de preferência.

§ 5º No usufruto e no fideicomisso, o direito de preferência, quando não exercido pelo acionista até 10 (dez) dias antes do vencimento do prazo, poderá sê-lo pelo usufrutuário ou fideicomissário.

§ 6º O acionista poderá ceder seu direito de preferência.

§ 7º Na companhia aberta, o órgão que deliberar sobre a emissão mediante subscrição particular deverá dispor sobre as sobras de valores mobiliários não subscritos, podendo:

a) mandar vendê-las em bolsa, em benefício da companhia; ou

b) rateá-las, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem pedido, no boletim ou lista de subscrição, reserva de sobras; nesse caso, a condição constará dos boletins e listas de subscrição e o saldo não rateado será vendido em bolsa, nos termos da alínea anterior.

§ 8º Na companhia fechada, será obrigatório o rateio previsto na alínea **b** do § 7º, podendo o saldo, se houver, ser subscrito por terceiros, de acordo com os critérios estabelecidos pela assembléia-geral ou pelos órgãos da administração.

LEI Nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

Mensagem de veto

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2008

Altera o caput **do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), para aumentar de oitenta para noventa o porcentual do preço mínimo a ser pago aos demais acionistas da companhia no caso de alienação do controle.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades por Ações), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 254-A. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a noventa por cento do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

..... " (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

O art. 254 da Lei nº 6.404, de 1976, submetia a alienação do controle de companhia aberta à prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários, que deveria assegurar tratamento igualitário aos acionistas minoritários, mediante simultânea oferta pública para aquisição de ações. A finalidade do dispositivo era evitar grande diferença entre o preço das ações do controlador, cujo valor engloba o prêmio pago pelo poder de controle, e o preço das ações dos minoritários. Além disso, a alienação do controle gera incertezas na condução dos negócios da companhia e, por conseguinte, pode prejudicar o valor de mercado das ações dos minoritários.

A Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997, revogou expressamente o art. 254. O objetivo era o de maximizar o valor pago à União no processo de alienação do controle das empresas estatais. O governo tinha interesse em ficar com todo o prêmio pago pelo controle, sem dividi-lo com os demais acionistas. Passada a fase das desestatizações, a Lei nº 10.303, de 2001, no art. 254-A, restabeleceu a obrigatoriedade de oferta pública de aquisição das ações dos minoritários, de modo a lhes assegurar o preço mínimo de 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle. O presente projeto propõe que esse porcentual seja elevado para 90%, para que os acionistas minoritários tenham um direito mais próximo do assegurado aos acionistas controladores.

Além disso, o § 4º do art. 254-A dispõe que o adquirente do controle acionário pode propor a permanência dos acionistas minoritários na companhia, com o pagamento de prêmio equivalente à diferença entre o valor de mercado das ações e o valor pago por ação integrante do bloco de controle. O disposto no artigo citado beneficia apenas os titulares de ações com direito a voto. O estatuto da companhia, entretanto, pode estender esse direito aos preferencialistas (inciso III do §1º do art. 17 da Lei nº 6.404, de 1976).

Antes da aprovação da lei citada, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) já havia, por meio de regulamentação por ela editada, garantido determinados direitos, superiores aos do texto legal, aos acionistas minoritários, no que foi chamado de *Novo Mercado,* atraindo mais investidores para o mercado de capitais, conforme trecho da reportagem publicada no jornal **Valor Econômico** de 6 de setembro de 2006, de autoria de Daniele Camba e Catherine Vieira, cujo título é *Investidores pagam mais por ações que têm boa governança:*

Depois de muitas décadas relegado a segundo plano, o mercado de capitais brasileiro voltou a fazer parte da agenda do investidor estrangeiro. Entre outros motivos, segundo o ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos, Arminio Fraga, isso ocorreu principalmente graças ao desenvolvimento da governança corporativa, que, se de um lado reduziu o risco para os minoritários, de outro diminuiu o custo de capital das empresas brasileiras, uma vez que, mais seguros, os investidores agora estão dispostos a pagar mais pelas ações.

.....

A primeira mudança de qualidade que fez o investidor estrangeiro voltar os olhos para o mercado brasileiro, segundo Fraga, foi a aprovação da nova Lei das Sociedades Anônimas (S.A.), em 2001. A lei trouxe de volta, por exemplo, o direito de os minoritários detentores de ações ordinárias (ON, com direito a voto) receberem 80% do prêmio pago ao controlador, no caso de venda da companhia (o chamado "tag along"), que havia sido banido da lei no momento das privatizações. "Foi uma verdadeira guerra aprovarmos a nova lei, mas ela passou e melhorou o ambiente regulatório", lembra Fraga.

.....

Seja lá o que faltar para o mercado atingir seu nível de excelência – apenas ações ordinárias, tag along de 100% e pulverização do capital –, Fraga acredita que *as* exigências partirão do investidor e não de regras impostas pelo órgão regulador, assim como aconteceu com as boas práticas de governança. E essa demanda ficará cada vez mais forte na medida que a taxa de juros for caindo e o investidor aumentando sua parcela de recursos em bolsa. Ele brinca: "o brasileiro ficou muito preguiçoso conseguindo 10% de retorno no CDI." Segundo o economista, as bases principais estão lançadas para o desenvolvimento do mercado local e agora é uma questão de tempo e aculturamento para o desenvolvimento dele. "Não devemos ter medo do capitalismo", diz o ex-BC.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – – Senador **Antonio Carlos Júnior.**

LEGISLACÃO CITADA

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Vide texto compilado

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima

Características

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

SEÇÃO VI
Alienação de Controle

Divulgação

~~Art. 254. A alienação do controle da companhia aberta dependerá de prévia autorização da comissão de Valores Imobiliários~~. (Revogado pela Lei nº 9.457, de 1997)

~~§ 1º A Comissão de Valores Mobiliários deve zelar para que seja assegurado tratamento igualitário aos acionistas minoritários, mediante simultânea oferta pública para aquisição de ações.~~ (Revogado pela Lei nº 9.457, de 1997)

~~§ 2º Se o número de ações ofertadas, incluindo as dos controladores ou majoritários, ultrapassar o máximo previsto na oferta, será obrigatório o rateio, na forma prevista no instrumento da oferta pública~~. (Revogado pela Lei nº 9.457, de 1997)

~~§ 3º Compete ao Conselho Monetário Nacional estabelecer normas observadas na oferta pública relativa à alienação de controle de companhia aberta~~. (Revogado pela Lei nº 9.457, de 1997)

Art. 254-A. A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle. (Incluído pela Lei nº 10.303, *de* 2001)

§ 1º Entende-se como alienação de controle a transferência, de forma direta ou indireta, de ações integrantes do bloco de controle, de ações vinculadas a acordos de acionistas e de valores mobiliários conversíveis em ações com direito a voto, cessão de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venham a resultar na alienação de controle acionário da sociedade. (Incluído pela Lei nº 10.303. de 2001)

§ 2º A Comissão de Valores Mobiliários autorizará a alienação de controle de que trata o **caput***,* desde que verificado que as condições da oferta pública atendem aos requisitos legais. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 3º Compete à Comissão de Valores Mobiliários estabelecer normas a serem observadas na oferta pública de que trata o **caput**. (Incluído pela Lei nº 10.303. de 2001)

§ 4º 0 adquirente do controle acionário de companhia aberta poderá oferecer aos acionistas minoritários a opção de permanecer na companhia, mediante o pagamento de um prêmio equivalente à diferença entre o valor de mercado das ações e o valor pago por ação integrante do bloco de controle. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001)

§ 5º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.303. de 2001)

LEI Nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

Mensagem de veto

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Esta Lei altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385. de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

LEI Nº 9.457, DE 5 DE MAIO DE 1997

Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, abaixo enumerados, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.16. .....

I – conversibilidade em ações preferenciais;

II – exigência de nacionalidade brasileira do acionista; ou

III – direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.

Art. 6º Revogam-se a Lei nº 7.958, de 20 de dezembro de 1989 o art. 254 e os §§1º e 2º do art. 255 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL, Pedro Malan.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, vinculada ao Ministério da Educação, com sede em Taguatinga, no Distrito Federal.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Taguatinga será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas do Distrito Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A criação de oportunidades de acesso à educação profissional constitui um dos maiores desafios das políticas públicas no Brasil. Essa assertiva é evidenciada, por exemplo, pelos números de estudantes que freqüentam o ensino médio. Enquanto cerca de 9 milhões de alunos estão matriculados em escolas de ensino médio regular, apenas em torno de 750 mil estudam em estabelecimentos de educação profissional de nível técnico. Dadas as dificuldades de chegar à universidade, o ensino médio surge como a via por excelência para a profissionalização de expressivo contingente de estudantes, especialmente de famílias de baixa renda. Se nem esse caminho é aberto a esses estudantes, sua inserção no mercado de trabalho, sem maior qualificação, tenderá a ser marcada pelo subemprego.

O valor da educação profissional está bem estabelecido na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educa-

ção (LDB). Conforme a LDB, a educação profissional, *integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva* e *será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (arts. 39 e 40).*

É de se lamentar que, durante quase um decênio, a rede federal de educação profissional tenha praticamente deixado de crescer. Contudo, com a edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, foram revistos os obstáculos à expansão dessa rede. A seguir, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciado pelo Governo Federal, em 2007, previu a criação, em quatro anos, de 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo.

O presente projeto prestigia essa tendência de valorizar a educação profissional, mediante a iniciativa de indicar ao Poder Executivo uma localidade que possui todas as condições para ser sede de uma nova escola federal.

Criada em 1958 para atacar o problema das invasões que já apareciam em Brasília, Taguatinga cresceu extraordinariamente em seu meio século de existência. Com população superior a 250 mil habitantes, é considerada, hoje, a capital econômica do Distrito Federal, devido à força de seu comércio e de sua indústria. Isso revela que a cidade merece ter uma escola técnica federal, que proporcionará à sua juventude novas oportunidades de acesso ao ensino de natureza profissional.

Em vista das razões expostas, solicito o apoio de meus Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**, Senador.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal na cidade do Gama, no Distrito Federal.

Art. 2º A Escola Técnica Federal do Gama manterá cursos de nível médio e de educação profissional, a serem autorizados pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica do Gama, Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

No fim dos anos 1950, a construção de Brasília, nova capital da República, exigiu a ocupação da antiga fazenda Gama, então habitada por cerca de mil pessoas. No processo de criação da nova sede do governo federal, trinta famílias necessitaram ser transferidas dos arredores da barragem do Lago Paranoá para a região do Gama, movimento que resultou na criação da nova cidade-satélite.

O Gama, que pertence à Região Administrativa II, do Distrito Federal, foi criado pelo Decreto nº 11.921, de 1989, que fixa os novos limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Atualmente, o Gama distribui-se em uma área urbana, que engloba seis setores, e uma área rural.

A população do Gama vem aumentando consistentemente, desde a sua fundação. No ano 2000, a cidade já contabilizava mais de 130 mil habitantes, atendidos por uma rede pública de educação que dispõe de 51 unidades escolares, sendo 42 escolas na região urbana e outras 8 na zona rural.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) relativos ao grau de instrução, no ano de 2004, revelam que, naquele momento, a população do Gama possuía 3,4% de analfabetos, porém nada menos que 30,2% não haviam concluído o antigo primeiro grau. Apenas 5% do total da população contavam, então, com diploma de curso superior completo.

Os dados socioeconômicos supra indicam, a toda evidência, a necessidade de o Gama qualificar profissionalmente a população local, mediante a adoção, pelo governo do Distrito-Federal, de políticas públicas que permitam a seus moradores o acesso ao estudo de qualidade que uma escola técnica fornece, com especial foco para a absorção de seus egressos pelo mercado de trabalho.

Com a criação da Escola Técnica Federal do Gama, os jovens não mais terão de se deslocar para outras localidades, passando a receber a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos Senadores a este projeto, de visível significado social.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina, no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina, no Distrito Federal.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Planaltina manterá cursos de nível médio e de educação profissional, a serem definidos pelo Ministério da Educação.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica de Planaltina, no Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Os documentos existentes não indicam a data exata da fundação de Planaltina, embora se acredite que tenha sido em fins do século XVIII. A antiga povoação cresceu a partir de 1917, com o surgimento de charqueadas, empresas de curtume, fábricas de calçado e usina hidrelétrica. Nesse ano, passou a denominar-se Planaltina.

Em 1922, por disposição legal, foi determinado o assentamento da pedra fundamental da futura capital do Brasil, a nove quilômetros da cidade de Planaltina.

Com a criação de Brasília, Planaltina passou, nos anos 1960, a receber egressos das invasões de Brasília e pessoas oriundas de várias partes do País, aumentando seu ritmo de crescimento.

A cidade conta atualmente com mais de 185 mil habitantes, dos quais mais de 86 mil são eleitores. Seus aproximadamente 50 mil estudantes freqüentam mais de setenta escolas, urbanas e rurais. Esses dados caracterizam Planaltina como Diretoria Regional de Ensino (DRE) de grande porte.

Essas cifras nos fazem compreender que a cidade faz jus a uma escola técnica que atenda aos estudantes e promova o desenvolvimento, de modo compatível com a situação socioeconômica do lugar.

Com a criação da Escola Técnica Federal de Planaltina, os jovens passariam a receber a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.

Por todo o, exposto, solicitamos o apoio de nossos Pares a mais este projeto.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Samambaia manterá cursos de nível médio e de educação profissional.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica de Samambaia, no Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Com o crescimento da população da capital federal, nos anos 1980, criou-se um projeto de erradicação de invasões, com vistas a controlar a crescente favelização da cidade.

A remoção das invasões da Boca da Mata, Asa Branca e outras menores constituiu o início de Samambaia. Um programa progressivo de moradias, desenvolvido e administrado pelo governo, começou a levar famílias faveladas para áreas selecionadas.

A política de habitação teve em Samambaia momentos de glória e a cidade ganhado colocações prestigiosas em prêmios internacionais.

Samambaia é a quarta maior região administrativa do Distrito Federal. Conta com mais de 220 mil

habitantes, dos quais mais de 50 mil são estudantes que freqüentam cerca de quarenta escolas públicas. Também há numero similar de escolas privadas, além de instituições de ensino superior, segundo dados de 2005.

Samambaia desenvolveu-se muito, possuindo hospitais, centros de saúde, shopping centers, estabelecimentos comerciais e algumas indústrias. Rodovias pavimentadas servem à cidade e nela há três estações de metrô. Pelo seu tamanho e desenvolvimento, pode ser considerada uma cidade de médio porte, inclusive com as necessidades atinentes a sua dimensão demográfica.

Pelos dados socioeconômicos listados, percebe-se que Samambaia precisa qualificar profissionalmente seus moradores. O Governo que criou a cidade precisa dar continuidade às suas ações estabelecendo políticas públicas que permitam aos seus moradores o acesso ao estudo de qualidade que uma escola técnica fornece.

Com a criação da Escola Técnica Federal de Samambaia os jovens não precisarão mais deslocar-se para outras localidades e passarão a receber a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio de nossos pares a este projeto.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana.**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exdusivo, em serviços e processos de reciclagem.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, de fabricação em países integrantes do Mercosul, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações, para emprego, exclusivo, em processos de reciclagem.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º será concedida na forma do regulamento, e será declarada nula, sendo o imposto cobrado com todos os acréscimos legais, se verificada antes de decorridos três anos da aquisição:

I – a transferência, a qualquer título, da propriedade dos bens objeto da isenção, salvo para pessoas jurídicas de que trata a presente Lei e mediante a prévia anuência do órgão de administração fiscal;

II – a comprovação de uso dos bens, de que trata o art. 1º, em atividade diversa da que houver justificado o benefício; ou

III – a descaracterização dos bens, se a isenção houver sido baseada no disposto no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. A isenção para veículos, máquinas e equipamentos, de que trata a presente Lei, só poderá ser concedida uma vez, ressalvadas as hipóteses de sinistro com perda total, furto, roubo ou da transferência de propriedade prevista no inciso I deste artigo.

Art. 3º O regulamento disporá sobre restrições à concessão da isenção de que trata esta Lei ao atendimento dos requisitos de identificação dos bens e produtos que especificar, inclusive quanto os aspectos quantitativos, quantitativos, controle de uso e demais exigências legais.

Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados nos bens e produtos objeto da isenção de que trata o art. 1º

Art. 5º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de sessenta dias de publicação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 5º.

Justificação

As medidas de incentivo fiscal, aqui propostas, têm o objetivo de estimular a atividade de reciclagem no País, maximizando os efeitos multiplicador dos seus benefícios sobre o meio ambiente, e com a preocupação de contribuir para uma vida sustentável para as gerações presentes e futuras.

O reaproveitamento de materiais e produtos sem utilidade ou considerados imprestáveis ou descartáveis ainda é uma atividade incipiente no Brasil. Por isso mesmo enfrenta muitas dificuldades para atender a demanda pela desintoxicação do nosso sistema am-

biental. As dificuldades se revelam na indisponibilidade de tecnologias apropriadas à reciclagem de diversos tipos de materiais e produtos que ainda são jogados ou mal depositados no meio ambiente. As dificuldades se revelam também pelo baixo nível de investimentos no setor.

Ademais, a atividade de reciclagem é, potencialmente, um setor promissor para a geração de emprego e renda, principalmente para as camadas mais necessitadas da sociedade. Mas os benefícios não se restringem à geração de emprego, de renda e da retirada do meio ambiente de materiais recicláveis. O impacto dos resultados positivos vão além desses ganhos: ajudam no processo de economia de uso de recursos naturais renovais ou não.

A legislação ambiental brasileira e a Política Nacional de Meio Ambiente têm como foco principal a preocupação com a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental no País. O setor público, por esse meio, busca despertar a consciência coletiva para a necessidade de se ter um ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, é fundamental que o Estado estimule a instalação de indústrias recicladoras de pequeno, médio e grande porte por todo o País.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Marcelo Crivella.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há oradores inscritos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me inscrever para uma comunicação inadiável, se possível para formulá-la imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exª será atendido, mas, antes, concederei a palavra à Senadora Fátima Cleide, que, como V. Exª, havia pedido a palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a exemplo do Senador Geraldo Mesquita, gostaria de pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, ao mesmo tempo em que o saúdo, trago aqui uma notícia a respeito de um fato muito grave ocorrido em nosso País.

Hoje, pela manhã, por provocação do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, essa importante Comissão inaugurou um ciclo de seminários, de palestras e de debates para tratar da questão atinente ao povo negro.

Sr. Presidente, exatamente nesse contexto, ao abrir os jornais de hoje, deparo-me, estarrecido, com a notícia de um fato ocorrido na Bahia, aquele belo Estado brasileiro. Faço referência especificamente a uma matéria da *Folha de S.Paulo*, matéria da jornalista Renata Baptista, onde colho a informação de que o coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um cidadão chamado Antônio Dantas, teria declarado que "o baixo rendimento dos alunos da faculdade [de Medicina] no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) se deve ao 'baixo QI (quociente de inteligência) dos baianos'".

Repare, Sr. Presidente, a gravidade dessa declaração, feita exatamente no momento em que a Comissão de Direitos Humanos deste Senado Federal inaugura um ciclo de debates e de seminários para tratar da questão do povo negro.

Um cidadão que tem a responsabilidade de coordenar um curso superior de Medicina – curso que, aliás, foi alvo de homenagem deste Senado Federal há poucos dias pela passagem de seus duzentos anos de existência, Senadora Fátima Cleide – agride o povo baiano, agride, inclusive, o povo brasileiro. Sr. Presidente, trata-se de puro preconceito, de pura discriminação racial. Digo isso, porque, entre as bobagens proferidas por esse cidadão, atribui-se a ele o seguinte: "O baiano toca berimbau porque só tem uma corda. Se tivesse mais [cordas], não conseguiria". E por aí vai.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, berimbau, como nós sabemos, é o instrumento introduzido neste País pelos escravos negros para marcar o ritmo do jogo e da luta da capoeira. Na Bahia, a população é, majoritariamente, composta de negros. Esse cidadão acaba de proferir uma agressão inominável, especialmente ao povo negro da Bahia e, em regra, ao povo baiano, a quem ele atribui baixo QI, generalizando.

Eu não poderia ficar calado em face de tamanha agressão. O Senador Paulo Paim, hoje pela manhã, presidindo a Comissão de Direitos Humanos, incontinênti, tomou a iniciativa de mandar elaborar uma moção de repúdio ao ato desse cidadão. Chega aqui o Senador César Borges, meu vizinho, nosso companheiro aqui

do Senado. O Senador Paulo Paim, mandou elaborar, em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, uma moção de repúdio à atitude desse cidadão da terra de V. Exª, Senador César Borges, uma atitude, repito, ofensiva, discriminatória e preconceituosa com o povo baiano e com o povo brasileiro.

Senti-me particularmente ofendido com a fala desse cidadão, que deveria ser – não tenho esse poder – demitido incontinênti pelo dirigente da Universidade Federal da Bahia, pois ele não merece ser absolutamente nada na terra da Bahia, naquela grande terra de um povo inteligente, de um povo trabalhador, que não merece uma agressão como essa.

Portanto, Sr. Presidente, em breves palavras – o Senador Antonio Carlos Júnior também está chegando aqui –, queria registrar minha indignação, Senador César Borges. Fiquei indignado. Li a matéria uma vez, duas vezes, três vezes, para compreender o que eu estava lendo. É inadmissível uma coisa como essa nos dias de hoje!

Nós, no Brasil, temos a mania de deixar barato essas coisas, de deixar pra lá. Mas não podemos deixar pra lá uma situação dessa! O Senado Federal, além dessa nota de repúdio, dessa moção de repúdio, tem de oficiar as autoridades brasileiras, o Ministério Público, porque se configura aí o cometimento de um crime, e um crime grave, como há muito tempo não vejo ser cometido neste País.

Portanto, queria deixar aqui registrado meu repúdio e minha indignação à fala desse cidadão, que é ofensiva, preconceituosa e desrespeitosa com o povo baiano e com o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero associar-me às palavras de V. Exª. Não se pode admitir essa manifestação de puro preconceito desse cidadão que agride o povo baiano de maneira despropositada. Mas tenho a certeza que a representação baiana já se está articulando para trazer aqui também seu protesto.

Peço permissão aos Senadores baianos César Borges e Antonio Carlos Júnior para conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, que já estava inscrito. Posteriormente, S. Exªs terão a palavra, que será concedida pelo Presidente em exercício Senador Flexa Ribeiro, a quem tenho a honra de passar a Presidência. Trata-se de um grande Senador do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 509, DE 2008

Nos termos do Art. 222 do RISF, requeiro Voto de Repúdio à notícia veiculada no meio de empresa escrita, notadamente na "**Folha de S.Paulo**", creditada ao Professor Antônio Dantas –Coordenador do Curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia –que atribui ao "baixo QI dos baianos" a nota 2 obtida pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). O Professor afirmou que a tradicional percussão do Olodum é um "barulho" e que um dos símbolos da Bahia, o berimbau, é um instrumento para pessoas pouco inteligentes. "O berimbau é o tipo de instrumento para o indivíduo que tem poucos neurônios. Ele tem uma corda só e não precisa de muitas combinações musicais". Disse ainda que o sistema de cotas para afrodescendentes pode ter contribuído para o mau desempenho. "A prova foi feita com alunos do primeiro semestre e do último semestre. Pode estar havendo uma contaminação das cotas e influência da transformação curricular nesse resultado".

Podemos constatar que estas declarações são "racistas e ignorantes". Jamais podemos coadunar com posições que são contra a dignidade da pessoa humana. Como seria bom se um dia todos intendessem que nós, humanos, temos sim as nossas especificidades e são elas que nos tornam tão especiais.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008.

Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senador Paulo Paim

Senador José Nery

César Borges

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de repúdio solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 510, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 13, do Regimento Interno, seja considerada como missão política minha ausência dos trabalhos da Casa no dia 17 de abril quando, na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estarei participando de diligências, em conjunto com membros da Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, criada no âmbito da CMA, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Jayme Campos.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, suplente de Secretário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Srªs e Srs. Senadores, rapidamente, eu queria reforçar aqui as palavras do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Hoje, pela manhã, estávamos fazendo um debate sobre os 120 anos da abolição não conclusa e, ao mesmo tempo, fazendo uma homenagem aos trabalhadores, porque amanhã é o dia 1º de maio, quando o Senador Geraldo Mesquita Júnior nos apresentou uma série de recortes de jornais e *blogs* em que esse cidadão, que diz que é professor – tenho o maior carinho pelos professores do nosso País –, chamado Antônio Dantas, Coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia – nem vou repetir tudo o que ele disse aqui –, disse, entre outras palavras, Senador Antonio Carlos Júnior e Senador César Borges, que berimbau é coisa de quem não pensa, que o povo baiano o toca porque o instrumento tem só uma corda. Ele também disse que o Olodum só faz barulho, ofendendo também aquele grupo. Li toda a matéria, e ele diz mais à frente: "Feliz do povo do Sul (eu sou do Sul), porque para lá foram alemães e italianos".

Em resumo, é tão grave a ofensa que ele faz ao nosso querido povo baiano, que V. Exªs tão bem representam aqui, e ao nosso País, que, de pronto, a Comissão entendeu – naturalmente, pegaremos a assinatura de V. Exªs – por bem aprovar um voto de repúdio a essa matéria divulgada, não ao jornal que a divulgou corretamente, mas, sim, a quem fez esse tipo de afirmação, ofendendo todo o povo brasileiro, ferindo os direitos humanos. Nessa matéria, ele diz: "O problema é o baixo QI dos baianos".

Senador César Borges, nem sempre aqui estamos no mesmo debate, mas quero dizer que V. Exª é um cidadão competente, qualificado, como é todo o povo baiano.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, trata-se de ofensa direta, pois ele diz que o QI dos baianos é baixíssimo e que, por isso, o resultado nas provas do exame em questão foi baixo. Diante disso, tomaria até a liberdade de fazermos aqui um voto de solidariedade ao povo da Bahia e um voto de repúdio a esse cidadão pelo ato criminoso, porque racismo e preconceito são crimes e não prescrevem. Portanto, ele tem de ser processado.

Vou além: acho que é obrigação do Reitor da Universidade Federal da Bahia, de pronto, pedir que ele bote o cargo à disposição. E peço isso, porque não sou eu quem tem força de demiti-lo, porque, se eu estivesse lá, com certeza, encaminharia hoje mesmo a demissão desse cidadão.

É isso, Sr. Presidente. Faço questão de ouvir nossos representantes da Bahia, que agora é que estão tomando pé na situação – também só tomei conhecimento disso perto do meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Geraldo Mesquita e ao Senador Paulo Paim a atitude tomada publicamente, não só pela palavra assumida, mas também pela atitude já adotada pela Comissão de Direitos Humanos: o Senador Paulo Paim, como Presidente daquela Comissão, fez muito bem ao aprovar uma moção de repúdio.

Também estamos encaminhando – o Senador Antonio Carlos Júnior e eu –, Sr. Presidente, com base no art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de censura ao coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas, em repúdio à declaração feita ao jornal **Folha de S.Paulo** do dia 30 de abril de 2008, no qual atribui a má **performance** de sua escola no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) ao "baixo QI dos baianos" e no qual afirma que "o baiano toca berimbau porque só tem uma corda; se tivesse mais (cordas), não conseguiria".

Sr. Presidente, essa declaração é inadmissível, sobretudo quando parte de um coordenador – imagine, Sr. Presidente, um coordenador! – de curso da UFBA, responsável, portanto, pela **performance** desse curso. Mais ainda, ele se serve de preconceito para justificar o aparente fracasso da sua política de ensino, preferindo transferir, de forma infeliz, aos alunos a responsabilidade quanto à *performance* do curso, ao responder ao questionamento do jornal **Folha de S.Paulo**. Muitas razões podem explicar os resultados dos alunos da Escola de Medicina da UFBA no Enade, essa aferição que é promovida pelo Ministério da Educação. Entre essas razões, poderiam estar o boicote a esse tipo de avaliação, o baixo comparecimento à prova ou mesmo a deficiência do ensino.

É lamentável também que remanesçam no quadro docente da Faculdade de Medicina da Bahia – inclusive, comemoramos aqui os duzentos anos de fundação dessa escola, um período de glórias e de admiração da sociedade brasileira – professores que propugnam as velhas teorias do início do século XX, que aliavam raça com quociente de inteligência.

A declaração do citado professor beira, se não por inteiro, o racismo e traduz o preconceito com que parte da elite baiana, felizmente minoritária, vê a cultura popular e a miscigenação festejada por todos nós existente na sociedade baiana. Por isso, merece o inteiro repúdio desta Casa.

Solicito, Sr. Presidente, que a presente manifestação, sem prejuízo da manifestação já feita pelo Senador Paulo Paim, seja enviada para conhecimento do Magnífico Reitor da UFBA, para envidar junto a essa autoridade as providências que se fazem necessárias.

Aqui, como já foi dito, consideramos impossível a permanência no cargo de alguém que entenda dessa forma a má *performance* do curso de Medicina. Que ele seja, de imediato, afastado, para que não haja figura como essa falando pela escola de Medicina da Bahia, tão festejada pela sua tradição de glória na sociedade baiana e brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento, estou encaminhando este requerimento, com integral apoio do meu colega de Bancada Senador Antonio Carlos Júnior, agradecendo a todos os Senadores que fizeram referência e manifestaram seu repúdio a esse tipo de declaração que ofende os baianos, os brasileiros, todos nós que queremos um país igualitário de todos os pontos de vista, principalmente do ponto de vista social e racial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 511, DE 2007

Com base no artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de Voto de Censura ao coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Antonio Dantas, em repúdio à declaração ao jornal **Folha de São Paulo** do dia 30 de abril de 2008, na qual atribui a má performance de sua escola no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) ao "baixo QI dos baianos" e que na qual afirma que "o baiano só toca berimbau porque só tem uma corda; se tivesse mais, não conseguiria".

Justificação

A declaração é inadmissível, sobretudo quando parte de um coordenador de curso da Universidade Federal da Bahia. Mais ainda, quando se serve de preconceito para justificar o aparente fracasso da sua política de ensino, preferindo transferir de forma infeliz aos alunos a responsabilidade quanto a performance do curso, ao responder ao questionamento do jornal.

Muitas razões podem explicar os resultados dos alunos de Medicina da Universidade Federal da Bahia no Enade, uma aferição promovida pelo Ministério da Educação. Entre estas razões, poderiam estar o boicote a este tipo de avaliação, o baixa comparecimento à prova ou mesmo a deficiência do ensino.

É lamentável também que remanesça no quadro docente da Faculdade de Medicina da Bahia, que acaba de completar 200 anos de glórias e admiração da sociedade brasileira, professores que propugnam as velhas teorias do início do século XX que aliavam raça com quociente de inteligência.

A declaração do citado professor beira o racismo e traduz o preconceito com que parte da elite baiana,

felizmente minoritária, vê a cultura popular e a miscigenação baiana. Por isto, merece o inteiro repúdio desta Casa.

Solicito que a presente manifestação desta Casa seja enviada para conhecimento do Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, para envidar junto a esta autoridade as providências que se fazem necessárias.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador César Borges, a Presidência acata a solicitação de V. Exª e dará o encaminhamento regimental.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 512, DE 2008

Nos termos do Art. 222 do regimento interno da Casa, requeiro Voto de Aplauso destinado a homenagear os 65 anos da publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Homenageamos também o mestre em direito do trabalho e um dos elaboradores no processo de formulação da CLT, Arnaldo Süssekind.

Justificação

No próximo dia 1º de maio, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), completa seus 65 anos. Em vigor desde 1º de maio de 1943, ela assegura direitos e deveres de todos os trabalhadores brasileiros. Para tanto, encaminho Voto de Aplauso em homenagem à consolidação destas leis. Não podendo deixar de exaltar a importância do mestre em Direito do Trabalho e um dos elaboradores no processo de formulação da CLT, Arnaldo Süssekind.

Arnaldo Süssekind, foi ministro do trabalho e também do Tribunal Superior do Trabalho (TST), lançou diversos livros relacionados às questões trabalhistas. O jurista, sempre procurou focar suas abordagens nas áreas da previdência social brasileira, direito do trabalho e direitos internacional do trabalho.

Normalmente, por meio de seminários, conferências e artigos, Süssekind lutou contra as tentativas de acabarem com o sistema legal de proteção aos trabalhadores.

Parabéns a este guerreiro da área dos direitos dos trabalhadores!

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 513, DE 2008

Requer Voto de Congratulações aos Senhores Egídio Malanquini – proprietário da empresa Vista Cafés Especiais e presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Espírito Santo (SINCAFÉ) e José Guilherme Lima – Sócio-Diretor da Café Campeão.

Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata, de Voto de Congratulações aos Senhores Egídio Malanquini – proprietário da empresa Vista Cafés Especiais e presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Espírito Santo (SINCAFÉ) e José Guilherme Lima – sócio-diretor da Café Campeão.

Requeiro também que o Voto de Congratulações seja levado ao conhecimento dos Senhores Egídio Malanquini – Endereço: Rodovia do Sol, 2.605, Praia dos Recifes, Vila Velha/ES, CEP 29.130-600 – e Sr. José Guilherme Lima – Endereço: Avenida Jones dos Santos Neves, S/Nº, Parque Industrial Melvim Jones, Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP 29.312-300.

Justificação

A quarta Edição Especial dos Melhores Cafés do Brasil, promovida pela Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), lançada nesta quarta-feira, dia 30, em Brasília, concedeu o primeiro lugar a duas indústrias capixabas: Vista Linda Cafés Especiais e Café Campeão. É mais um prêmio que atesta a qualidade do café do Espírito Santo.

A presença constante de nossos produtores nas premiações nacionais do setor levou o estado a integrar o seleto grupo de produtores de cafés especiais, con-

quistando o mercado internacional, especialmente junto aos compradores de cafés de alto padrão dos Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul e outros países.

A Edição Especial, iniciada em 2005, promove os cafés de qualidade junto aos consumidores, em parceria com o varejo de todo o País. Como ocorreu nos anos anteriores, as marcas selecionadas utilizaram como matéria-prima os grãos vencedores do Concurso Nacional ABIC de Qualidade do Café.

Do concurso nacional, considerado um dos maiores certames do gênero no mundo, participam apenas os lotes vencedores dos torneios realizados pelos estados produtores, nas categorias: café Cereja descascado e café natural. Em 2007, mais de 3.500 cafeicultores participaram destes torneios. Os lotes finalistas foram adquiridos pelas indústrias em leilão, e são esses grãos que integram a quarta Edição Especial dos Melhores Cafés do Brasil.

Referência nacional em café Conilon, responsável por 75 por cento da produção brasileira, o Espírito Santo tem ainda 190 mil hectares de plantação de café Arábica, em 24 mil propriedades distribuídas pelo estado, muitas delas com certificação internacional.

O merecido prêmio conquistado pelas indústrias Vista Linda, de Egídio Malanquini, também presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Espírito Santo (SINCAFÉ), e Campeão, de José Guilherme Lima, representa o reconhecimento do esforço conjunto de produtores, pesquisadores e industriais, que conseguiram fazer do café capixaba um produto respeitado internacionalmente.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senador **Gerson Camata.**

REQUERIMENTO Nº 514, DE 2008

Com fulcro no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do presidente do jornal **O Povo**, Demócrito Rocha Dummar, com apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2008. – Senadora **Patrícia Saboya.**

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de comungar do sentimento do Senador César Borges, do Senador Antonio Carlos Júnior, do nosso Senador Paulo Paim, do Senador Geraldo Mesquita, enfim dos Senadores que já se pronunciaram. Quero dizer não a esse tipo de atitude do Coordenador de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Independentemente de estar endossando, realmente é um procedimento absolutamente, politicamente equivocado.

Eu gostaria de aproveitar este momento também para cumprimentar o Professor Doutor Antônio Amorim, Coordenador do Curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso.

Essa Universidade está entre as seis no País que conquistaram a nota máxima, nota total de valoração do curso de Medicina na Universidade Federal de Mato Grosso, está entre as seis que tiveram o grau máximo na qualidade do ensino da Medicina em Mato Grosso. E o coordenador-geral é o Dr. Antônio Amorim. A nossa saudação a todos que fazem Medicina em Mato Grosso, que já fizeram na Federal, que estão fazendo e especialmente a seu coordenador.

Com certeza, Srs. Senadores, especialmente Senadores da Bahia, com pessoas da mentalidade do Dr. Antônio Amorim, um curso vai muito bem; porém, com pessoas com a mentalidade deste outro professor, que agora não me recordo do nome...

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Antônio Dantas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ...Antônio Dantas. Ele tem total e absoluta responsabilidade pelo que está acontecendo no curso de Medicina da Bahia e não pode jogar essa responsabilidade nas costas daqueles que são os seus coordenados e que dependem da sua orientação para ter um bom ou um não tão bom desempenho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é revoltante a declaração deste irresponsável coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Sr. Antônio Dantas. Realmente, isso nos revolta como representantes do Estado da Bahia.

E eu venho aqui, em nome da bancada baiana, em nome do Senado Federal, exigir do Reitor Naomar Alcântara e do Diretor José Tavares Filho a demissão imediata desse irresponsável, porque ele é racista, preconceituoso e está se eximindo das suas

responsabilidades em relação à condução do curso e do mau desempenho aferido no exame, cujas razões não conheço.

Agradeço as manifestações dos Senadores Geraldo Mesquita, Paulo Paim, Serys Slhessarenko e do meu companheiro César Borges, porque estamos juntos nesta luta para exigir respeito à Bahia, porque isso é um desrespeito ao nosso Estado.

E, volto a dizer, o Reitor Naomar Alcântara e o Diretor José Tavares Filho têm obrigação de demitir sumariamente esse irresponsável, que não poderia ocupar um cargo desse tipo na Universidade Federal da Bahia, a mais antiga do Brasil – recentemente completou 200 anos –, e não pode ser manchada com a declaração de um irresponsável como o Sr. Antônio Dantas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Antonio Carlos Júnior, quero também estar solidário com os baianos e com sua bancada no Senado, parabenizar os Senadores Geraldo Mesquita, Paulo Paim e Serys Slhessarenko e dizer que gostaria também de assinar o requerimento de solidariedade. Só quem pode dar uma declaração dessa a respeito da inteligência dos baianos é quem não os conhece, porque os baianos já deram demonstração da sua capacidade, não só de inteligência, mas de trabalho, transformando aquele querido Estado numa referência nacional. Teve como Governador V. Exª, Senador César Borges, e o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, que deram impulso àquele Estado, que, para nós, brasileiros, é uma referência internacional.

Então, é realmente lamentável que tenha sido feita uma declaração desse tipo, e sou solidário às manifestações aqui expressadas por todos os nossos Pares em apoio ao povo da Bahia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Já concederei a palavra a V. Exª, Senador Mão Santa.

Chamo para fazer uso da palavra, pela Liderança do PDMB, o Senador José Maranhão.

V. Exª dispõe de cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, eu trago um discurso escrito, mas, evidentemente, pelo tempo de cinco minutos, vejo a impossibilidade material de lê-lo, de forma que farei alguns comentários na linha do discurso, pedindo a V. Exª que o inclua nos Anais da Casa, dando como lido este pronunciamento.

Nós estamos querendo analisar esta balela que vem sendo produzida especialmente pela imprensa internacional, mas com ecos na imprensa nacional, sobre o preço dos alimentos.

Essas versões tendenciosas procuram apresentar os países emergentes, produtores de alimentos e de matérias-primas, sobretudo aqueles como o Brasil, que tem um valiosíssimo plano de produção de biocombustível, como responsáveis pela alta do preço dos alimentos no mundo.

Por coincidência, os países que promovem, que são as matrizes dessa boataria bem orquestrada na imprensa internacional e com repercussão na imprensa nacional são exatamente grandes produtores de petróleo e países que concedem pesados subsídios – pesados para os outros países – à sua agricultura. Estão à frente deles os integrantes da Europa Ocidental e os Estados Unidos.

O curioso nisso tudo – aliás, eu não estou inovando ao fazer esta afirmação, pois ela já foi feita por muitas pessoas, por autoridades brasileiras e, inclusive, pelo próprio Presidente da República – é que esses países nunca saíram a público apresentando as verdadeiras causas da elevação dos preços dos alimentos.

Nunca disseram, por exemplo, que o preço do petróleo saltou de US$30 para cerca de US$120 o barril e que o petróleo influi em todos os custos, porque, inclusive, na agricultura ele é a fonte produtora de muitos insumos que são fundamentais, como os adubos, o combustível gasto na mecanização e os defensivos agrícolas. Enfim, toda uma cadeia produtiva é altamente alterada pelo preço do petróleo. Nunca saíram a público para reclamar contra a alta do preço do petróleo, a não ser naquela invasão injusta do Iraque, que todo mundo, hoje, sabe que não tinha nada a ver com armas de destruição em massa, senão com a ambição dos Estados Unidos de se apropriar de uma fatia maior da produção de petróleo daquele país.

Então, Sr. Presidente, é este o meu pronunciamento.

Mais uma vez, as potências desenvolvidas do mundo se articulam contra os países emergentes, contra os países que têm, na sua conta de exportações, os produtos primários. Mas que isso sirva, também, de exemplo aos brasileiros, especialmente àqueles que têm responsabilidade na condução dos negócios públicos, para darem o devido encaminhamento a sua produção.

Quando eu vejo o Brasil entusiasmado com a grande vitória das safras extraordinárias que nós temos tido, sobretudo estimulado pelos altos preços que a conjuntura internacional tem permitido, fico preocupado, porque sabemos, perfeitamente, que há países

que produzem matérias-primas mas que não procuram agregar valores a elas, industrializando-as e permitindo que os produtos que são perecíveis ou que têm um mercado internacional instável sejam mais duráveis e tenham uma melhor remuneração nos mercados internacionais.

O Brasil precisa cuidar fortemente da industrialização de seus produtos primários, porque a exportação de matérias-primas foi sempre um negócio instável, precário, até, nos mercados internacionais.

Eram esses os comentários que eu queria fazer, Sr. Presidente. Eu trouxe um discurso escrito, com uma análise mais profunda, mas, infelizmente, cinco minutos são um tempo muito curto e V. Exª já vai sendo tolerante, pois me permitiu que ultrapassasse um pouco o tempo.

Vou entregar o discurso à Mesa e peço a V. Exª que o faça constar dos Anais da Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Mesa aguarda o encaminhamento e fará o registro nos Anais. V. Exª teria o tempo necessário para concluir o seu pronunciamento. O tempo regimental de cinco minutos foi-lhe concedido porque V. Exª estava inscrito como Líder do PMDB.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu agradeço a generosidade de V. Exª e, aproveitando essa minha presença rápida na tribuna, quero-me associar à ilustre Bancada da Bahia, ao Senador Paim, ao Senador Mesquita e aos demais Senadores que se manifestaram sobre esse desastrado pronunciamento do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

É desastrado, é injusto, parece mais uma tentativa, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, de fuga da responsabilidade que ele, como coordenador do curso de Medicina, tem sobre os resultados, que não estão em análise aqui. Qualquer crítica poderia ser feita, mas respeitando a dignidade do povo baiano e desprovida de qualquer caráter preconceituoso, especialmente no que diz respeito à questão racial. Isso foge do trivial e vai a uma matéria de Direito Penal. É uma responsabilidade criminal. Certamente, o povo baiano, na sua altivez, na sua coragem e, sobretudo, na sua tradição cultural e de inteligência, vai saber reagir e responsabilizar esse...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – ... homem que não dignifica a categoria de professor universitário. Essa é a solidariedade que quero levar aos oradores que se pronunciaram sobre essa questão.

É lamentável que isso tenha acontecido exatamente no ambiente acadêmico, no ambiente universitário, e que tenha partido de um professor que, inclusive, tem responsabilidades profundas não somente quanto ao respeito racial e ao respeito à inteligência do povo baiano. Sobretudo, ele tem responsabilidades pessoais como dirigente e coordenador de um curso médico.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a economia global vive, neste momento, uma conjuntura de aumento acelerado dos preços dos alimentos. O resultado já é percebido, nos países mais ricos e de população bem nutrida, no crescimento dos índices inflacionários, o que tem gerado uma inquietação popular como há muito não se via. Semana passada, os servidores públicos do Reino Unido – um dos países onde o sindicalismo é menos ativo – entraram em greve por reposição salarial, seguindo o movimento de seus congêneres franceses de quinze dias atrás. Na Alemanha, os protestos se repetem. No Haiti e em Burkina Faso, revoltas populares eclodiram.

As causas desse aumento de preços são diversas. Entre outras circunstâncias, houve quebra da última safra de grãos de grandes produtores, como Austrália e Canadá, e, a partir da escassez relativa, vem operando a lei da oferta e da procura. Por outro lado, o preço do barril de petróleo nos mercados internacionais parece não ter mais teto: anunciou-se, dia desses, a ultrapassagem da barreira dos 110 dólares por barril. Já ameaça chegar a US$ 120. E com o petróleo, lá sobem também os preços de fertilizantes e defensivos agrícolas, para não falar dos custos de transporte – tudo que se reflete no preço dos alimentos.

Apesar desses fatos óbvios e mais que conhecidos, certas autoridades econômicas internacionais aparecem nos meios de comunicação para anunciar que a alta dos alimentos se deve à utilização, por parte de países como o Brasil, de suas terras agrícolas para a produção de biocombustíveis! Quer dizer: para essa gente, o Brasil é o grande culpado pelo aumento global dos preços dos alimentos. E por conseqüência, culpado do agravamento da fome dos pobres de todo o mundo, sobretudo nas nações mais miseráveis.

Ora, é de se perguntar, Senhor Presidente, se tal conversa faz algum sentido. Há quantas décadas os países ricos, sob o argumento de garantir sua segurança alimentar, vêm subsidiando suas agriculturas caras e ineficientes, impedindo o crescimento da produção dos países emergentes e po-

bres, sabotando seu desenvolvimento econômico e bloqueando a redistribuição mundial da riqueza? O subsídio mensal concedido pelo governo da Suíça a uma vaca leiteira, por exemplo, equivale, segundo um documentário do canal *Discovery* apresentado recentemente, a umas três bolsas-família do Brasil. Uma única vaca vale três famílias! Subsidiam suas vaquinhas sagradas e depois reclamam dos preços dos alimentos…

Mas esses são e sempre foram os termos do comércio mundial: a lei do mais forte. A produção dos países ricos, seja a de tecnologia de ponta, seja a agroindústria, pode ter seus termos de troca valorizados; a dos países pobres ou emergentes, essa tem de ter preços aviltados, com termos de troca injustos impostos pelos donos da riqueza.

Naquelas circunstâncias, não tinha choro: era pagar o que eles queriam. Agora, quando acontece de estarem eles com a faca no peito e os tais termos de troca nos favorecem, nós somos os vilões do mercado. Seria engraçado se não fosse vergonhoso.

Não podemos cair nesse jogo. Não podemos nos deixar enganar pelo discurso demagógico que manipula o argumento da fome como se não tivessem os países ricos responsabilidades pela exploração colonial do Terceiro Mundo e pela imposição de relações desiguais de comércio década após década. E não podemos cair tampouco no jogo dos demagogos de vizinhos nossos, como o coronel Hugo Chávez, que ataca os biocombustíveis não porque causem fome, como tenta fazer crer, mas porque concorre com sua galinha dos ovos de ouro, o petróleo. Evo Morales é outro que, dependente da venda de gás natural, faz eco contra o etanol e o biodiesel.

Felizmente, nossos governantes não se deixam ludibriar, nem por autoridades internacionais, nem por dirigentes de países desenvolvidos, nem por esse vizinhos pobres, mas *amigos da onça*. Na XXX Conferência Regional da América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), realizada aqui em Brasília neste mês de abril, o Presidente Lula da Silva, interrogado sobre a relação entre os biocombustíveis e a carestia dos alimentos, declarou: "*É sempre mais fácil escolher respostas simplistas por trás de supostas preocupações sociais. O biodiesel não é o vilão na questão do aumento dos preços dos alimentos*".

O Brasil é, com efeito, o exemplo de país cuja agricultura tem conseguido realizações extraordinárias na produção e alimentos *e* de biocombustíveis. Ao mesmo tempo, sem que uma exclua a outra. E também sem ser necessário causar nova devastação florestal, ao contrário do que afirmam certas ONGs ambientalistas, que, paradoxalmente, conseguem se mostrar inimigas dos biocombustíveis.

Trata-se de um paradoxo porque é evidente que os biocombustíveis representam solução para o problema do equilíbrio dos gases reputados causadores do efeito estufa na atmosfera, ao substituir os combustíveis de origem fóssil.

Os Ministros Celso Amorim e Guido Mantega também deram declarações corretas no sentido de identificar os subsídios agrícolas e o protecionismo comercial dos países ricos como causas maiores da crise dos preços dos alimentos. E até o Presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, segundo matéria de Nalu Fernandes, do **Estado de S. Paulo** do dia 13 de abril, mesmo associando biocombustíveis e preços dos gêneros alimentícios, reconheceu que o álcool brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar, tem menos impacto no mercado de alimentos que o álcool americano, produzido a partir do milho e muito menos eficiente em termos de rendimento energético.

Disse Zoellick, ainda, que o Brasil é dos países que mais aumentou sua contribuição para o Programa Mundial de Alimentos da ONU.

Ora, esse reconhecimento, partindo do Presidente do Bird, deveria servir para calar as vozes acusatórias dos que não desejam ver o Brasil aproveitando uma conjuntura internacional favorável a sua capacidade produtiva e a seu perfil de exportações.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores: a decisão de produzir em escala industrial o álcool combustível, que já data de três décadas, colocou o Brasil em uma posição invejável em termos de segurança energética e de tecnologia alternativa para o petróleo. A tecnologia do agronegócio tornou possível aumentar a produção de alimentos e de biocombustíveis concomitantemente. Não permitamos que toda essa realização de nossa gente se perca por darmos ouvidos à cantilena desses arautos do desastre, que escondem suas verdadeiras intenções imperialistas sob o discurso tão simpático do combate à fome.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador José Maranhão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Exª fica bem nessa Presidência. O Pará está crescendo, não é?

Atentai bem! Nossa solidariedade ao povo baiano.

Senador César Borges, Confúcio disse: "Um quadro vale por mil palavras". O povo baiano é o mais inteligente do nosso Brasil. Eis o quadro: Rui Barbosa, a quem todos nós nos curvamos. O Senado, em 183 anos, quantas inteligências passaram por aqui? É a inteligência do povo baiano sintetizada.

Flexa Ribeiro, não se ouve esta Casa. Eu, Senador do Piauí, já tinha feito esse diagnóstico. Atentai bem! Em 1990, eu fiz um pronunciamento – para acordar esse Governo que aí está – dizendo que, das dez melhores universidades do País – não só faculdades de medicina –, sete eram federais e três eram particulares. Em 2000, mudou: das melhores, dez eram públicas, e sete, privadas.

Eu tenho que dizer isto com orgulho porque acompanhei: quando deixei o governo do Piauí, a Uespi, Universidade Estadual do Piauí, era uma das três melhores.

Mas, hoje, o MEC... Eu já fiz discursos aí. Eu acordei o Governo. O caos está em todo o ensino público federal. Hoje, das dez melhores universidades do Brasil, atentai bem: oito são privadas, particulares, e duas, públicas. Isso é um atestado da incompetência do Governo Federal. Esse é o MEC. Das dez...

Agora, a ignorância é audaciosa. Não adianta, a ignorância é audaciosa. Esse é um dado do MEC: das dez melhores, oito são privadas.

E vou dizer mais, aonde a ignorância está levando este País. Das faculdades de medicina privadas, tem no Nordeste uma que cobra R$4 mil por mês. Uma particular no Nordeste – não vou citar nome para não agredir ninguém – cobra R$4 mil por mês! E o estudante não paga só a mensalidade. Ele tem que comer, tem que morar, tem que ter roupa, tem que ter livro.

Então, nós vamos chegar ao tempo em que estarão sucateadas as universidades federais públicas, e só o rico, o privilegiado... Essa bolsa aí não vai resolver não. Vai levar o povo brasileiro pobre a nunca mais ser doutor. O que se vê aqui é que as universidades públicas estão decadentes.

Agora, à Bahia a nossa solidariedade. Tanto é verdade que o Paim tinha feito aqui uma convocação para homenagear, no Dia do Trabalho, o QI da Bahia, simbolizado por Rui Barbosa e toda a gente baiana. Os Senadores, aqui, são os mais brilhantes: não bastasse o que foi para o céu, Antonio Carlos Magalhães, como os que estão aqui, os três com quem convivemos. É o melhor QI de nossa Pátria.

Então, pesquisando para homenagear o Dia do Trabalho... Ô Marco Maciel, V. Exª que é da Academia de Letras, pode ver que tem mais baiano do que de qualquer outro Estado lá na Academia Brasileira de Letras. Os baianos são respeitados.

E, para rememorar e apagar isso, eu recitaria o que disse, em homenagem ao trabalho, Rui Barbosa:

> Há na vossa grandeza um condão para atrair os que não se rendem a outras: é que é a grandeza do trabalho. O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom.
>
> Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que assenta no trabalho é útil. Por isso, a riqueza, por isso, o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais: como ele, necessários, benfazejos como ele. Mas já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital.

E Rui Barbosa casou o trabalho com a educação, que fazem a riqueza e o exemplo para a nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Mão Santa, até pela economia que S. Exª concede a esta Presidência, porque já fez uso da palavra pela ordem e também pela inscrição como orador no dia de hoje.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à nobre Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço um pouquinho de tempo também porque gostaria de me pronunciar sobre essa questão da Bahia. Quero repudiar...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª terá os cinco minutos regimentais, mais o tempo necessário para que se solidarize com os baianos, como todos os Senadores aqui fazem neste instante.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero também trazer meu repúdio a essa afirmação racista e que merece o enquadramento na lei que hoje existe, a Lei nº 7.716, que é a Lei do Racismo, desse que seria o responsável pelos índices baixíssimos do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Eu me solidarizo, por intermédio da bancada da Bahia presente nesta Casa, o Senador César Borges e o Senador Antonio Carlos Júnior, com o povo baiano, que não merece esse tipo de coisa. Nenhum povo deste País, ninguém, nenhuma pessoa, de nenhuma cor, de nenhuma etnia, merece sofrer um tipo de afirmação tão negativa como essa.

Sr. Presidente, inicio minha comunicação na tarde de hoje registrando algo que considero triste, uma vez que é mais uma perda para o Partido dos Trabalhadores no Estado de Rondônia.

No dia de ontem, 29, terça-feira, por volta de 10 horas da manhã, foi assassinado nosso companheiro Edson Dutra Barros, morto brutalmente próximo à BR-421, possivelmente em função de conflitos agrários na fazenda Catanio, no Município de Campo Novo, em Rondônia. Edson era filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi vereador no Município de Alvorada d'Oeste, eleito pelos idos dos anos 90, e agora era pré-candidato a vereador no Município de Buritis.

Sr. Presidente, solicito ao Governo do Estado de Rondônia que aja com determinação a fim de responsabilizar as pessoas envolvidas nesse assassinato brutal. E digo mais uma perda porque já é o terceiro vereador que o Partido dos Trabalhadores perde no Estado de Rondônia apenas no ano de 2008.

Edson Dutra era casado, tinha seis filhos, era trabalhador e, com certeza, foi morto porque estava dando apoio às pessoas acampadas na fazenda Catanio, hoje em litígio, no Estado de Rondônia.

Infelizmente, não é de hoje que a violência assola o meu Estado no que diz respeito a questões agrárias.

Sr. Presidente, vou também fazer um outro registro; desta feita, com muito alegria. O Brasil viveu, ontem à tarde, um evento de grande significado neste ano em que se comemora os sessenta anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. Na tarde de ontem, o Governo brasileiro lançou oficialmente a Conferencia Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros – a chamada comunidade GLBT.

Convocada por decreto presidencial de 28 de novembro de 2007, a Conferência Nacional GLBT integra a programação do Governo Federal em comemoração aos 60 anos da edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas, e – sobretudo – reafirma o compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em tratar a questão dos direitos humanos como uma política de Estado.

Em dia com os avanços recém-conquistados e em construção no mundo, no respeito aos direitos universais dos seres humanos, o Brasil realiza a primeira conferência com essa abordagem no mundo, e terá como tema: "Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBT)".

Sr. Presidente, esse assunto parece incomodar muita gente. Há pessoas que não suportam ouvir falar as palavras gays, lésbicas, travestis, que logo começam a se exaltar. É justamente por isso que essa conferência precisa ser realizada, a fim de que comecemos a superar o que considero mais um tipo de preconceito, de discriminação, que leva à violência, violência que leva à morte de homens e mulheres, única e exclusivamente por conta de sua orientação sexual.

Sr. Presidente, com muita alegria, registro que 170 países, por considerarem essa uma inovação mundial, já confirmaram participação de representantes ministeriais, como observadores dessa inédita parceria da sociedade brasileira com o Governo Federal e os governos estaduais, para propor políticas públicas e contribuir na elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT, além de avaliar e propor estratégias para fortalecer o Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual.

A Conferência é coordenada pela Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Sedh) da Presidência da República.

Os delegados – representantes da sociedade civil e do Poder Público – estão sendo indicados em conferências estaduais organizadas por comissões formadas pelo Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, universidades públicas, Poder Executivo, Poder Legislativo e membros dos movimentos e organizações GLBT.

Uma portaria da Secretaria Especial de Direitos Humanos constituiu a comissão organizadora, composta por 32 pessoas, que subsidia a elaboração dos regimentos estaduais.

No último sábado, dia 26 passado, concluiu-se a etapa estadual da Conferência no Acre, com o apoio integral e a participação pessoal do Secretário Estadual de Direitos Humanos, Henrique Corinto, e do Governador Binho Marques.

Faço esse registro, Sr. Presidente, porque, também lá no Acre, destacou-se o alto nível de organização dos debates, que se realizaram na escola Armando Nogueira, em Rio Branco, capital do Estado.

Nesse sentido, quero louvar o lançamento da Conferência Nacional GLBT e saudar especialmente a comunidade acreana, parabenizando a todas e a todos, no nome do companheiro Germano Marino, presidente da pioneira Associação de Homossexuais do Acre, integrante da comissão organizadora desse grande evento e, certamente, um dos principais responsáveis pela excelência com que se realizou, no Es-

tado do Acre, a I Conferência GLBT. Faço-o, Sr. Presidente, pela coragem do Germano em ter sido um dos primeiros da Região Amazônica a fazer o registro da sua parceria civil, motivo pelo qual foi violentamente agredido nas ruas por aqueles que são contrários aos direitos humanos das comunidades GLBTs.

Sr. Presidente, gostaria de, ao encerrar, ousar fazer uma correção no pronunciamento tão expressivo do Senador Mão Santa, feito há pouco, e dizer a S. Exª que o levantamento do Enade constatou o contrário do que S. Exª afirmou. São as universidades federais as que têm hoje as melhores notas no curso de Medicina.

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – AC) – Permita-me, Sr. Presidente. Não são as universidades privadas. De quatro a cinco, encontra-se uma privada. O problema é que a mídia ressaltou, e com toda razão – acho que isto é correto também –, que quatro universidades federais precisam ser supervisionadas, porque estão com notas ruins. Precisamos, realmente, melhorar as notas dessas universidades. E, infelizmente, tivemos a avaliação e a afirmação racista desse coordenador do curso de Medicina da Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à nobre Senadora Fátima Cleide e concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Marco Maciel.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, art. 14! Art. 14!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª foi citado de forma...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Depende da interpretação. "Não há bem nem mal, o que vale é a interpretação", Shakespeare.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Já a concedo. Agora, já concedi a palavra ao Senador Marco Maciel, como orador inscrito, mas a concedo a V. Exª, em seguida, pelo art. 14.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Art. 14. E aprenda! Shakespeare: "Não há bem nem mal, o que vale é a interpretação".

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Quero aproveitar, Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tenho que ensinar a esse povo do PT. Já estou exausto, e eles não aprendem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª usará da palavra pelo art. 14.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Agradeço a sua iniciativa, a sua vontade de me ensinar; mas os seus ensinamentos, eu dispenso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senadora Fátima Cleide, quero aproveitar para saudar os alunos do Colégio Marista, que nos visitam nesta oportunidade e que estão em nossa galeria.

Sejam bem-vindos! Vocês são o futuro do nosso País. Aqui, vocês têm uma demonstração de que se procura trabalhar para transformar este País a fim de que tenham uma qualidade de vida melhor do que a que têm hoje.

Parabéns a vocês e obrigado pela visita. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Flexa Ribeiro, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, neste ano, coincidiu com a realização da III Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa no transcurso do primeiro centenário da fundação da ABI – Associação Brasileira de Imprensa e no primeiro aniversário da morte do p*ublisher* da , Octavio Frias de Oliveira.

E, ao registrar este fato, gostaria de, mais uma vez, homenagear, postumamente, a notável figura do p*ublisher* da **Folha de S. Paulo**, Octavio Frias de Oliveira, que tive a graça de conhecer e a oportunidade de com ele conviver em muitos episódios significativos da história da imprensa brasileira.

Sr. Presidente, volto à realização da III Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, evento promovido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), presidida pelo competente jornalista Nelson Sirotsky, que é também diretor presidente do grupo RBS, um dos grupos mais importantes da comunicação social em nosso país. A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) foi também co-patrocinadora do evento juntamente com a Unesco.

A passagem do dia mundial da liberdade de imprensa nos leva a uma meditação sobre a imprensa na história política do Brasil, tão intimamente entrelaçadas elas se encontram.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de participar do encontro como palestrante, juntamente com o Deputado Miro Teixeira, com o Dr. Cezar Britto, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o moderador do painel foi o jornalista Maurício Azêdo, por sinal, Presidente da ABI e acatado homem público brasileiro.

Sr. Presidente, a liberdade de consciência, sabe-se, é intrínseca à natureza humana só começa a realizar-se através da liberdade de expressão, daí é que se vai a liberdade de agir. Se olharmos, retrospectivamente, a história da imprensa no Brasil, vamos concluir facilmente que ela muito contribuiu, ao longo da História, para a formação da nacionalidade e da consciência crítica do País.

Não vou recordar aspectos passados, mas apenas salientar que, já que estamos celebrando o bicentenário da vinda da Família Real para o Brasil, quando D. João VI trouxe, entre outras instituições, a Impressão Régia, ou seja, traduzindo na linguagem de hoje, a Imprensa Nacional que permitiu suscitar no País um grande debate, através do qual se precipitou o processo de emancipação nacional.

O fato é que D. João VI chegou em 1808, e, em 1822, o Brasil era um país independente. Com isso, quero dizer que D. João VI trouxe para o País um projeto de Estado, na medida em que instalou a Impressão Régia, o ensino superior, as Forças Armadas e criou o Jardim Botânico; tudo isso propiciou o processo de formação nacional que redundou na independência.

Foi muito importante também a participação de pessoas, como José Bonifácio, o Patriarca da Independência, que, além de político, era geólogo, muito culto e jornalista. Poderia dar outros exemplos como o de Joaquim Nabuco, que foi um grande líder abolicionista e, ao mesmo tempo, usou o jornalismo para fazer a defesa dessa causa. Argumentaria também com outros, como Machado de Assis, um grande escritor cujo centenário de sua morte celebramos este ano, que deixou também palavras muito interessantes no campo da crônica política. Ele tem um livro intitulado "*O Velho Senado*", onde descreve como era esta Casa no período imperial, quando não era eletivo. Manifestou-se muitas e muitas vezes através de crônicas publicadas nos jornais e sempre defendia que se forjasse no País aquilo que denominou de instinto de nacionalidade, ou seja, um instinto de brasilidade. Mais adiante, poderíamos lembrar Rui Barbosa, cujo busto se encontra aqui acima da Mesa principal deste plenário, grande defensor da liberdade de imprensa e também um jurista que foi jornalista. Por fim, citaria um conterrâneo meu, Barbosa Lima Sobrinho, que foi Presidente da ABI, escritor, intelectual, Governador de Pernambuco e muito contribuiu para a liberdade de imprensa em nosso País.

Sabemos que, desde o início, os jornalistas tiveram papel muito importante na defesa das suas teses e muitos deles – entre os quais destaco Líbero Badaró – deram a sua vida em prol da liberdade de imprensa no Primeiro Reinado.

No Segundo Reinado. No Segundo Reinado prosseguiu a coincidência de liberdade de imprensa e de liberdade política. José de Alencar, um dos maiores escritores brasileiros, também jornalista se destacou como um dos grandes defensores da liberdade de expressão. É bom lembrar que José de Alencar teve presença política muito ativa. Foi Deputado Federal e sempre associou a sua obra em defesa liberdade de manifestação.

Na Primeira República, outros tantos jornalistas se destacaram neste mesmo espírito e, entre eles, Dunshee de Abranches que esteve entre os que mais combateram em defesa da democracia.

Ainda nesse período, em 1908,Gustavo Lacerda assumiu a iniciativa de criar a Associação Brasileira de Imprensa com o objetivo de congregar e defender os jornalistas. Àquela época, ainda não existiam os sindicatos. A ABI, de início, preenchia essa lacuna. Mesmo depois de criados os sindicatos, manteve as atividades de assistência médica e previdenciária ao lado das atividades culturais e políticas, sem nunca esquecer a sua finalidade precípua, qual seja, a de lutar pela liberdade de imprensa.

A ABI chega ao seu primeiro centenário com grandes serviços prestados à Nação e por isto não poderíamos deixar de juntar a nossa voz de reconhecimento, de regozijo ao trabalho que a ABI vem prestando ao País ao longo do nosso evoluir histórico.

Herbert Moses, quando seu presidente, liderou a construção da sede própria, onde hoje a ABI se encontra instalada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª terá o tempo necessário para concluir o seu brilhante pronunciamento, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado a V. Exª.

Mas, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, o que mais viveu e exerceu também o cargo de presidente da ABI foi Barbosa Lima Sobrinho, a quem já me referi. Ele faleceu com 103 anos, um autêntico cidadão republicano na plena acepção do termo, isento, acima das paixões, porém sempre fiel ao seu ideal.

Hoje a presidência da ABI, como salientei, é exercida pelo jornalista Mauricio Azedo, continuador

da grande tradição de liberdade defendida por sucessivas gerações de jornalistas.

Sr. Presidente, a democracia em geral e o Poder Legislativo em especial trabalham em necessária colaboração com a imprensa. Ela hoje, a imprensa, se estende dos jornais e revistas às chamadas mídias eletrônicas, falada e televisiva. Todas partem de textos escritos, relatando e comentando realidades concretas quotidianas. A liberdade de expressão tem de ser exercida por todos setores.

Considero-me gutemberguiano, ou seja, apreciador da mídia impressa, invento atribuído a Johann Gutemberg, no início do século XV – ele nasceu, se não estou equivocado, no ano 1400, bem no início do século XV, quando já começávamos a ingressar no Renascimento, fase de grande *aggiornamento* que viveu o mundo, saindo do período da Idade Média.

Além dos jornais, revistas e outras mídias impressas, surgiram as mídias eletrônicas, de que são exemplo o rádio e a televisão, e hoje as mídias virtuais, como conseqüência da revolução tecnológica, a *internet*, que Millôr Fernandes chama de "Infernet", **blogs**, a nova imprensa, etc.

McLuhan, ao estudar o que denominou aldeia global, referia-se ao que chamou de galáxia de Gutemberg, o mundo das imprensas tão diversificadas pelas tecnologias numa das muitas globalizações dos tempos atuais.

De fato, o mundo vive um grande momento de aceleração histórica e isso se reflete de forma visível e palpável até, podemos dizer, por grandes transformações que se operam no campo da ciência e da tecnologia, posto que o que passou a acontecer nos pontos mais distantes do mundo imediatamente se conhece como algo ocorrendo muito próximo a todos nós.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, no sentido ético de responsabilidade social, tornou-se fundamental a busca de aprimorar os costumes políticos.

É bom salientar, por oportuno, Sr. Presidente, que a nossa geração teve a aventura, se assim posso dizer, de ter assistido à virada de um século. Poucas gerações viram a virada de um século. Pouquíssimas gerações viram a virada de um milênio. Somos de uma geração privilegiada porque vimos perpassar um século – do século XX para o século XXI – e vimos também ultrapassar o novo milênio – do 2º para o 3º milênio da chamada Era Cristã. Somos, sob esse aspecto, uma geração privilegiada. E, ao constatar o óbvio, podemos dizer que isso nos faz refletir sobre esses novos tempos que surgem do século XXI, do 3º milênio da Era Cristã.

Vivemos hoje – e recorro a uma expressão de Anthony Downs – numa "multidão solitária", como ele assim denominou, e nos movemos muito em função de símbolos e ritos, como chamou a atenção Umberto Ecco. O que parece marcar muito a sociedade dos nossos dias são constatações que nos levam a dizer que muitos dos nossos símbolos estão perdendo a sua real significação e sentimos que há uma certa perplexidade nos tempos em que vivemos. E isso tem provocado reflexos nos mais diferentes campos da atividade humana.

Nenhum sistema pode sobreviver de forma adequada se não fundado, por isso mesmo, em preceitos éticos. Por outro lado, inovação, mudança, renovação não são incompatíveis com a tradição. Tradição é condição necessária, embora não suficiente para a sua credibilidade.

A ABI, por seus jornalistas, há muito acompanha o que se passa dentro e fora do País. Grandes jornais e televisões brasileiros dispõem de correspondentes estaduais e internacionais. Noticiam e comentam os fatos acontecidos em cada momento importante. Enfim, a imprensa brasileira está entre as melhores do mundo.

A Associação Brasileira de Imprensa, Sr. Presidente – estou concluindo –, nestes cem anos vem testemunhando, com isenção e coragem, o desenrolar dos grandes acontecimentos nacionais e mundiais. O Senado Federal só pode regozijar-se com essas comemorações e desejar que prossiga, em outros tantos anos, a ABI a comemorar o meritório trabalho que realiza em favor da liberdade de imprensa no País.

Devo registrar também, por oportuno, que o evento a que me refiro, além do patrocínio da ANJ, da SIP, da Unesco e da ABI, teve também a participação da Câmara dos Deputados, cujo Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, presidiu o primeiro painel.

É ocasião também, Sr. Presidente, para dizer que há muita interação entre Imprensa e Parlamento. Imprensa e Parlamento são como irmãos siameses, estão xifopagamente ligados: um não vive sem o outro. Daí porque, ao homenagear a Imprensa, estamos também defendendo uma instituição que tem lutado pela liberdade, ao longo da nossa história.

O Parlamento brasileiro, sob esse aspecto, é um modelo de coerência cívica, no sentido de reconhecer o papel da imprensa como forma de vertebrar corretamente um processo democrático e como forma de assegurar a todos igualdade de participação.

É de se notar, Sr. Presidente, que a Imprensa, enquanto instituição, promove interlocução entre a sociedade e o Governo, outro papel significadamente importante e que constitui um permanente desafio para nós políticos.

Concluo minhas palavras, Sr. Presidente, citando Rui Barbosa, que foi um grande jurista, um grande escritor, mas também um grande jornalista. Rui Barbosa, no trabalho intitulado *A Imprensa e o Dever da Verdade*, afirma: "Imprensa é a vista da Nação... Para a Nação, não há segredos".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Marco Maciel. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento em homenagem à imprensa brasileira e dizer que me solidarizo com as suas palavras.

Parabéns a V. Exª.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª já está inscrito para falar pela Liderança.

Senador Mão Santa, V. Exª solicita a palavra pelo art. 14. Esclareço, contudo, que a citação do nome de V. Exª pela Senadora Fátima Cleide não foi ofensiva ou negativa. Ela apenas discordou da informação que V. Exª deu. Mesmo assim, V. Exª terá, democraticamente, o direito à palavra pelo art. 14, até porque é o primeiro Parlamentar, na sessão de hoje, a solicitá-la com base nesse artigo do Regimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Shakespeare já disse que não existe bem nem mal, o que vale é a interpretação. O que eu queria dizer era o seguinte: o que eu me referi aqui foi a "universidade". Eu tenho uma vivência, sou médico, sou pós-graduado, também tenho curso de gestão pública e administração pela Fundação Getulio Vargas, governei o Estado e fiz o maior desenvolvimento universitário deste País.

Sr. Presidente, não estou contestando a análise que foi feita aqui sobre os cursos de Medicina, de maneira nenhuma. Mas eu me referi à "universidade". Em uma universidade há dezenas, até centenas de cursos. Então, eu falei "universidade". Um dado que já trouxe em um pronunciamento que já fiz nesta Casa é que, em 1990 – não era Presidente nem Luiz Inácio, eu acho que estava deixando a Presidência o nosso grande Presidente Sarney... E universidade não é faculdade. Eu não estou contestando, nem aplaudindo, nem condenando a avaliação feita pelo Enade. Não estou. Mas aqui se trata de faculdade. Eu disse "universidade", o que é mais complexo. Há universidades com mais de cem cursos. A que eu ajudei a criar e fortalecer no Piauí tinha mais de 400 cursos, 36 *campi* universitários em cidades do interior.

Como dizia, num pronunciamento que já havia feito aqui, em 1990, segundo dados oficiais do MEC, das dez melhores universidades do Brasil – universidades, algumas delas têm centenas de cursos –, sete eram públicas, eram do Governo, e três eram privadas, ou seja, particulares. Em 2000, quando eu governava o Piauí, atento ao ensino universitário, houve uma inversão: das dez melhores, três eram públicas, caíram – e, em 2000, Luiz Inácio não era nem Presidente da República –, e sete eram privadas. Hoje, elas cresceram. Com o poder econômico, em Estados fortes, as universidades privadas se fortaleceram muito. Então, hoje, das dez melhores universidades... Não é faculdade de Medicina. Há uma diferença muito grande entre uma faculdade e uma universidade. Há universidades que estão espalhadas pelo País, que estão presentes em vários Estados. Então, hoje, em 2008, das dez melhores, só duas são públicas e oito são particulares.

Eu não quis contestar. É uma realidade. E isso nos preocupa, porque cada vez mais se tiram as possibilidades dos estudantes pobres, diminuindo relativamente o acesso. Quando eu me formei... Eu fui fazer Medicina no Ceará – não existia nem no Piauí nem no Maranhão. Só havia uma faculdade de Medicina federal. Hoje, por esses anos, vimos que há centenas espalhadas no Brasil. Mas isso, cada vez mais, está tirando a chance do estudante pobre que precisa da universidade pública.

Essa foi a minha preocupação e acho que é a de V. Exª e do Brasil. Foi um apelo para que haja investimento na universidade pública. Existe uma do Nordeste – não quero citar o nome – em que uma neta minha estudou, e ela pagava R$4 mil por mês no curso de Medicina.

Então, essa é a minha preocupação. Eu estudei em uma universidade que tinha faculdade de Medicina pública; fiz pós-graduação, mestrado e residência

também numa faculdade pública; e fiz, depois, como Governador, na Fundação Getulio Vargas, um curso de Gestão Pública.

E o Senado é para isso, é para trazer uma luz para o Governo. Essa é a realidade.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Srªs e Srs. Senadores, recebemos ontem, na Presidência do Senado Federal, o Vice-Presidente eleito do Paraguai, Frederico Franco, eleito na chapa de Fernando Lugo, que polemizou durante a sua campanha, defendendo teses que diziam respeito a interesses na relação daquele País com o Brasil, notadamente quanto a Itaipu. A presença do Vice-Presidente paraguaio entre nós teve como objetivo, provavelmente, apagar a fogueira acesa com o debate eleitoral do Paraguai, quando o nosso País foi denominado país imperialista e explorador. Discutimos alguns assuntos relevantes para as relações diplomáticas Brasil-Paraguai.

Entre esses assuntos, a questão da transparência na gestão da Binacional Itaipu. Há um projeto que tramita nesta Casa há algum tempo que propõe alterações constitucionais a esse respeito. Nossa pretensão é abrir a caixa-preta, a nossa pretensão é propor transparência e fiscalização nos atos da administração da Binacional Itaipu, uma empresa da maior importância para o nosso País, empresa avaliada em cerca de U$60 bilhões.

Não há prestação de contas, não há fiscalização alguma, ninguém tem acesso às informações sobre a contabilidade da empresa. Nem mesmo o Supremo Tribunal Federal teria, se desejasse hoje, acesso àquelas informações. São informações mais sigilosas do que aquelas que são guardadas a sete chaves na Presidência da República, relativas aos gastos com os cartões corporativos.

A nossa proposta estabelece duas alterações essenciais. Uma delas: o Senado Federal apreciaria a indicação dos dirigentes da empresa. O Senado Federal, como faz em relação a Embaixadores, Ministros do Supremo e do Superior Tribunal de Justiça, a dirigentes do Banco Central, passaria a avalizar previamente as indicações de presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público de cujo capital social a União participe de forma direta ou indireta. Itaipu enquadra-se nesse figurino.

Nós achamos que estamos vivendo em outro tempo. Esse arcabouço jurídico foi idealizado num período autoritário. Nós estamos na vigência do Estado de Direito democrático. Não cabe mais esse modelo de gestão. É necessário alterá-lo e, o que é essencial, agora temos o apoio do governo paraguaio. No entendimento que mantivemos ontem com o Vice-Presidente eleito, ficou visível que a posição do governo eleito é também de propor transparência – essa palavra foi pronunciada por ele diversas vezes.

É evidente que não basta alterarmos a nossa Constituição: para alterarmos o tratado, há necessidade de concordância do país parceiro. Nesse caso temos a concordância do Paraguai. Daí a razão deste pronunciamento: pedir aos nobres Senadores que possibilitem uma rápida tramitação dessa proposta, a fim de que possamos alterar a nossa Constituição e, a partir daí, no tempo previsível, o Brasil manter entendimentos com o Paraguai para alterar o tratado no que diz respeito à fiscalização das ações administrativas da Binacional Itaipu.

Na nossa justificativa escrevemos exatamente isso:

> (...) "Decerto, não podemos, unilateralmente, obrigar outros Estados soberanos a modificar tratados já firmados que tratem da constituição de pessoas jurídicas internacionais que exercem atividade econômica ou que sejam prestadoras de serviços públicos de que a União participa, direta ou indiretamente. Todavia, jungido pela Constituição, o Poder Executivo não pode se furtar ao dever de abrir negociações, utilizando todos os meios diplomáticos de que dispõe para que seja incorporada a esses acordos internacionais a possibilidade de fiscalização dessas entidades pelo TCU." (...)

O que se pretende, portanto, é que o Tribunal de Contas da União no Brasil fiscalize e que órgão semelhante no Paraguai faça o mesmo.

Aprovada essa alteração à nossa Constituição, certamente providências semelhantes serão adotadas no Paraguai, já que o governo eleito concorda com a necessidade dessa alteração. Portanto, em relação a isso, há convergência agora, e podemos agir.

Não deve haver convergência, porém, no que diz respeito à alteração de preços da energia paga pelo Brasil ao Paraguai. E vou pedir a V. Exª, Senador Mão Santa, que autorize a publicação nos Anais da Casa

de artigo a esse respeito denominado "Itaipu e o Paraguai", artigo da lavra de Hélio Duque, que é Doutor em Ciências, na área de Economia, pela Universidade Estadual Paulista, Unesp; foi Deputado Federal e é autor de vários livros sobre economia brasileira, e tenho a honra de tê-lo como um de meus suplentes.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Hélio Duque escreve esse artigo, e eu peço a V. Exª que o registre nos Anais – depois concederei o aparte a V. Exª –, porque eu quero antes, Senador Flexa Ribeiro, fazer referência a dados importantes que constam desse artigo. Por exemplo:

> "O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, tem prazo de validade de 50 anos e só poderá ser renegociado em 2023. O capital inicial da Itaipu binacional era US$100 milhões [50% do Brasil, 50% do Paraguai]".

Os 50% da Ande (a Eletrobrás deles), equivalente a US$50 milhões só puderam ser investidos pelo Paraguai porque foram emprestados pelo Banco do Brasil. Ou seja, o Banco do Brasil financiou o Paraguai para que ele se tornasse nosso sócio na binacional Itaipu.

> O custo de Itaipu foi estimado em US12 bilhões, recursos captados no mercado internacional pelo Brasil, avalizados pelo Tesouro Nacional. Ao final da obra, o total da dívida, fruto dos empréstimos internacionais, atingia o montante de US$26,9 bilhões. O Paraguai em todo o processo foi um "sócio" contemplativo. Contudo, por ser uma administração compartilhada, ela é dualizada. As funções diretoriais e funcionais existentes no lado brasileiro têm o correspondente no lado paraguaio.
>
> Ao completar 10 anos, Itaipu viu a primeira turbina entrar em funcionamento. (...) O Paraguai tem direito a 50% da energia de Itaipu. Em função da sua estrutura econômica frágil, o Brasil compra o excedente. E paga religiosamente pela "energia paraguaia". Somente com o pagamento de "royalties" e remuneração da energia, o Brasil vem pagando US$375 milhões de dólares anuais.

O Paraguai, portanto, é um sócio contemplativo, só é sócio porque recebeu empréstimo do Banco do Brasil. O Paraguai recebe U$375 milhões sem nada investir anualmente.

> A amortização dos empréstimos externos vem ocorrendo obedecendo rígido organograma financeiro. O total da dívida [do Paraguai] hoje é de U$18 bilhões e sua liquidação é estimada para 2023 [quando do término desse tratado]. (...) A amortização da dívida absorve U$2 bilhões do montante orçamentário [de Itaipu, que é de U$3,2 bilhões].
>
> O Tratado de Itaipu proporcionou ao Paraguai uma escala econômica inimaginável. Calcula-se que o valor de mercado de Itaipu hoje seria de U$60 bilhões. Comparativamente ao PIB (Produto Interno Bruto) paraguaio, seria seis vezes maior.

Portanto, o Paraguai hoje tem um patrimônio de U$30 bilhões, sem realizar, na verdade, um centavo sequer de investimento próprio. Esse patrimônio é três vezes maior do que o Produto Interno Bruto do Paraguai! Portanto, o Brasil não pode ser acusado de imperialista e de explorador. Ao contrário, o Brasil é benfeitor.

E é nestes termos que o Governo brasileiro deve exigir ser tratado pelo governo paraguaio. Este assunto, Senador Flexa Ribeiro, une Governo e Oposição no Brasil, e não poderia ser diferente.

Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É um breve aparte, Senador Alvaro Dias, para cumprimentá-lo por trazer à tribuna esse assunto que já aflige e preocupa a todos nós, V. Exª que é conhecedor profundo da questão e um representante do Estado do Paraná, onde temos a nossa hidrelétrica. Eu queria só fazer uma referência ao que li ontem na imprensa nacional, uma declaração do Senador Aloizio Mercadante, que foi eleito presidente do grupo brasileiro no Parlamento do Mercosul. O Senador Mercadante deu uma declaração de que, em hipótese nenhuma, o Governo brasileiro iria rever o acordo firmado com o Paraguai. V. Exª já deu todos os dados que mostram realmente que o Brasil foi benfeitor no tratado que fez ao assumir o investimento e aceitar o pagamento parcelado até 2023. Espero que realmente desta vez o Governo brasileiro não faça o que fez quando da Bolívia, que recuou de uma posição primeira. E que o nosso Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante, como membro proeminente do Partido dos Trabalhadores e com acesso ao Presidente, possa fazer valer aquilo que ele próprio declarou, ou seja, o Brasil não haverá de transigir com relação ao acordo firmado e que vem sendo cumprido ao longo dos anos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

É uma injustiça que temos que repudiar. Vamos compreender o discurso de palanque: acabou a eleição no Paraguai, vamos colocar esse discurso nos seus devidos termos. O Brasil é benfeitor do Paraguai e jamais foi explorador, não somos uma Nação imperialista. Isso tem que ficar claro.

Antes de concluir, Sr. Presidente, tratamos também com o vice-Presidente do Paraguai sobre os "brasiguaios", que estão preocupados, evidentemente. Muda o governo, há muitos "brasiguaios" numa situação de insegurança, são mais de 500 mil brasileiros que adquiriram propriedades no Paraguai e vivem lá. Estes são os chamados "brasiguaios", muitos deles com documentação regular; outros, com documentação a se regularizar.

Recebemos, há poucos dias, telefonema do Secretário de Relações Internacionais da Cidade de Foz do Iguaçu, Sérgio Lobato, preocupado com essa questão. Tratamos desse assunto com o vice-Presidente eleito, que nos assegurou segurança absoluta aos proprietários brasileiros no Paraguai. A reforma agrária que se fará no país, segundo ele, não comprometerá as atividades produtivas dos "brasiguaios". Aqueles que possuem documentação legalizada serão absolutamente respeitados; e aqueles que devem regularizar a sua documentação, uma comissão já constituída está tratando do assunto. Haverá uma negociação com os brasileiros que lá se instalaram e que, eventualmente, ainda não tenham as suas terras regularizadas oficialmente pelo governo daquele país.

Portanto, é uma palavra de tranqüilidade que nos transmitiu o vice-Presidente do Paraguai.

De resto, diz ele, desejar...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Desejar que o Paraguai continue bom sócio e bom amigo do Brasil. E é o que queremos: relações diplomáticas civilizadas, cordiais e respeitosas.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antes de concluir, se o Presidente Mão Santa me permite, quero conceder um aparte ao seu conterrâneo, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Infelizmente, eu estava em outro compromisso e só peguei a parte final do seu pronunciamento, mas quero dizer que tive a mesma opinião de V. Exª, que conhece, até mesmo pela geografia, mais detalhadamente a questão Brasil-Paraguai. Ontem, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, tive a oportunidade de receber o vice-Presidente, que considerei uma pessoa ponderada, e a impressão que tenho é a mesma de V. Exª. Uma das primeiras palavras dele para mim foi: "as emoções eleitorais acabaram, a campanha acabou, temos, agora, que tratar das questões envolvendo a relação histórica entre os dois países". Penso que rever tarifas é uma questão legítima; tratado, não. E não vi da parte dele nenhum estímulo à revisão do tratado, pelo contrário, defendendo a sua manutenção. Mas temos outras questões. Ele abordou o problema dos sacoleiros, que temos que tratar com responsabilidade, como temos que tratar todo esse questionamento dos "brasiguaios". Agora, para ser tratada de maneira objetiva essa questão, só a partir de 15 de agosto. A Comissão, inclusive, recebeu convite para a posse. Senador Alvaro Dias, penso que estamos diante de boas perspectivas. Esse impacto, esse suspense criado pelo clima eleitoral já se esvaiu com o tempo e temos que manter a amizade que temos com os paraguaios, e V. Exª, mais do que qualquer um de nós, porque é o mais vizinho de todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Exª, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pode ser uma ponte importante. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em tempos passados, já esteve na cidade de Foz do Iguaçu, em um encontro que promovemos com autoridade paraguaias, discutindo exatamente as nossas relações. Há convergências, há divergências e precisamos reestudar os acordos que foram celebrados ao longo do tempo, no que diz respeito ao ir e vir das pessoas, às relações existentes de trabalho. E temos, aqui, esse projeto em regime de urgência que trata dos sacoleiros, transformando-os em microempresários, que já está na pauta da Ordem do Dia – é o terceiro item da pauta – e, provavelmente, na próxima semana, estaremos debatendo, aqui, este assunto.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela condescendência de sempre, oferecendo-nos um tempo maior do que merecemos, para tratarmos deste assunto que é muito importante, mais importante, evidentemente, do que a nossa presença nesta tribuna.

Muito obrigado a V. Exª.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Itaipu e o Paraguai

Hélio Duque

A binacional hidroelétrica de Itaipu já nasceu polêmica. O governo autoritário embalava o sonho do "Brasil Grande" e a sua concepção se encaixava nos objetivos estratégicos de visão geopolítica militar. O projeto original era outro e surgiu no final do governo Juscelino Kubitschek, objetivando o aproveitamento das potencialidades geradoras de energia de Sete Quedas. Somente em 1961, quando JK não era mais presidente, o projeto foi concluído. O seu autor foi o engenheiro militar Pedro Henrique Rupp e sugeria que o rio Paraná fosse desviado para o interior do território nacional, antes de alcançar a área fronteiriça com o Paraguai, acima dos Saltos del Guairá. A diplomaria dos dois países ficaria encarregada de encontrar uma solução negociada. Com isso, estaria garantida a integridade das Sete Quedas de Guaira.

Em 1962, no governo João Goulart, o engenheiro eletricista Octávio Marcondes Ferraz, atualizou o projeto original. Na década de 40 ele foi o responsável pela construção da maior obra da engenharia nacional até então executada no Brasil: a hidroelétrica de Paulo Afonso. Contornara obstáculos técnicos quase intransponíveis. Um deles foi a operação de desvio do rio São Francisco. Conhecia o que iria propor. Era uma hidroelétrica inteiramente brasileira e não binacional. A abertura de um canal de 60 quilômetros permitiria o fluxo da água que seria mais adiante devolvida ao curso natural do rio, depois de gerar na hidroelétrica construída na área, 10 milhões de quilowatts.

Enxergando o futuro Marcondes Ferraz afirmava: "Sempre que se faz uma usina muito grande, se a gente adiar obras que não são imediatamente utilizáveis, sempre se diminui os investimentos preliminares e, sobretudo, os juros durante a construção. Por isso, eu tinha previsto, ali, três usinas hidroelétricas. Fazia a primeira e, quando fosse necessário fazia a segunda e depois a terceira."

Além da competência técnica, sua visão ecológica era formidável. Entendia fundamental manter a integridade de Sete Quedas. A sua extraordinária beleza foi sepultada pelas águas para se construir Itaipu. O poeta Carlos Drummond de Andrade protestou em nome da humanidade: "Sete Quedas por nós passaram/ e não soubemos, ah, não soubemos amá-las/ e todas sete foras mortas/ e todas sete somem no ar/ sete fantasmas, sete crimes/ dos vivos golpeando a vida/ que nunca mais renascerá".

Quando Marcondes Ferraz no seu projeto propôs a criação de três hidroelétricas em território brasileiro, preservando a beleza das Sete Quedas, antevia a desnecessidade de uma associação com o Paraguai. Hoje naquele País, o Brasil é vilão e recebe acusações do tipo "são 34 anos de espoliação, engano e injustiça em Itaipu." O jornal ABC Color acusa o Brasil de imperialista e explorador. O agora eleito presidente da República Fernando Lugo, quando candidato, acusava: "Sem dúvida, a realidade da Itaipu Binacional é que se tirou do povo paraguaio a sua soberania. Por que não podemos recuperar nossa soberania sobre Itaipu? "Ameaçava denunciar o Tratado de Itaipu à Corte de Haia e denunciava: "Historicamente o Brasil tem roubado o Paraguai."

Os paraguaios demonstram profunda ignorância e má fé, quando formulam essas acusações. Em verdade o Brasil ao compartilhar o uso da água, favoreceu

extraordinariamente aquele País.

O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, tem prazo de validade de 50 anos e só poderá ser renegociado em 2.023. O capital inicial da Itaipu binacional era US$ 100 milhões. Os 50% da Ande (a Eletrobrás deles), equivalente a US$ 50 milhões só foi possível porque o Banco do Brasil emprestou e financiou. O custo de Itaipu foi estimado em US$ 12 bilhões, recursos captados no mercado internacional pelo Brasil, avalizados pelo Tesouro nacional. Ao final da obra, o total da dívida fruto dos empréstimos internacionais, atingia o montante de US$ 26,9 bilhões. O Paraguai em todo o processo foi um "sócio" contemplativo. Contudo, por ser uma administração compartilhada, ela é dualizada. As funções diretoriais e funcionais existentes no lado brasileiro têm o correspondente no lado paraguaio.

Ao completar 10 anos, Itaipu viu a primeira turbina entrar em funcionamento e desde 1984 passou a gerar receitas que são usadas para amortizar as dívidas contraídas para a sua construção. O Paraguai tem direito a 50% da energia de Itaipu. Em função da sua estrutura econômica frágil o Brasil compra o excedente. E paga religiosamente pela "energia paraguaia". Somente com o pagamento de "royalties" e remuneração da energia, o Brasil vem pagando US$ 375 milhões de dólares anuais.

A amortização dos empréstimos externos vem ocorrendo obedecendo rígido organograma financeiro. O total da dívida hoje é se US$ 18 bilhões e sua liquidação é estimada para 2.003. O orçamento anual de Itaipu é da ordem de US$ 3,2 bilhões. A amortização da dívida absorve US$ 2 bilhões do montante orçamentário. A empresa vem se pagando com os seus próprios recursos e transferindo grandes benefícios para os paraguaios. Por exemplo, o consumidor, guarani paga energia mais barata do que os consumidores brasileiros, em função do que chamam de "energia excedente".

O Tratado de Itaipu proporcionou ao Paraguai uma escala econômica inimaginável. Calcula-se que o valor de mercado de Itaipu seria de US$ 60 bilhões. Comparativamente ao PIB (Produto Interno Bruto) paraguaio seria seis vezes maior. Ele é de US$ 9,3 bilhões de dólares. Sendo binacional, o Paraguai detendo 50% da empresa nominalmente é dono de US$ 30 bilhões. Três vezes maior do que o seu PIB nacional. E o Brasil é acusado de imperialista e explorador, quando na verdade é um benfeitor.

Tivesse prevalecido o projeto do engenheiro Octavio Marcondes Ferraz, estaríamos livres de um "parceiro" hostil, fornecedor unicamente de águas compartilhadas. O governo brasileiro não pode e não deve ceder em qualquer tipo de negociação que represente revisão no Tratado de Itaipu. Firmeza na defesa dos interesses nacionais é os que os brasileiros exigem do seu governo. Renegociação tem data certa: 2023.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira. Atualmente é suplente do Senador Alvaro Dias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IV do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. .....

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha de:

a) chefes de missão diplomática de caráter permanente;

b) presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta:

....."(NR)

Art. 2º O inciso V do art. 71 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71. .....

.....

V – fiscalizar as contas nacionais de pessoa jurídica de direito internacional que exerça atividade econômica ou preste serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo, que deverá conter dispositivo garantidor do exercício do controle externo, conforme preceituado nesta Constituição;

..... NR)"

Art. 3º Serão iniciadas, em até doze meses da publicação desta Emenda Constitucional, negociações para incluir nos tratados constitutivos de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, dispositivo que permita o exercício do controle externo, conforme preceituado na Constituição.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição que apresentamos tem por fim deixar claro o que, em verdade, já existe no Texto Constitucional, mas não vem sendo respeitado. Em especial no que tange à Itaipu Binacional.

Antes de ser uma alteração, é uma medida ratificadora da vontade do constituinte originário e de proteção das competências do Congresso Nacional, que tem entre suas missões a de zelar pela efetividade dos princípios programáticos contidos na Carta Política. A melhoria na redação dos dispositivos constitucionais é uma forma de desempenhar essa missão.

O Poder Executivo tem se quedado inerte quanto à obrigação imposta pela Carta Cidadã de que acordos internacionais assinados pelo Brasil para constituir pessoas jurídicas de direito internacional, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, contenham dispositivo que permita a concretização do princípio programático – claramente expresso no inciso V do art. 71 – de que tais entidades sejam submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). Em razão dessa inércia, por exemplo, a empresa binacional brasileiro-paraguaia encontra-se virtualmente imune ao controle externo. Ou seja, o dinheiro público vem sendo administrado sem a possibilidade de que o Congresso Nacional, auxiliado pela Corte de Contas, exerça sua competência constitucional.

A tripartição de poderes é cláusula pétrea, conseqüentemente, qualquer medida tendente a reduzi-la pela inconstitucionalidade. Considerando que o titular do controle externo é o Congresso Nacional, um tratado firmado pela União com o fim de constituir pessoa jurídica de direito internacional que exerça atividade econômica ou preste serviço público que não preveja, ou pior, que vede a fiscalização pelo TCU não pode ser ratificado pelo Congresso Nacional, porquanto o tribunal é órgão que lhe presta auxílio direto. Materialmente, a hipótese caracteriza redução dessa atribuição do Poder Legislativo.

Outrossim, tratados preexistentes que não contemplem essa fiscalização necessitam ser revistos, de forma a incorporar a premissa constitucional.

Decerto, não podemos, unilateralmente, obrigar outros Estados soberanos a modificar tratados já firmados que tratem da constituição de pessoas jurídicas internacionais que exercem atividade econômica ou que sejam prestadoras de serviços públicos de que a União participa, direta ou indiretamente. Todavia, jungido pela Constituição, o Poder Executivo não pode se furtar ao dever de abrir negociações, utilizando todos os meios diplomáticos de que dispõe para que seja incorporada a esses acordos internacionais a possibilidade de fiscalização dessas entidades pelo TCU.

No bojo das medidas de valorização do controle externo inserimos regra que exige a aprovação prévia pelo Senado Federal de presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta proposição, certos de sua importância para os interesses maiores da Nação.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2006. – Senador **Alvaro Dias.**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2006

Data da leitura	05/07/2006
Autor	**SENADOR - Alvaro Dias**
Ementa	Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União.
Despacho inicial	(SF) CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÕES (ordem decrescente de data)

PEC 00030 / 2006

03/10/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Recebido o relatório do Senador Eduardo Azeredo com voto pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

19/09/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Instalada a Comissão. Distribuído ao Senador Eduardo Azeredo para emitir relatório.

25/01/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Retorna à CCJ. Matéria aguardando instalação da Comissão para posterior distribuição.

02/01/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

27/12/2006 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura). À SSCLSF.

06/07/2006 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

05/07/2006 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Leitura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Publicação em 06/07/2006 no DSF Página(s): 22837 - 22841 (**Ver Diário**)

05/07/2006 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO
Este processo contém 10 (dez) folhas numeradas e rubricadas. À CCJ.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Flexa Ribeiro, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos cumprimentá-lo e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes, pelas preocupações externadas em relação ao Paraguai. No passado, tivemos uma história muito infeliz, Presidente Heráclito Fortes. Todos sabemos que o Paraguai foi a primeira civilização a se industrializar aqui na América do Sul, e eles começaram com uma indústria têxtil incipiente. Mas o poder econômico é perverso: os ingleses dominavam o comércio e a indústria. Infelizmente, aceitamos dinheiro dos ingleses – também os argentinos e uruguaios – e fizemos aquela guerra. E não só os ingleses, também os portugueses que dependiam dos primeiros. Foram cinco países contra um. Foi um massacre, uma nódoa na nossa história. É uma das guerras mais tristes da história do mundo. Cinco países contra os irmãos paraguaios, que tinham uma indústria têxtil incipiente e estavam ganhando mercado.

Então, assim como o Presidente Luiz Inácio, que, num feliz gesto, foi à África e pediu perdão por termos transportados aqueles seres humanos como escravos, também temos que nos aportar ao Paraguai, pedindo desculpas pelo que passou. E vamos construir um futuro alicerçado pela política do Mercosul, na qual todos nós estamos trabalhando.

Convidamos para usar da palavra o Senador pelo Estado do Pará, Flexa Ribeiro, que é do PSDB.

Em seguida, está inscrito, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes. Se V. Exª quiser... Porque estamos alternando, há outros inscritos para comunicação inadiável, e o tempo aqui é livre. É o espírito da lei. Eu coloco comunicação, porque, assim, alternamos. Ainda temos o Senador Valadares, mas já terminaram as inscrições para comunicação inadiável. V. Exª falará como Líder, não?

V. Exª pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, mas tenho confiança na capacidade de síntese e na inteligência de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, nobre Presidente, Senador Mão Santa. Usarei o tempo regimental para fazer o pronunciamento.

Eu quero aproveitar esta vinda à tribuna para, Senador Valadares, parabenizar o trabalhador brasileiro.

Amanhã, dia 1º de maio, homenageamos os trabalhadores do nosso País, aqueles que, no dia-a-dia, com o suor dos seus rostos, com os seus esforços, constroem o nosso País.

Eu não poderia deixar, Senador Pedro Simon, nesta oportunidade, de parabenizar todos os brasileiros e todas as brasileiras que, por meio do trabalho digno, dão condições de crescimento e de desenvolvimento ao nosso País, em especial, os trabalhadores do meu querido Estado do Pará.

Amanhã, estarei em Belém participando de várias homenagens aos trabalhadores paraenses, representados por aqueles que lá puderem estar, mas, com certeza, essas homenagens se estendem a todos os paraenses que labutam, no dia-a-dia, para o crescimento do nosso Estado.

Senador Heráclito Fortes, na véspera do dia em que homenageamos o trabalhador brasileiro, vejo uma matéria da **Folha de S.Paulo** de ontem, que traz a seguinte manchete: "Brasileiro trabalha metade da vida para o fisco, diz estudo", Senador Mão Santa. Vou repetir: "Brasileiro trabalha metade da vida para o fisco, diz *estudo*".

A expectativa de vida hoje do brasileiro é de 72,3 anos, dos quais 36,3 anos irão para pagar tributos, ou seja, é até um pouquinho mais da metade, aponta o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

Neste ano de 2008, o aumento da carga tributária, Senador João Pedro, que é negada pelo Governo atual, vai fazer com que o trabalhador acrescente dois dias de trabalho durante o ano para pagar os tributos. No ano passado, 2007, Senador Antonio Carlos Valadares, eram 146 dias de trabalho dedicados ao pagamento de tributos. Agora, em 2008, são necessários 148 dias, conforme afirma o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

A Receita Federal não quis comentar o assunto, segundo a reportagem do jornalista Marcos Cézari, da **Folha de S.Paulo**. Diz a matéria:

Os brasileiros que nasceram – ou que ainda vão nascer – este ano terão de trabalhar metade de suas vidas apenas para o pagamento de tributos aos governos federal, estaduais e municipais.

Esses brasileiros têm expectativa de vida de 72,3 anos (72 anos e quatro meses), com base na Tábua de Mortalidade do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Significa dizer que, daqui a quase 73 anos, terão trabalhado 13.247 dias de suas vidas – ou 36,3 anos – para cumprir suas obrigações tributárias no País.

A conclusão é de estudo [Senador Mão Santa,] divulgado ontem pelo IBT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), com base no aumento da carga tributária sobre renda, patrimônio e consumo nos últimos 18 anos, bem como das projeções da carga tributária, pela proposta de reforma do Governo e que está em tramitação no Congresso.

> A Receita Federal [a Receita do Brasil,] disse ontem, por meio da assessoria de imprensa, que não podia comentar o estudo, porque estava analisando-o. Por isso, hoje ou

nos próximos dias, deverá divulgar nota sobre o assunto.

O estudo foi feito com dados oficiais a partir de 1900, quando eram necessários [Senador Mão Santa, atentai bem] 43 dias de trabalho por ano para pagar tributos. Naquele ano, a expectativa de vida era de 33,4 anos, com perspectiva de pagamento de tributos durante 3,9 anos. Meio século depois, em 1950, a expectativa de vida havia subido para 42,6 anos [Senador Heráclito Fortes] e a de pagar tributos, para 6,82 anos. Mais meio século, em 2000, os números tinham subido para 70,5 anos [de expectativa de vida] e 23,3 anos [de pagamento de tributos]. Neste ano, 2008, é de 72,3 anos [a expectativa de vida] e 29,3 anos [para o pagamento da carga tributária], segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

O advogado Gilberto Luiz do Amaral, Presidente do IBPT, afirma que "em 108 anos, a expectativa de vida dos brasileiros cresceu 116%, enquanto a expectativa de pagamento de tributos aumentou 244%". [Ou seja, a expectativa de pagamento de tributos cresceu duas vezes mais do que a expectativa de vida dos brasileiros.] Ele toma por base os 148 dias que serão necessários trabalhar neste ano para o pagamento de tributos aos três níveis de governo – dois dias a mais do que em 2007. Assim, na média, os contribuintes brasileiros terão de trabalhar [Senador Antonio Carlos Valadares,] até 27 de maio para o fisco. [Ou seja, desde o dia 1º de janeiro deste ano até o próximo dia 27 de maio, os trabalhadores brasileiros, que serão homenageados amanhã, estarão trabalhando para o fisco brasileiro.] Como comparação, [e a reportagem é clara] um argentino trabalha 97 dias por ano; um chileno, 92 dias. Os suíços trabalham 185 dias, e os franceses, 149 dias, diz o IBPT.

Lamentavelmente, os brasileiros terão necessariamente de trabalhar 148 dias neste ano de 2008. E, Senador Mão Santa, a matéria publicada pela Folha de S.Paulo traz um ábaco, um gráfico e a informação de que todos os brasileiros que quiserem saber, aqueles que nos assistem pela TV Senado, de acordo com o ano do seu nascimento, qual o tempo de vida que deverão dar ao Estado como contribuição ao Fisco, podem entrar no *site.*

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para terem um cálculo personalizado, ou seja, de cada brasileiro, basta digitarem a data do seu nascimento. O *site* é www.tributometro.com.br. Nele, veremos exatamente esse crescimento exacerbado da carga tributária em nosso País.

Para concluir, Presidente Mão Santa, quero mandar um abraço a todos os nossos companheiros que participaram do 4º Encontro Regional do PSDB do Pará, reunindo os Municípios da região do Baixo Tocantins, com sede em Abaitetuba. Abaitetuba é um Município valoroso do nosso Estado do Pará mas, lamentavelmente, ficou conhecido na mídia por aquele infeliz evento, lamentável fato da menina de 16 anos que ficou presa, durante quase um mês, sendo manipulada e usada por mais de 20 homens, numa cadeia pública.

Essa reunião regional do PSDB foi a quarta de nove reuniões com as quais iremos percorrer o Pará por inteiro, visitando todas as suas regiões e tendo contato com todos os companheiros dos diretórios municipais e das comissões provisórias dos 143 Municípios do nosso Estado.

Essa reunião no Município de Abaitetuba contou com a presença do ex-Governador Simon Jatene, do Deputado Federal Nilson Pinto e dos Deputados Estaduais Italo Mácola, Manoel Pioneiro, Suleima Pegado e Tetê Santos. Mário Couto, nosso valoroso e combatente Senador pelo Estado do Pará, lamentavelmente, não pode ir porque estava em uma outra região do Estado, em outro evento político. Contamos, também, com a presença de diversos candidatos a prefeitos e de prefeitos dos 10 Municípios que compõem essa regional: Municípios de Abaitetuba, Barcarena, Baião, Igarapé-Mirim, Mocajuba, Cametá, Oeiras, Limoeiro do Ajuru, Tailândia e Moju.

Em nome da nossa companheira, Drª Francinete Carvalho, pré-candidata do PSDB à prefeitura de Abaitetuba, quero saudar todos os nossos pré-candidatos, todos os nossos prefeitos que concorrerão à reeleição e todos os nossos vice-prefeitos, na certeza de que o PSDB do nosso Estado do Pará está unido e que caminha para, nesse processo eleitoral que se aproxima, em outubro, sair fortalecido, elegendo um grande número de prefeitos e de vice-prefeitos e um grande número de vereadores, que também estiveram presentes em nosso encontro e a quem quero saudar nesta oportunidade em que faço menção ao 4º Encontro Regional do PSDB do Pará, na cidade de Abaitetuba, no nosso querido Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Senador Mão Santa.

Agradeço pelo tempo que V. Exª destinou ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimento V. Exª pelo brilhante pronunciamento, em que homenageou os trabalhadores do Brasil. V. Exª lembrou que o trabalhador e a trabalhadora do Brasil trabalham meio ano apenas para pagar impostos e taxas para o Governo.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Valter Pereira. Estão inscritos, depois, o Senador João Pedro, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti, e o Senador Geovani Borges.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a sociedade brasileira nunca, em outro tempo, envolveu-se tanto em sentimentos de comoção, em sentimentos de indignação, como nos dias de hoje. De repente, parece que todos nós fomos chamados a participar de uma minissérie da vida real, como protagonistas de uma história de barbárie, no capítulo de maior audiência, aquele no qual, infelizmente, tudo indica, atingimos o tão temido "fundo do poço".

É por isso que, meus irmãos, eu me dirijo especialmente aos jovens, e falo dos jovens não mais como a geração do futuro, mas como pivôs da história, a mesma história que será vivida intensamente por eles e pelas gerações que haverão de vir.

Eu não diria, evidentemente, que perdi a esperança na minha geração, Presidente. Acho, entretanto, que nós, maduros pelo tempo, já demonstramos algum sinal de fadiga. Quem sabe, "fadiga do imaterial". Continuamos na luta, é claro, porque a nossa experiência se abastece da energia da juventude. Bem que gostaríamos de deixar, para as gerações que virão após nós, um País menos desigual, mais rico e mais honrado! Mas, pelo menos, justiça seja feita, a nossa luta, inclusive com a própria vida dos que tombaram nessa travessia de suor, lágrimas, sangue, chumbo e espinhos, devolveu a essa geração que engatinha a liberdade que nos foi roubada numa noite escura, na qual a maioria de nós semeava os mesmos sonhos de liberdade que, hoje, todos nós, de qualquer idade, estamos colhendo: a liberdade que conquistamos na luta contra a ditadura.

Tenho certeza de que, em nenhum outro momento da nossa história, mostrou-se tão necessário unir a experiência ao vigor – a experiência de quem construiu os alicerces e o vigor de quem erguerá as paredes da nossa construção histórica.

Na verdade, meus irmãos, eu acho que não perdemos, na intensidade que parece, os melhores valores. Tenho provas disso quando encontro e converso com os jovens de hoje, Presidente, pelos caminhos de todo o Brasil. O que eu sinto? O que eu sinto é que esses mesmos valores não têm sido disseminados, nem acatados como deveriam ser. Acho que passamos muito bem pela fase de diagnóstico. Diagnosticamos. A realidade já nos é conhecida, o que é necessário também. Mas ainda não conseguimos alcançar a melhor estratégia de multiplicar esses mesmos valores o suficiente e o necessário.

Eu temo, como já disse tantas vezes, pela glamourização da barbárie.

A família, a escola, a Igreja, até ontem fontes inspiradoras dos valores mais fundamentais para a formação do caráter, perderam, conjuntamente, lugar para a televisão e para o monitor.

O grande círculo de discussão, capitaneado pelos pais, mestres, pastores de todos os credos, transformou-se num semicírculo de silêncio, quebrado apenas pela voz do locutor ou do ator na televisão, numa valorização absoluta da audição no lugar do diálogo, que muito informa, mas muito pouco forma a verdade brasileira.

Hoje, a criança passa mais tempo em frente à televisão do que na escola. O jovem se encanta muito mais pelas salas da Internet do que pelas salas de aula. O ser humano, no seu melhor período de formação, tornou-se "plugado" no mundo, ao mesmo tempo em que se auto-encarcera entre quatro paredes. Desenvolveu linguagens novas e frias, confia suas emoções ou a falta delas a quem não conhece nem o corpo nem a alma. Tornou-se um solitário na multidão.

Eu passei muito tempo sem conseguir a melhor explicação do porquê da glamourização da barbárie. Entre o noticiário e a novela, não sabia o que é causa, o que é conseqüência. Será a realidade que influencia a ficção, ou o contrário, a ficção que influencia a realidade?

Aguinaldo Silva, o autor da novela do momento, por sinal chamada Duas Caras, disse textualmente: "Nós, que trabalhamos em televisão, sabemos que bons sentimentos não dão audiência". "Bons sentimentos" – diz Agnaldo Silva – "não dão audiência". Sílvio de Abreu, outro dramaturgo global, já havia afirmado: "Entre o mocinho e o bandido, a população fica com o vilão".

Eu, sinceramente, não acredito nessa tese, apesar dessas afirmações baseadas em supostas pesquisas qualitativas. Mas, se eu sair perguntando para a população, em todos os lugares, a sua opção entre o bem e o mal, acho que vai ser daquelas pesquisas esdrúxulas, das quais se sabe o resultado *a priori* e que não admitamos seja diferente da unanimidade.

Mas acontece, meu Presidente, que, em muitas situações, embora acredite e mesmo pregue o contrário, a população percebe que, nessa verdadeira selva em que se transformaram as relações, os bons estão perdendo espaço. Nessas relações de hoje, os bons estão perdendo espaço. A competição sadia deu lugar à concorrência fratricida. O meu próximo já não é necessariamente um semelhante, mas um concorrente, pela fila do hospital, pela vaga na escola, pela vaga no trabalho, pela vida, enfim.

O que vale – já disse e repito nesta tribuna, Sr. Presidente – é a lei de Gerson, segundo a qual se tem de levar vantagem em tudo. O ser humano é cada vez menos um cidadão e cada vez mais um consumidor. O verbo "ser" perdeu com rapidez deplorável lugar para o "ter"; ou, quem sabe, o verbo "ser" tenha modificado o seu significado. Agora, eu não sou pelo que eu sou, pelo que represento como cidadão, mas pelo que eu tenho como consumidor. Sou, na verdade, não o que sou, mas o que eu aparento ser. E, aí, ergue-se uma barreira que separa quem tem e quem não tem condição de comprar e de consumir. Mas também, aí, não se trata de adquirir o alimento, o básico, o necessário, que é importante para alguns, mas o supérfluo, tão necessário para tanta gente.

Há um apelo mordaz pelo uso do tênis da moda, Presidente, pela roupa da grife, pelo carro mais possante, pela jóia mais cintilante, pelo *status*. Até a moda deixou de ser um estilo para se tornar uma manipulação. Quem vê a propaganda nos jornais e na televisão, páginas e páginas, para condomínios fechados e carros em 80 prestações, com prestações de R$300,00, R$400,00, fica a se imaginar que estamos num país das maravilhas.

Os que ficam de fora, do outro lado da barreira, tentam, de qualquer maneira, obter o seu passaporte, nem que seja por meio do crime. Não importa.

Se não há os melhores valores, por que o suor, de sol a sol, se é possível conseguir pelo cano de um revolver, num pequeno lapso de tempo? Se morrer, de que vale a vida? Se matar, nada lhe valia aquela vida roubada. Aprende-se, no real, que os meios justificam os fins e que, na ficção, o herói pode ser aquele que mais rouba, que mais fere, que mais mata.

De repente, o discurso sobre valores outrora moldados na família, na escola e na Igreja, que parecia ultrapassado e folclorizado, infelizmente ganha força, depois de tragédias humanas, de comoções e de indignações.

Mártires como o menino João Hélio e a menina Isabella, tudo indica, apesar da tamanha dor, não tiveram suas vidas ceifadas em vão. É nesses momentos que a emoção aguça a razão.

O que deu errado, meus irmãos, no projeto humano? "Para onde viemos", muito mais do que "aonde vamos chegar"?

Como voltar e retomar o melhor caminho?

Nunca, como agora, os especialistas de comportamento humano revisaram tanto pontos de vista que pareciam longe no tempo, ultrapassados, jurássicos.

Na **Veja** da semana passada, por exemplo, um psicanalista francês, considerado um dos melhores do nosso tempo, é enfático ao dizer: "Assistimos, hoje, a um acontecimento que talvez não tenha precedentes na história, que é a dissolução do grupo familiar. Pela primeira vez" – diz ele – ,"a instituição familiar está desaparecendo, e as conseqüências são imprevisíveis", conclui.

Quem sabe não previsível, ainda, ou por enquanto, na França! Aqui, basta ligar a televisão, em qualquer hora, em qualquer canal, e vamos verificar. Ano passado, nesta mesma época, o personagem principal do nosso semicírculo era o menino João Hélio. Ali, tínhamos dois lados muito bem definidos: o filho, os pais, impotentes frente à barbárie; e os bandidos, insensíveis a ela. Nunca se viu tamanha comoção. Mas, agora, temos Isabella. Só que, embora semelhantes na tragédia humana, parece que, nesse último caso, os dois lados se confundem. A mãe de João Hélio lutou para proteger o filho das garras do bandido. Não conseguiu. Tudo indica, se as perícias não estiverem falhas, que a Isabella teria lutado para se livrar exatamente de quem deveria dar-lhe proteção. Não teria conseguido. À emoção se somou a indignação.

O pior é que os casos de João Hélio e de Isabella são apenas emblemáticos para os nossos sentimentos de comoção e indignação.

A cada dez horas, Sr. Presidente, uma crianças é assassinada neste País. Uma parcela significativa é assassinada, segundo as pesquisas, vítima de alguém da própria família. Nunca tantos como agora preferiram que tudo fosse ficção. Mas, não. A realidade invadiu as nossas salas, e nós preferíamos que o mocinho não fosse o vilão.

Nesses casos citados – João Hélio, Isabella –, a polícia agiu prontamente. Havia um apelo popular, turbinado por estes sentimentos, o de comoção e o de indignação, que são muito mais do que uma rima. Mas o que se dirá, por exemplo, do menino Jefferson, quase escondido numa página de um caderno, sintomaticamente chamado "Cotidiano", de um jornal do interior? Ele tinha 11 anos, muito pouco para o tamanho dos seus sonhos, abortados por tiros certeiros na porta do barraco onde morava, um barraco num beco qualquer, quem sabe sem, nem mesmo, janelas e redes de proteção. Jefferson, ou Tartaruga, como ele era conhecido pelos amiguinhos, era preto e pobre. Ele e tantos outros que nem viraram notícia de jornal tomara que façam parte pelo menos da nossa comoção e da nossa indignação, sentimentos que, agora ampliados pelo caso da menina Isabella, creio que terão resposta.

Volto a perguntar: o que deu errado no projeto do homem?

Em primeiro lugar, se mantivemos, embora tamanhas pressões contrárias, os nossos mais dignos valores, não posso dizer o mesmo sobre as nossas melhores referências. Em todos os segmentos da nossa realidade, quebraram-se os espelhos que refletiam nossa melhor imagem. Não se construíram outros

personagens pelos quais referenciávamos os nossos projetos de vida.

Não conheço momento na história sem que houvesse uma referência a ser seguida, alguém que, em meio ao povo judeu escravizado no Egito, abriu as águas turbulentas, como Moisés e seu cajado, ou que "espalhou esperança e transformou sal em mel", como Teotônio e sua bengala. Na Igreja, houve Dom Helder, Dom Aloísio, Dom Ivo; na política, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas; na Academia, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Florestan Fernandes; nas demais representações civis, Barbosa Lima Sobrinho, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Raymundo Faoro, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). E houve muitos outros, em todos os campos, como Sobral Pinto e como Betinho. Também posso incluir aqui aqueles que permanecem, felizmente, no nosso plano de vida, mas que, igualmente, não perderam a esperança, embora demonstrem, até mesmo no silêncio, no silêncio obsequioso, sinais de fadiga.

Procuro, em tão diferentes campos, algo que seja comum em todos esses nomes que construíram e ainda constroem nossos sonhos e nossas utopias e que não se contentaram em viver a história, nem em contá-la, mas que decidiram construí-la. Construíram a história. Aí não tenho qualquer dúvida, meus irmãos: todos eles, em todos os segmentos, alinhavaram suas condutas pela coerência, pela dignidade, pela moral e pela ética.

Na nossa história mais recente, podemos acrescentar outro sentimento à nossa comoção e à nossa indignação: a frustração. Quem sabe, em muitos casos, a frustração seria a causa das duas primeiras? Ou seria a conseqüência?

Depositamos nossas melhores expectativas nas novas referências que se construíram nesses últimos tempos, mas elas, infelizmente, não pautaram suas condutas pela coerência e, muito menos, pela ética. Portanto, meus irmãos, se desejarmos outra realidade, a do ser, e se quisermos manter nossos valores mais preciosos, será preciso, urgentemente, que recuperemos dois princípios básicos e fundamentais, a coerência e a ética, principalmente daqueles que são escolhidos para dirigir nossos destinos ou que são pagos para projetar nossa Pátria.

Como formar o caráter das gerações do futuro se a família, que deveria proteger, mata; se a escola não educa; se a Igreja vende indulgências; se o resultado do suor não é repartido, mas, pelo contrário, espoliado?

Como construir um verdadeiro cidadão, se, desde muito cedo, ele percebe que aqueles escolhidos para prover coletivamente a proteção, a educação, a saúde e a própria soberania subtraem o que é de todos para proveito próprio e individual? Ao contrário do que deveria ser, ele também percebe que a vida hoje não se constrói com a contribuição de cada um para o proveito de todos, mas que acontece exatamente o oposto.

Franca e infelizmente, aquela dúvida que eu alimentava até há pouco tempo – se era o noticiário que municiava a novela ou se era o contrário –, hoje essa dúvida já quase não tenho. Cada vez mais, formo a convicção de que, no caso, é a realidade que está alimentando a ficção. Teria sido mais fácil qualquer mudança se fosse o contrário. Se são tão poucos os dramaturgos em relação aos tantos personagens da vida real, bastaria mudar o enredo das novelas. Mas a realidade não se muda trocando ou escamoteando a notícia. E o noticiário, nos últimos tempos, se o assunto diz respeito às nossas referências, não tem sido alvissareiro. O que mais se vê são desvios de coerência e desvios de ética, maus exemplos, pobres valores, péssimas referências.

Por isso, para que os jovens de hoje e os que ainda virão vivam na plenitude de sua cidadania, não há de se criarem novas leis. Uma lei pode ser a legalização de um costume, mas, se os costumes de quem elabora as leis, de quem as executa e de quem tem a função de fazê-las executar são maus, o que se esperar da lei que já existe?

Tenho chamado a atenção para o fato de que ainda desconhecemos o tamanho da corrupção legalizada que tramita incólume pelos canais regimentais do Congresso, do Executivo e, desgraçadamente, também do Judiciário e que legitima interesses nem sempre meritórios, que igualmente transitam, também incólumes, pelos corredores e pelos gabinetes de todos os Poderes, repito, de quem faz a lei, de quem a executa, de quem a faz executar ou de quem deveria fazê-lo!

Enquanto não se mudarem esses maus costumes, de nada adiantarão as leis e as novas leis. Pior ainda: elas poderão acobertar o que queremos eliminar. Enquanto isso, as boas leis não são cumpridas. Ao contrário, elas nascem quase como letras mortas, com traços bem definidos de impunidade.

O cumprimento da lei também tem preço, depende da capacidade de pagamento de quem a transgride, depende da grife do advogado, depende de que lado estamos da tal barreira. As leis punitivas de desvios de conduta são feitas para alcançar quem conhece apenas a Polícia, nunca quem tem condições de interpretar, a seu favor e segundo a sua conveniência, a justiça na hora própria.

Enquanto isso não mudar, minha esperança corre risco de inanição. Ainda bem que ainda me alimento de sonhos, mesmo que o tempo não permita que eu viva para vê-los se tornarem realidade. Afinal, o que seria de nós, meus irmãos, independentemente do tempo, não fossem nossos sonhos e nossas utopias?

Portanto, não há apenas de se mudarem os valores do povo. Eles são bons. Há de se mudarem os costumes daqueles de quem se imaginavam as melhores referências. Eles são maus. Daí a comoção, a indignação e a frustração.

Temo que este mesmo povo, ainda que não perca totalmente a esperança, também demonstre sinais de fadiga. Aí não importa a idade. Sinais nesse sentido também não faltam.

Quando a comoção, a indignação e a frustração transbordam, o perigo é a justiça pelas próprias mãos. A sociedade percebe que não há freios necessários e suficientes parta limitar a ação das pessoas e que há um enfraquecimento das regras sociais e se sente desestimulada em respeitar as leis. Então, o único remédio seria a justiça pelas próprias mãos.

No caso da menina Isabella, um grupo de pessoas, num pequeno lapso de tempo, na imaginação e, em alguns momentos, na tentativa concreta, investigou, julgou, condenou e deu sinais evidentes de que teria a coragem de cumprir a pena. Quer dizer, essas pessoas chamaram para si todos os poderes. Será que esse mesmo grupo é representativo da sociedade brasileira, nos nossos dias? Tomara que não!

Se a justiça, nesse caso, fosse feita pelas próprias mãos, não haveria diferença com a barbárie em si nem com as atitudes do Estado paralelo, que, segundo a imprensa, também julga, condena e executa. É a barbárie alimentando ainda mais a barbárie. Precisamos, meu Presidente, do fortalecimento do Estado legal, que elabora as leis e que, principalmente, as faz cumprir.

Como eu disse, os maus costumes de quem deveria se pautar pela virtude não mudarão com novas leis punitivas de desvios éticos. Na certeza da impunidade, essas novas leis nascerão mortas.

Mais ainda, como também já disse outras vezes, o pior para o sentimento de frustração de um povo não é a falta de leis – o povo pode substituir a falta de leis pelos seus bons costumes –, mas o não-cumprimento das leis existentes, o que ele não deve substituir pela força.

Então, o primeiro passo é, necessariamente, fazer com que as leis sejam cumpridas, redirecionar as energias, que, hoje, estão propensas a turbinar a justiça pelas próprias mãos ou algo parecido com a pena de Talião, para a obrigatoriedade de se cumprir o aparato legal que já existe. Ou seja, que se faça cumprir o "cumpra-se".

Essa mudança não virá de fora para dentro nem de cima para baixo. O poder não combina com auto-imolações. Ao contrário, o poder constrói mecanismos de auto-sustentação e de perpetuação. São fins que justificam meios. Poder e pudor não rimam; apenas coincidem nas iniciais.

Nos últimos tempos, por exemplo, a Justiça Eleitoral brasileira tem-se preocupado, com sucesso, com a identificação do eleitor. Novas tecnologias, novos métodos, urnas eletrônicas nos colocaram como exemplos a seguir em todo o planeta na eliminação de fraudes, antes costume eleitoral, como os eleitores-fantasmas, porque fabricavam eleitores e tiravam a legitimidade do processo eleitoral. Mas poucos se preocuparam até aqui com a identificação dos candidatos. Além disso, essa mesma legitimidade política é arranhada pelas próprias regras eleitorais, com legendas, com coligações, com um mecanismo eleitoral que, com mil subterfúgios, impede a busca da verdade.

Mas será que é necessário fazer uma lei determinando que os Partidos não aceitem candidatos que não possuam probidade, honradez ou qualquer outro sinônimo que possa significar, no popular, folha corrida, limpa e respeitosa? Os Partidos não podem fazer isso? A experiência mostra que, nesse caso, sim. Inclusive, já apresentei projeto nesse sentido. Mas quem sabe os partidos, se tomassem, eles próprios, essa bandeira e coibissem representar-se por quem tem maus costumes, certamente não seriam acompanhados, já na posse, por princípios éticos?

Com a palavra os jovens do País, novos menestréis do nosso Brasil! "Quem é esse?" São todos aqueles que têm "ira santa, saúde civil". É a todos eles que me dirijo neste momento. Sintam-se todos emancipados politicamente. Não se contentem com essa conversa de que vocês são o país do futuro. Esse discurso, neste momento, é uma forma sutil e, talvez, mal-intencionada, embora os discursos em contrário, de manietá-los, para que nada mude. Forcem as portas, forcem as portas dessa mudança de fora para dentro! Tomem as rédeas da história! Transformem realmente o sal em mel!

Se não colocarmos em prática nossos bons valores, perpertuar-se-ão os maus costumes, por vezes transformados em lei, e aí nem mesmo as futuras gerações terão as melhores referências.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, agradecendo a V. Exª a gentileza.

São algumas reflexões que venho fazendo, meu Presidente, em relação a esta hora de tanta comoção! Estive em Mato Grosso do Sul. V. Exª deixou uma belíssima passagem. Nosso querido Senador pelo Mato Grosso do Sul e eu vimos, com alegria e com comoção, a presença de V. Exª, inclusive em Três Lagoas, onde V. Exª viu tantos e tantos trabalhadores do Piauí,

que foram ali em busca de trabalho. Senti, falando aos jovens, em Campo Grande, que realmente vivemos uma hora de grande interrogação.

Acho que esse domingo foi dramático. As informações que se têm são as de que, há muito tempo, não havia tantas estações de televisão ligadas todo o tempo em São Paulo, no acompanhamento da reconstituição do caso daquela menina. Algo que deveria ter sido feito, a rigor, quase em segredo gerou uma comoção nacional.

Sr. Presidente, devemos parar para pensar, para refletir, para analisar, mas, nesta vida em que os fatos mais importantes são as medidas provisórias, o dia-a-dia não nos deixa fazer isso. Alguma coisa precisa ser feita. Tenho tentado, nesses longos tempos, fazer isso. Recebo manifestações do Brasil inteiro, e essas manifestações são de interrogação, são de preocupação, são de mágoa.

É interessante, Sr. Presidente, que hoje vivemos, a rigor, um momento em que a economia vai bem. Pessoas dizem que, há muito tempo, não tinham um trabalho garantido, não tinham um pão no fim do mês, mas que, hoje, elas os têm. Mesmo assim, o sentimento é de angústia. Não sabem o que vai ser amanhã e para onde vão.

Que a gente possa fazer e aprofundar esse debate! É esse o sentido do meu trabalho, agradecendo a V. Exª, Sr. Presidente, a sempre tão estimada tolerância.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª, Senador Pedro Simon, dá um exemplo na véspera do Dia do Trabalho, engrandecendo o País com o seu trabalho como Parlamentar, após brilhante pronunciamento.

Com a palavra o Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o próximo orador se dirige à tribuna – menos de um minuto –, depois do belo e histórico pronunciamento do Senador Pedro Simon, eu desejo dar também uma notícia histórica às Srªs e aos Srs. Senadores e à população brasileira.

O Brasil acaba de receber o grau de investimento tão sonhado, tão esperado pela população brasileira. A agência Standard & Poor's eleva o *rating* do Brasil para grau de investimento.

> A agência de classificação de risco Standard & Poor's [...] anunciou nesta quarta-feira que elevou o rating soberano (nota de risco de crédito) do Brasil para grau de investimento, melhor classificação para receber investimentos estrangeiros.
>
> O rating do Brasil em moeda estrangeira passou de BB+ para BBB-, segundo a assessoria da S&P.
>
> O grau de investimento é a classificação dada pelas agências de rating a países com poucas chances de deixar de honrar suas dívidas.
>
> Com a nota, o Brasil poderá receber recursos de grandes fundos internacionais que só têm autorização para investir em mercados que já conquistaram essa chancela de bom pagador.

Sr. Presidente, neste momento, as bolsas do Brasil estão disparando: já chegaram a dez pontos de crescimento, caíram um pouquinho agora, chegando a próximo de sete pontos.

Eu acho que é uma notícia importante que a população brasileira deveria receber neste momento. Esta notícia saiu na **Folha Online** há poucos minutos. Só resta saber se o Brasil está preparado agora para receber essa avalanche de investimentos que vai receber daqui para frente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Brasil está preparado porque, como um País cristão, aprendeu, confia e crê: quem planta colhe. E, ao longo da existência, nós tivemos extraordinários governantes que plantaram exemplos de trabalho. Entre eles, está aí o Presidente Sarney, pois, no momento mais difícil da nossa História, de transição de uma ditadura militar para o renascer da democracia, o Brasil crescia de 8% a 10% ao mês.

Eu tive a oportunidade de ser Prefeito quando o Presidente Sarney governava este País.

Estamos alternando aqui: agora, para uma comunicação inadiável, o Líder do Piauí, Heráclito Fortes.

Ontem, o Líder Casagrande deu uma sugestão muito boa: confiando na capacidade sintética e na inteligência privilegiada de cada um dos oradores, que muito se aproxima de Rui Barbosa, o baiano, dez minutos para cada um. É a nota dez. Todo mundo vai falar, e o Senado da República dá o exemplo de trabalho.

Com a palavra o Senador do Piauí, Heráclito Fortes, maior municipalista da história daquele Estado. Quero cumprimentá-lo, porque Heráclito Fortes convida o povo do Piauí, do Maranhão, do Ceará e do Brasil para a inauguração do pronto-socorro municipal. Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio, vai à inauguração, mas o DNA, quem começou, quero dar o testemunho ao Brasil, foi Heráclito Fortes quando Prefeito de Teresina, por volta de 1989.

A V. Exª os nossos parabéns antecipados e a gratidão dos que precisam de saúde no Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, em primeiro lugar, agradeço a V. Exª as referências a essa obra que foi iniciada por mim em 1991, Mão Santa, para ser mais preciso.

O planejamento teve início antes, mas a obra começou em 91; ficou paralisada por incompreensões políticas lamentavelmente. Depois, o Ministro da Saúde José Serra teve a sensibilidade de continuá-la. A obra avançou mais 80%, e agora o Governo Lula vai inaugurá-la – o Presidente vai estar em Teresina na segunda-feira.

Agora, acho que é uma obra de todos. Essa é uma obra que será importante para o Estado do Piauí e, de maneira muito especial, para Teresina.

Senador Valdir Raupp...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu só me permitiria o seguinte: não precisa fazer o DNA, V. Exª é o pai do pronto-socorro. Mas eu, aproveitando o Ministro do PMDB, S. Exª o Ministro Temporão, fiz todos os pedidos e disse a ele que o Secretário de Saúde do Município, Dr. João Orlando, era uma das pessoas de melhor integridade que conheço na Medicina.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Exª tem razão. E o pronto-socorro tem o nome do grande médico piauiense, Zenon Rocha, que formou gerações naquela capital.

Mas, Senador Valdir Raupp, eu quero congratular-me com V. Exª pelo anúncio que faz; é alvissareiro.

Senador Sarney, sabe bem V. Exª o sacrifício pessoal que fez, quando Presidente da República, enfrentando o pior momento das turbulências internacionais, para que hoje o Brasil pudesse, alguns anos depois, começar a colher os frutos de administrações responsáveis que souberam cumprir com suas obrigações, fazendo, acima de tudo, o que nós chamamos de dever de casa. V. Exª sabe que esse esforço que se coroa agora é um esforço de várias gerações. Foi de muito sacrifício para homens públicos que pagaram um preço alto por cumprir o dever para com o País. Felizmente, Senador Raupp, a nossa geração ainda teve a oportunidade de começar a assistir à colheita desses frutos.

Afinal de contas, nós somos um País que se propõe a participar do BRIC, hoje o bloco formado pelos países – uns chamam de emergentes; outros dos que querem crescer; e outros, chamam em crescimento – que englobam o Brasil, a Rússia, a Índia e a China.

Mas há algo que me entristece, meu caro Líder, algo que nos passou despercebido – por V. Exª, como Líder, e por mim, que estou indignado, como o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Pedro Simon. Há pouco tempo, com base num acordo, aprovamos recursos para o Orçamento, mas não vimos que foram vetados, Sr. Presidente, de maneira despropositada: foram vetados os R$9 milhões que a Comissão de Orçamento havia destinado ao reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras.

Veja bem, Presidente José Sarney: exatamente recursos para o desenvolvimento de um cargueiro tático, um avião cargueiro – Projeto KCX, que vem levando o nome de 390. Imaginem os senhores que o Ministério do Planejamento, ao mandar essa peça orçamentária para a Casa, Senador Pedro Simon, cortou os R$9 milhões destinados ao desenvolvimento desse projeto.

Estamos louvando hoje a repercussão na Bolsa da notícia relativa à reavaliação brasileira, mas seria bom que estivéssemos comemorando a geração de empregos. Como é que um País como o nosso gera empregos se projetos dessa natureza são impiedosamente cortados pela área econômica do Governo?

O Presidente Sarney tem alertado sempre desta tribuna para o perigo da desmilitarização do Brasil, enquanto países vizinhos compram armas e equipamentos militares às pencas.

Um projeto genuinamente brasileiro como esse não poderia, de maneira nenhuma, ter os seus recursos cortados, Senador Valadares, como se fez hoje. Essa é uma das razões pelas quais, Senador Cristovam Buarque, nós temos relutado em votar em plenário, em sessão do Congresso, determinadas matérias que vêm do Executivo. Esses cortes são feitos e, na pressa, não percebemos, não conseguimos analisar item por item porque seu volume é imenso – na bancada, os senhores podem ver o tamanho do que se votou hoje confiando única e exclusivamente na palavra do Governo. O Governo apunhalou um projeto fundamental para a defesa do Brasil, para o futuro do País e, acima de tudo, para a geração de empregos.

Senador Cristovam, ontem vi na televisão uma discussão que se travou em Nova Iorque, com a participação do Brasil, na qual se falou sobre a nossa participação no BRIC. Foi dada muito ênfase à falta de uma política de formação educacional para os brasileiros, tema que, aliás, é o carro-chefe de sua atuação nesta Casa. O Brasil, enquanto os outros três países participantes do BRIC investem intensamente em educação, de maneira distorcida, premia o ócio, paga a hora parada do cidadão brasileiro.

Recente avaliação na área da educação prova isso.

Senador Cristovam, estive em Comandatuba, onde assisti a um debate cujo tema central era educação, e me impressionei com uma frase da Drª Viviane Senna, exatamente a respeito do que se passa hoje na educação

brasileira. Estava presente, inclusive, o seu substituto no Ministério da Educação, Sr. Fernando Haddad.

O tema – a educação – não poderia ser mais oportuno para um País que quer crescer. A Srª Viviane Senna, com autoridade de ser dirigente de uma ONG que é um exemplo e que merece aplausos de todos nós, disse uma frase fantástica: "É preciso que se tenha cuidado para que as escolas e as universidades brasileiras não se tornem apenas estacionamentos de alunos". Perfeita! Perfeita, oportuna e merece ser estudada e analisada.

A proliferação de faculdades... O Mão Santa fala sempre de uma escola que cobra R$4 mil de mensalidade. Se não acabarmos com a criação desordenada desses cursos, Senador Cristovam Buarque, logo vamos ver nas televisões, nos meios de comunicação, propagandas do tipo: "Pague em dia sua faculdade. Freqüente-a ou não. Se não for aprovado, está garantido o dinheiro de volta".

É um absurdo, é um absurdo para um País que quer entrar na competição dos maiores países do mundo e que já tem um lugar garantido – esse dado de hoje é altamente alvissareiro. Em vez de comemorar o *boom* da Bolsa, que é transitório, tínhamos que estar comemorando aqui, Senador Cristovam Buarque, o aumento de empregos no País, a instalação de indústrias, não o capital fugitivo, o capital motel, o capital vagalume, que vai e volta, que fazem, muitas vezes, com que os indicadores econômicos passem de positivos a negativos em um piscar de olhos.

Se o Brasil tivesse convicção e uma política seqüenciada de investimentos em programas educacionais, principalmente em treinamento de pessoal, em treinamento de mão-de-obra, tenho certeza de que esses investimentos seriam mais duradouros. As indústrias, pelas características favoráveis de nosso País, por sua mão-de-obra ainda barata, teriam aqui o lugar ideal para se instalarem, seríamos um paraíso para quem quer, de maneira permanente, colocar o seu investimento com segurança.

Nós estamos vendo agora – os jornais anunciam – a China querendo alugar áreas agrícolas em outras partes do mundo para conseguir combater o problema da fome em seu território – cada um com seu problema!

Não queremos aqui alugar as nossas áreas para qualquer atividade, queremos aqui a implantação segura de indústrias. Para isso, precisamos trabalhar com afinco no treinamento e na preparação da mão-de-obra.

Senador Cristovam, infelizmente V. Exª não participou desse encontro em Comandatuba. Tratamos de um tema do seu domínio e, tenho certeza, V. Exª poderia ter dado uma colaboração positiva. Nós vimos, no exemplo da Viviane Senna, exatamente o exemplo de organizações não-governamentais que devem ser estimuladas, seguidas e aplaudidas. E foi com essas organizações em mente que, no ano passado, pedimos a constituição de uma CPI para investigar desvios e desmandos nas ONGs do Brasil.

Senador João Pedro, ontem encontrei-me com um cidadão de origem indígena no corredor do Congresso, no chamado "túnel do tempo". Ele se mostrou assombrado com o desvio de recursos que as ONGs praticam em sua região e citou exemplos. Ele estava aqui, inclusive, para procurar as autoridades. Espero que tenha conseguido o seu objetivo.

Mas essa questão da investigação tem a aprovação desta Casa. Tanto é, Senador Valadares, que acabei de dar entrada, perante a Mesa da Casa, de um pedido de prorrogação por mais 180 dias. E, para isso, tivemos a felicidade de obter a assinatura de 60 Srs. Senadores, o que deixa incontestável que a maioria dos membros desta Casa sabe de sua importância e quer a continuação das investigações.

É evidente que preparados estamos todos para enfrentar boicote, sabotagem, tropa de choque – chamem lá de que chamem – por parte do bloco de defesa do Governo. Mas nós temos a convicção de que a virtude, mais cedo ou mais tarde, triunfa, e de que esse é um programa que tem de ser preservado. As atividades do terceiro setor têm de ser estimuladas e nós temos, Sr. Presidente, de separar o joio do trigo enquanto ainda existir o trigo, antes que o joio tome conta.

De forma que me congratulo com o anúncio feito pelo Senador Líder do PMDB, mas quero alertá-lo de que, entre a especulação comemorada numa tarde véspera de feriado pela Bolsa, meu caro amigo Valdir Raupp, e a consolidação de parques industriais, com investimentos em pesquisas, nós temos de optar pelo caminho mais seguro.

E esse corte feito hoje no Orçamento, sem que o Governo tivesse a delicadeza de comunicar pelo menos às comissões que participaram de sua elaboração, é lamentável e enfraquece, cada dia mais, a confiança que nós temos em aceitar acordos cujos conteúdos não conhecemos, ponto por ponto, vírgula por vírgula.

É uma pena!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está inscrito, aqui, à frente, o nosso Senador João Pedro, que permutou com a Senadora Ideli Salvatti.

V. Exª está como Líder. Estamos alternando.

Senador Heráclito Fortes, vamos agradar V. Exª, lendo um requerimento de prorrogação de prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº. 515, de 2008.

Em aditamento aos Requerimentos nºs 201, 217, e 1.324 de 2007. Requeremos seja prorrogado o prazo de funcionamento em 180 (cento e oitenta dias), a partir de 12 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de onze Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007, mantendo seu limite de despesas em R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Sala das Sessões, em 30 de abril de 2008

1.		HERACLITO
2.		JOSÉ AGRIPINO
3.		ADELMIR SANTANA
4.		DEMÓSTENES TORRES
5.		
6.		ROMERO JUCÁ
7.		
8.		ANTONIO CARLOS VALADARES
9.		MARCO MACIEL
10.		TIÃO VIANA
11.		WELLINGTON SALGADO
12.		EDUARDO AZEREDO
13.		FLEXA RIBEIRO
14.		Botelho
15.		FLÁVIO ARNS
16.		MOZARILDO
17.		Magno Bacelar
18.		Virgínio de Carvalho
19.		Paulo Duque
20.		Neuto
21.		VALDIR RAUPP
22.		
23.		GERALDO MESQUITA JR

24.	[illegible]	Paim
25.	[illegible]	[illegible]
26.	[illegible]	Romero Jucá
27.	[illegible]	[illegible]
28.	[illegible]	João Tenório
29.	[illegible]	Jarbas Vasconcelos
30.	[illegible]	Cristovam
31.	[illegible]	Tasso Jereissati
32.	[illegible]	Eliseu Resende
33.	[illegible]	Marisa Serrano
34.	[illegible]	Arthur Virgílio
35.	[illegible]	[illegible]
36.	[illegible]	Marconi Perillo
37.	[illegible]	Lúcia Vânia
38.	[illegible]	[illegible]
39.	[illegible]	Gilberto Goellner
40.	[illegible]	Mão Santo

41\. [illegible] — José Nery

42 – [illegible] — Raimundo Colombo

Almeida Lima

43 [illegible]

44 [illegible] — Valadares

45 [illegible]

Gim Argello

46 [illegible] — Rosalba

47 [illegible]

51 [illegible]

52 [illegible]

48 – [illegible]

53\. [illegible]

49 [illegible]

54 [illegible]

50 Patrícia Saboya

55 [illegible]

56 – [illegible] — Inácio Arruda

57\. [illegible]

58 – F. Collor – Fernando Collor (PTB-AL)

59 – [illegible]

60 – [illegible]

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Senador Heráclito Fortes, o documento, mostrando a sua capacidade de Liderança, tem 60 assinaturas, superando o que a legislação e o Regimento mandam.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Na tribuna, o Senador João Pedro e, por sugestão, ontem, do Senador Casagrande, seria conveniente cada um usar dez minutos. E V. Exª com a sua inteligência privilegiada e a capacidade sintética.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero...

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador, V. Exª me concede trinta segundos antes de começar para que eu não atrapalhe o pronunciamento de V. Exª...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois não, Senador Casagrande. V. Exª não está atrapalhando.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço V. Exª pela consideração. Eu estou inscrito e, se der tempo, antes de viajar, gostaria de me pronunciar, mas não queria perder a oportunidade.

O Senador Valdir Raupp fez uma menção à classificação de uma agência que colocou o Brasil com um grau de investimento, o *investment grade* e, pela primeira vez, o Brasil consegue esse enquadramento na Standard & Poor's. Isso, Senador João Pedro, é uma vitória para a condução da política econômica do Governo, para o projeto que vem sendo desenvolvido no País e atrairá investimentos de grandes fundos internacionais que só têm autorização dos seus conselhos para investir em países que tenham grau de investimento.

Então, o Brasil, que já estava recebendo muitos investimentos externos, terá agora condição de receber muito mais investimentos do que estava recebendo. O Brasil ansiava por isso há muito tempo, teve essa conquista e essa conquista é uma manifestação de confiança do mercado internacional, dos investidores internacionais na condução da política econômica de nosso País. Portanto, penso que é importante registrarmos a relevância disso. É lógico que o Brasil terá de ser mais rápido para fazer o investimento necessário em infra-estrutura, o Brasil terá de ser mais rápido para poder de fato manter o controle da sua política fiscal, para que tenhamos afastado, a muitos quilômetros de distância de nós, o fantasma da inflação, e que também possamos ter uma política cambial que permita o dólar se manter em um patamar que não atrapalhe nossos exportadores. Então, há muitos pontos positivos, há algumas preocupações em decorrência desse feito, mas o fato é positivo e já fez as bolsas dispararem. Portanto, eu queria fazer o registro desse momento para a história do nosso País. Obrigado, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, quero me associar às duas manifestações havidas acerca dessa conquista da economia brasileira que tem reflexo em nível internacional.

Em 2007, o Brasil só perdeu para a Holanda nos investimentos internacionais. Penso que isso é mérito da nossa equipe econômica, mas também da sociedade, que faz e participa desse momento tão importante da economia nacional.

Sr. Presidente, os grandes jornais de hoje, a mídia de modo geral, abordam os resultados do MEC no que diz respeito à avaliação de dois conceitos que considera em nossas universidades, mais precisamente os cursos de medicina no Brasil, o Enad e o IDD, e registra 103 universidades em que os cursos foram submetidos a essa avaliação.

Primeiro, quero dizer da importância do método que o MEC utiliza para acompanhar os cursos. É bom lembrar, Senador José Sarney, que está nesta sessão, que, em 1994, existiam 80 cursos de medicina no Brasil e hoje, em 2008, são 175 cursos de medicina. Chama-me atenção primeiro os seis primeiros cursos bem avaliados, com nota 5, que é avaliação máxima do Enad, para seis universidades federais.

Quero registrar aqui a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; a Universidade Federal de Goiás, em Goiânia; a Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre; a Universidade Federal de Santa Maria, em Santa Maria, Rio Grande do Sul; a Universidade Federal do Piauí, em Teresina – não consigo dar a ênfase que V. Exª dá ao belo Estado da nossa Federação que é o Piauí –; a Universidade Federal de Mato Grosso; a Escola Superior de Ciências da Saúde, em Brasília – vou citar as dez primeiras –; a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ; a Universidade Federal do Rio de Janeiro, novamente, e a Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Então, veja só, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Mato Grosso são os Estados que têm as seis universidades com as melhores avaliações – até Mato Grosso.

Quero parabenizar o MEC, e, na condição de Senador da República, quero externar uma opinião: o MEC precisa adotar um padrão de rigor para acompanhar a

recuperação de 17 universidades que foram reprovadas – 17 universidades foram reprovadas! Quero dizer da minha angústia, não para fazer uma denúncia aqui, mas para demonstrar a preocupação de um cidadão do Amazonas, de um Senador do Amazonas, porque a minha universidade federal está entre as dezessete universidades.

Também a Universidade Federal do Pará chama a minha atenção, porque, com ela, são duas universidades de Estados lá no Norte que foram reprovadas; duas referências do ensino, da pesquisa, duas instituições importantes do Norte do nosso País, no meu Estado do Amazonas e Pará, estão entre as universidades reprovadas.

Eu quero dizer da minha tranqüilidade para fazer essa reflexão, para cobrar do nosso Magnífico Reitor Hidembergue Frota uma manifestação do porquê desse resultado. Evidentemente que é complexo administrar universidades, e eu entendo a complexidade diante de crises, dificuldades por que passaram e passam as nossas universidades nesses últimos anos, tais como laboratórios obsoletos, evasão de bons professores das universidades federais. Eu na minha universidade, porque eu passei pela Universidade Federal do Amazonas, e estou cobrando aqui dessa instituição tão importante para o nosso Estado, mas particularmente do Reitor Hidembergue Frota, uma explicação. Por que a nossa universidade mereceu notas tão baixas? Estou cobrando essa manifestação e, ao mesmo tempo, me colocando à disposição, porque a universidade não é do reitor, do professor, mas do povo brasileiro, do povo amazonense.

A Universidade de Medicina, em todo o Brasil, tem um grande simbolismo. É preocupante o número de universidades que foram reprovadas. Falo de duas universidades federais lá na Amazônia.

Quero colocar-me à disposição do magnífico reitor da nossa universidade no sentido de ajudar. Como contribuir? O que não pode é a nossa universidade ficar entre as universidades reprovadas pelo método de avaliação que o MEC adota e tem de adotar sempre. Espero que o MEC...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, para terminar.

Espero que o MEC adote procedimentos no sentido de acompanhar essas universidades prioritariamente e também todas as outras universidades. Das 17 universidades reprovadas 13 são privadas. O Governo, o MEC e a própria sociedade brasileira precisam acompanhar essa instituições estratégicas, importantes para o povo brasileiro, para a sociedade brasileira.

As universidades não podem ter um padrão que não corresponda a esse sentimento, a essa exigência do povo brasileiro, da sociedade brasileira, de ter universidades como referência. Falo de referência nacional, de referência internacional. O número de universidades privadas reprovadas assusta-me. É preciso que haja uma política para acompanhar com rigor a recuperação delas, para que tenhamos um ensino comprometido com a cidadania, com a qualificação dos nossos profissionais e que sirvam à sociedade brasileira.

E quero finalizar, Sr. Presidente, ao lado de Senadores que já repudiaram – e não posso ter outra atitude – a postura do coordenador do curso de Medicina do Estado da Bahia, que não só adotou postura discriminatória, mas também desrespeitosa com o povo baiano ao dizer que o povo baiano tem um QI baixo. Quero repudiar essa manifestação do coordenador do curso de Medicina do Estado da Bahia. Penso que ele deveria entregar hoje a sua carta de demissão e o que o MEC deve adotar procedimentos rigorosos para punir a postura discriminatória, desrespeitosa não só à Academia, à Universidade Federal, mas ao povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após belo pronunciamento, convidamos o Senador, o Presidente Sarney para fazer uso da palavra por cessão de Lobão Filho, do Maranhão; depois, como Líder, falará o Senador Antonio Carlos Valadares.

Feliz este Senado da República do Brasil. Os grandes senados do mundo, a exemplo da Itália, têm como referência o Senador Cícero. Lá, eles têm senadores vitalícios, escolhido por mérito. São cinco, entre eles Norberto Bobbio, cujo aparecimento foi dos mais gritante por ser uma das vivas forças da teoria da democracia e por ter deixado o melhor livro.

Mas são cinco. Feliz este Senado, que tem três ex-Presidentes da República. Por isso, digo que este é um dos melhores Senados da história da República. O Presidente Sarney, que foi Presidente deste País no momento mais difícil da nossa história, na transição de uma ditadura militar para uma democracia que vivemos. Acompanhado dele, ainda temos Marco Maciel, que exerceu a Presidência por longo período, sendo Vice-Presidente da República, e o Presidente Collor.

V. Exª pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. E a honra é tão grande que convido o Presidente da Casa, de fato e de direito, o Senador Garibaldi Alves, que se aproxima, a presidir, enquanto irei para o plenário ouvir atentamente os ensinamentos de V. Exª.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, muito obrigado, Senador Mão Santa, pelas suas generosas palavras, sempre generosas, para com este seu companheiro de Senado e seu amigo. Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de entrar no assunto objeto do meu discurso, queria congratular-me com o povo e o Governo do Brasil por termos alcançado o grau de investimento. Fica reconhecido assim que o nosso País hoje saiu de todas as crises econômicas que enfrentou e situa-se entre aqueles países mais confiáveis da economia mundial.

Quero, particularmente, dizer que esse é um caminho longo que o País vem percorrendo. Cada um de nós colocou um pedaço do seu trabalho – políticos, empresários, administradores – para que chegássemos até esse ponto. Mas, sem dúvida alguma, não podemos esquecer que isso acontece quando é Presidente o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que tem feito um extraordinário Governo, colocando a economia dentro de um caminho de estabilidade e dando ao País uma projeção internacional muito grande. Ao mesmo tempo em que a nossa economia hoje é reconhecida mundialmente como uma economia forte, de um País que, cada vez mais, consolida não só suas instituições, mas também sua presença no mundo. Por isso mesmo é necessário reconhecer o trabalho do Presidente e, ao mesmo tempo, nos congratularmos com o povo brasileiro e com o Governo do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, vim a esta tribuna, hoje, para tratar de um assunto que diz respeito às nossas relações internacionais e também do maior interesse para o Brasil.

Venho, em primeiro lugar, congratular-me com o povo do Paraguai pela realização das últimas eleições naquele país. Devo dizer mesmo que eu torci para que o Bispo Lugo fosse o vencedor, porque via uma etapa importante no aprofundamento da democracia no Paraguai, que é, sem dúvida, a alternância no poder, que é a base de todo sistema democrático. Quero dizer que o candidato vitorioso a presidente da república tem feito algumas declarações – e o fez durante a campanha também –, que, de certo modo, merecem contestações nossas e reflexão do Governo e do povo brasileiros.

Nosso Senado sempre foi muito sensível às questões do Paraguai, sempre teve uma especial atenção com o Paraguai. Depois da Guerra do Paraguai, chamada por Doratioto de maldita guerra, o Senado teve uma posição forte na formulação das condições de paz entre nossos países. Os grandes negociadores brasileiros foram Senadores como o Visconde do Rio Branco, pai do Barão do Rio Branco; Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco; o Conselheiro Saraiva, que tinha participado das questões diplomáticas do Prata; Pimenta Bueno, que depois veio a ser o Visconde de São Vincente. Eles todos se reuniram e, seguindo Nabuco de Araújo e Sarmiento, presidente da Argentina, defenderam a tese de que a vitória não assegurava aos vencedores o direito aos "espólios territoriais" do vencido.

Essa tese se transformou vitoriosa e por causa dela o Brasil sustentou a posição de que a área do Charco devia ser devolvida ao Paraguai, e não ficar com a Argentina, que já o tinha ocupado. Assim as fronteiras do Paraguai com a Argentina acabaram sendo consolidadas na linha do rio Pilcomayo.

Isso foi um trabalho do Senado, com aquela visão de que devíamos ter para com o Paraguai, naquele momento, um tratamento generoso.

Agora, não é de outra maneira que nós devemos tratar o problema do Paraguai, sobretudo, quando nós sabemos que a maior discussão da campanha foi sobre o Brasil, considerado como espoliador e como um país imperialista. Nada mais injusto. E reconheço que, talvez, estas palavras tenham sido usadas – porque todos nós somos políticos – como excessos de campanha que são cometidas por políticos de todos os níveis e até pelos mais responsáveis.

Ao dizer o candidato vitorioso que quer defender os interesses do seu país, ele está muito certo, que deseja que o Paraguai tenha muito mais resultado de Itaipu do que tem, está muito certo. Quando pede que Itaipu tenha mais transparência, está muito certo. Agora, está errado quando põe a culpa no Brasil, quando, na realidade, é o Paraguai que tem feito com que os resultados de Itaipu, o quanto receberam, estão recebendo e vão receber, não seja transparente para o povo do Paraguai.

Esse esconder, esse segredo a respeito do que é Itaipu e do que tem feito Itaipu, do que representa Itaipu para o povo paraguaio não deve ser debitado ao Brasil e, sim, à parte paraguaia, ao governo do Paraguai, que detém a metade da usina de Itaipu e, certamente, não tem dado ao povo paraguaio a transparência que deve dar a respeito da usina e desse empreendimento binacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estava neste Senado, neste plenário e participei das discussões sobre o tratado para a construção de Itaipu em 1973. E, naquele momento, no Senado, tínhamos duas alas. Uma defendia a construção da usina binacional com o Paraguai. A outra corrente defendia o ponto de vista do engenheiro Marcondes Ferraz.

Aqui está o nosso Senador Antonio Carlos Valadares, por Sergipe, e ele sabe que Marcondes Ferraz era um grande nome, uma das figuras mais eminen-

tes da engenharia nacional e da história energética do Brasil, porque fora o construtor de Paulo Afonso. No tempo em que o Brasil não tinha dinheiro, ele formulou construir a usina em três etapas, em três usinas praticamente, para que pudesse ser feita.

A tese de Marcondes Ferraz era de que se podia fazer uma usina só no Brasil, sem ser binacional, e essa usina teria a mesma carga que tem Itaipu, da ordem de 10 milhões kW – lembro que a parte que o Brasil tem em Itaipu é menor do que 10 milhões kW, porque a Usina de Itaipu tem 14 milhões KW e a oferta firme é um pouco menor. Ele defendia essa tese dizendo que, se localizássemos o eixo da usina a 50 km das Cataratas de Sete Quedas, teríamos condições de fazer uma barragem somente em território brasileiro, e que essa barragem teria uma altura de doze metros; quando Itaipu depois foi feita com 170 metros. Era a diferença. Qual a outra vantagem que ele alegava? É que a usina feita dentro do território brasileiro não inundaria aquela maravilha da natureza que eram os Saltos das Sete Quedas. E infelizmente foi uma tragédia que eles tenham sido tragados pela usina construída em Itaipu.

Mas o engenheiro Marcondes Ferraz não tinha essa idéia somente naquele momento. Não. O Rio Paraná, com sua queda, sai daqui do Planalto Central, até fazer parte do estuário do Prata, e suas águas têm valor energético extraordinário. Então, na década de 1950, se começou a estudar o aproveitamento do potencial energético do Rio Paraná e, em 1958, já caminhávamos na direção de aproveitar o Rio Paraná, com várias propostas.

É de 1958, Sr. Presidente, um protesto feito pelo Paraguai de que nós não devíamos fazer uma usina só do nosso lado, e de que eles desejavam participar.

Em 1962 o engenheiro Marcondes Ferraz foi ao Ministro Gabriel Passos, que era Ministro das Minas e Energia, durante o Governo parlamentarista presidido por Tancredo Neves, sendo Presidente da República João Goulart. Ele expôs ao Ministro Gabriel Passos a sua concepção sobre a construção dessa grande usina no Brasil. Marcondes Ferraz foi levado então ao Presidente João Goulart e lhe expôs seu projeto de construção da usina. Ele conta, na entrevista que deu ao CPDOC, que constituem suas memórias – estão arquivadas na Fundação Getúlio Vargas e publicadas em livro –, que o Presidente Jango lhe disse: "Toque o projeto. Vamos fazer a caneladas!" É a expressão que ele repete: "Vamos fazer a caneladas." Infelizmente, o Brasil entrou naquele processo político da saída do Presidente e o assunto morreu.

Mas, em 1966, ele foi retomado e assinamos a chamada Ata das Cataratas, que foi feita pelo Governo brasileiro e pelo Governo do Paraguai, na qual os dois Governos se uniam para fazer uma usina binacional. O gesto brasileiro de largar o seu projeto de fazer uma usina toda dentro do território nacional, só nossa, foi um grande gesto de solidariedade continental.

Ele resultou de um estudo da Escola Superior de Guerra concluindo que as vantagens de construirmos uma usina somente no território nacional eram menores do que construirmos uma usina binacional que, ao mesmo tempo, teria um fator estratégico de uma aliança maior nossa com o Paraguai. Pretendia unir, cada vez mais, os nossos países, como irmãos, pensando, talvez, que tínhamos obrigação de tratar bem o Paraguai depois da guerra que tivemos, a única guerra que o Brasil enfrentou.

Com esse espírito foi feita a Ata das Cataratas de 1966. A partir daí, iniciaram-se as negociações, que foram longas, até que, em 1972, firma-se o Tratado de Itaipu e, em 1973, nós, aqui no Congresso Nacional, o aprovamos. Quanto a esse tratado, Sr. Presidente, o Brasil arcou com todas as responsabilidade financeiras da construção da usina. O Paraguai não entrou com um tostão. Do capital inicial, a sua parte de 50 milhões de dólares foi emprestada pelo Brasil.

Estou fazendo essas considerações para mostrar o sentimento de solidariedade com que nasceu Itaipu. O que queremos, e as minhas palavras têm esse sentido, é que um gesto de solidariedade não seja transformado em uma dor de cabeça, não somente para o Paraguai, como para o Brasil, e permaneça ao longo da nossa história, porque hoje não se pode desfazer o que esta feito.

Com Itaipu estamos juntos, unidos. O empreendimento é dos dois países. Então, temos que construir soluções. Agora, em duas coisas não se pode mexer. Primeiro, no tratado. Não há como possamos rever qualquer tratado formado soberanamente por governos. Não se discute. Eu li que no Paraguai se diz que foi feito por ditaduras, que era uma ditadura no Brasil e outra no Paraguai. Não, essa idéia vinha sendo germinada desde os anos 50, então não era uma coisa que acontecia por acontecer, era uma aspiração de utilizar as riquezas nacionais.

Creio, Sr. Presidente, que o dever de todo Presidente da República é defender a soberania e os interesses de seu país. Esse é o nosso primeiro dever. Eu, no Rio de Janeiro, vi o velho Arthur Bernardes, ex-Presidente da República, defendendo o Brasil. Quando se falava nas riquezas nacionais, na soberania nacional aquele velho se tornava um gigante, e dizia que ele tinha que o defender os interesses do Brasil até o fim. Então, é isso que estou fazendo aqui.

O Tratado de Itaipu é um tratado feito soberanamente, extremamente justo, um gesto de solidariedade do Brasil. Deve-se ter a noção precisa do que cedeu o Brasil. Portanto, não há como se pensar em modificar este tratado.

Outro problema, Sr. Presidente, é o que surgiu agora, um problema de fronteira que ali existiria. Realmente, esse problema de fronteira existiu em relação ao Paraguai, depois da guerra, que foi de 1864 a 1870. O que houve foi que tínhamos o desafio de demarcar as fronteiras definidas dos países, não só naquele tempo, como também em relação aos outros países.

Foi feito um tratado com o Paraguai em 1872. Em 1874, esse tratado foi tornado realidade e nós então demarcamos as fronteiras. Não há mais discussão sobre fronteira.

Quero fixar mais ainda, Sr. Presidente, é que o Brasil paga mais caro pela energia de Itaipu. Ele compra a energia do Paraguai – nós nos obrigamos a comprar toda a energia que o Paraguai não utilizasse, a sua metade. Quando Itaipu foi feita, durante doze anos, Sr. Presidente, a energia que era produzida na metade paraguaia e que o Paraguai não consumia, o Brasil comprou sem também precisar consumir. Por quê? Porque tínhamos auto-suficiência em energia, então nós não precisávamos da energia que comprávamos. Compramos o nada, justamente para cumprir as obrigações do Tratado de Itaipu.

As origens do Brasil e do Paraguai, embora tenhamos tido, em algum tempo, divergências naturais ao longo da história, são quase comuns, porque todos somos frutos da descoberta da América. Ambos herdamos aquelas hipotecas que existiam na Europa, com a luta entre Portugal e Espanha, para ver quem dominava mais as terras do Novo Mundo.

De tal modo que foi feita aquela divisão na Bula *Inter Coetera*, que depois foi modificada pelo Tratado de Tordesilhas, pois Portugal não aprovou a primeira, que dava apenas 100 léguas a oeste de Cabo Verde. Ele alegava: "Isso não é nada! Eu conheço o oceano. Vou ter direito apenas à água." Então, D. João II teve visão, protestou, e fez-se um novo tratado, o Tratado de Tordesilhas, a 370 léguas, que incluiu uma parte do Brasil. E Francisco I, rei da França, dizia: "Eu quero ver o testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha".

Naquele tempo, então, tivemos várias expedições portuguesas e espanholas em busca de uma lenda que corria no mundo inteiro da existência aqui do que eles chamavam um "rei branco", e de um lugar onde havia ouro e prata em grande abundância. Então, idealizava-se que, pelo Prata, se subiria e chegaria a esse reino. E a luta, então, foi para ver quem tomava conta e disputava o Prata. Essa luta resistiu até quase o século passado, nas nossas divergências com a Argentina, divergências essas que, felizmente, encerramos com a criação do Mercosul.

Basta ver que a expedição de Martim Afonso de Sousa, que D. Manoel manda para descobrir como realmente era o Brasil, tinha como objetivo descobrir o Prata. Infelizmente, na foz do Prata foi atingido, com toda a sua esquadra, por uma grande tempestade, e seus navios naufragaram. Já em 1512 o navio espanhol do Juan Díaz de Solis naufragara e ele fora morto pelos índios. A verdade é que todo o mundo pensava em ir atrás desse reino de ouro.

Existia realmente esse reino de ouro naquela área: era a montanha de prata de Potosí, que foi, em 1545, descoberta não pelos espanhóis nem pelos portugueses que vinham aqui pelo Prata, mas por uma missão de aventureiros que vinha do Peru e que descobriu, então, essa montanha de prata que durante tantos anos foi explorada pela Espanha.

Nessa luta, também tínhamos aquelas feitorias da costa do Brasil, como a do Bacharel de Cananéia e a de São Vicente. Estes pioneiros tentavam uma outra rota para encontrar os rios onde estariam localizados esses tesouros. A partir dessas rotas os portugueses tentaram algumas vezes e não conseguiram, e os espanhóis chegaram primeiro pelo Prata e fundaram Assunção em 1537.

Aí também nós não conseguimos chegar. Eles pensavam que era mais fácil sair da costa do Brasil, atravessar todo o território e chegar em Assunção do que dar a volta por esse litoral todo, 600 quilômetros de praia sem porto – que são essas praias que percorrem uma parte do Paraná, Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e uma parte do Uruguai. Imaginavam ser mais rápido, era mais fácil, então – dizia eu –, sair da costa do Brasil e ir a pé, descendo o Tietê, até Assunção. Mas isso não ocorria e, na realidade, o Paraguai transformou-se numa colônia espanhola, que só vai ser independente em 1811.

Sr. Presidente, quero dizer aos Srs. Senadores e perante o Senado que nós, que fizemos aqui no Senado, como eu disse, aquela demonstração de generosidade em relação às fronteiras, depois da guerra do Paraguai, devemos ter hoje a iniciativa do chamamento ao bom senso, para dizer que, na realidade, os problemas que vive o Paraguai em relação a Itaipu não são nossos. São problemas da própria estrutura do Governo do Paraguai, ao longo desse tempo todo.

E se é justo que o Presidente eleito do Paraguai, Presidente Lugo, deseje um melhor aproveitamento de Itaipu, ele deve por isso mesmo ter no seu programa a industrialização do país. Nós, brasileiros, temos, hoje,

um empresariado forte, e, se ele tiver condições de criar no Paraguai estabilidade e incentivos para que nós possamos – aliás não só os empresários brasileiros, mas de todo o mundo e os próprios paraguaios – ter indústrias para consumir a energia paraguaia lá dentro do Paraguai, ele estará criando riqueza e podendo fazer justiça social. Esse é o programa que pode ser feito.

Agora, o que está errado é colocar nas costas do nosso País uma acusação que não só é imprópria como é injusta. Injusto não é o preço de Itaipu; injusta é a acusação para o Brasil, porque o que fizemos com o Paraguai foi um gesto de generosidade na construção de Itaipu. E queremos que esse gesto de generosidade seja, cada vez mais, a união dos nossos países e não uma dor de cabeça para o Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador e ex-Presidente José Sarney e quero me associar às suas palavras no que toca ao Brasil e ao Governo brasileiro ter alcançado a condição de *green card* em matéria de investimento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB.

Em seguida, falará o Senador Geovani Borges.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de o Senador Antonio Carlos Valadares se pronunciar em nome da nossa Liderança, estou inscrito, mas, terei que viajar e não terei condições de me pronunciar.

Eu queria deixar registrado um pronunciamento que trata das tarifas bancárias, pois hoje entra em vigência a regulamentação do Banco Central com relação a este tema; que trata do lucro que o Bradesco teve, nos primeiros três meses do ano, de R$2,1 bilhões, demonstrando claramente que o *spread* bancário é altíssimo no nosso País.

Faço uma análise da necessidade da regulamentação; faço uma análise desse lucro exagerado e exorbitante e até, de certa forma, fora de qualquer realidade no mundo.

Trato um pouco aqui da entrevista que o Presidente Lula deu, aos **Diários Associados** do final de semana, em que ele fala da importância da reforma política, e sou um defensor deste debate aqui no Congresso Nacional – V. Exª sabe disso.

Queria registrar este pronunciamento e desejar um bom pronunciamento ao nosso Líder Antonio Carlos Valadares.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há alguns dias estive nesta tribuna tratando das altas taxas cobradas pelos serviços bancários e dos elevados *spreads* bancários, que tem duas implicações diretas: a elevada lucratividade que os bancos estão obtendo na esteira do crescimento econômico, sem que isso reflita imediatamente em redução de custos e benefícios diretos para o consumidor, no caso o correntista.

Pois bem, nesta terça-feira, os jornais anunciam a expressiva lucratividade do Bradesco, no primeiro trimestre do ano, sinalizando que as demais instituições financeiras apresentarão, nos próximos dias, resultados de grande magnitude.

Para usar palavras do repórter Fabrício Vieira, da **Folha de S.Paulo**, "o Bradesco abriu a safra de balanços de 2008 com anúncio do lucro líquido de R$ 2,102 bilhões no primeiro trimestre do ano".

De acordo com as informações, o resultado significa aumento de 23,3% em relação aos números do primeiro trimestre de 2007.

A consultoria Economática informa que "foi o melhor resultado para um primeiro trimestre alcançado por um banco nacional privado nos últimos 20 anos".

A expansão do crédito para pessoa física e dos seguros foram os propulsores de tamanha lucratividade. É verdade também que alguns segmentos perderam espaço, como a cobrança de tarifas, taxas e fundos, entre outros.

O fabuloso resultado do Bradesco, porém, joga, mais uma vez por terra, o discurso do que o dinheiro custa caro por causa da inadimplência. Não é verdade, uma vez que, diante de tamanha lucratividade, a inadimplência para pessoa física se manteve estável, em 6,4%, nos últimos doze meses.

No que toca ao aumento do consumo é, portanto, hora de saudar mais uma vez a política econômica do Governo que está proporcionando o crescimento do crédito e possibilitando todas as classes sociais a consumirem bens de consumo e serviços. Em março, de acordo com Banco Central, a expansão do crédito chegou ao maior nível da história, alcançando R$992,7 bilhões, equivalentes a 35% do PIB. É o melhor resultado para a nossa economia desde janeiro de 1995.

Esses números revelam duas realidades: a primeira é que a nossa economia tem potencial para expandir o crédito, de acordo com expectativa do Banco Central, até 40% do PIB até o fim do ano. A outra é que ainda estamos longe dos patamares de países emergentes, cuja oferta de crédito atinge em média 60%.

Sr. Presidente, por decisão do Banco Central, a partir de desta quarta-feira, os bancos estão obrigados a divulgar os valores das tarifas que cobram pelos serviços chamados prioritários. Há nos meios políticos uma máxima que diz: no Brasil há dois tipos de lei, a que pega e a que não pega. Espero que essa corresponda à primeira hipótese.

São medidas adotadas para coibir abusos. É ainda uma oportunidade de fornecer aos correntistas alternativas de mudar de instituição financeira quando se sentirem lesados.

É preciso também que os bancos não só cumpram as normas do Banco Central, mas também que tenham consciência de que podem reduzir espontaneamente os custos das suas tarifas, de modo a ampliar o acesso aos serviços bancários a cada vez mais cidadão.

Em se tratando de direito do consumidor, creio que é nosso papel, ao lado dos órgãos de defesa do consumidor, ficar atentos e não poupar esforços para que a norma do Banco Central pegue e, efetivamente, reduza os custos do dinheiro para os cidadãos deste País.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é a entrevista do Presidente Lula, publicada nos veículos dos Diários Associados, no último domingo, e amplamente repercutida pela mídia nacional no início da semana.

Quero, antes de tudo, destacar a lucidez com que o presidente trata os diversos temas na reportagem, como biocombustíveis, o contencioso envolvendo a reserva indígena Raposa Serra do Sol, a sucessão presidencial, cartões corporativos, entre outros. Mas, um tema me chamou especial atenção, a abordagem à necessária reforma política.

Primeiro, ele diz textualmente que "não é papel do Executivo fazer a proposta da reforma política". Esse papel, friso, é nosso. O Parlamento precisa assumir essa missão e ter a coragem de mudar regras, ainda que muitos Parlamentares enxerguem riscos de perderem vantagens pessoais obtidas com atual sistema. Não podemos legislar em causa própria, Srs. Senadores.

Uma reforma, ampla, democraticamente discutida e aprovada, beneficiará os bons políticos e expurgará os maus. Acredito que reforçará o compromisso do político com mandato, com o seu eleitor, com o partido e com as atribuições constitucionais do Parlamento.

Muitas das mazelas que nos assolaram nos últimos anos decorrem de um sistema político-eleitoral cheio de vícios, facilitador da corrupção, que anda de braços dados com o clientelismo, ofusca o papel dos partidos, denigre a imagem pessoal do Parlamentar e das instituições políticas.

Em segundo lugar, o Presidente volta a rechaçar a hipótese de disputar o terceiro mandato, chegando a afirmar durante a entrevista que "as pessoas que discutem o terceiro mandato não têm coisa mais séria para discutir".

Neste caso reafirmo, fazendo coro com o Presidente, o que já dissera em mais de uma oportunidade desta tribuna: debater a reforma política, ainda este ano, é criar antídoto contra a tentação do terceiro mandato que pode surgir em 2009, após as eleições municipais e às vésperas do pleito de 2010. Essa discussão é para já, Sr. Presidente.

Embora a pesquisa CNT/Sensus, divulgada na última segunda-feira, apresente ligeira maioria dos brasileiros favoráveis a mais um mandato para o Presidente – 50,4% –, esse percentual espelha mais os bons resultados da economia do que propriamente a convicção e a consciência coletiva do que representaria para o país esse novo instituto.

O resultado da sondagem revela, na realidade, que a Nação brasileira está dividida sobre questão. Sem dúvida é um sinal de que o terceiro mandato, embora pudesse ser aprovado pelo Congresso Nacional, fragilizaria a democracia e as instituições democráticas. Vale à pena colocar em risco o Estado Democrático de Direito? O Presidente Lula é o primeiro a dizer que não.

Sr. Presidente, apresentei há dias um requerimento propondo a criação de uma comissão mista para discutir a reforma política. Creio que é hora de nos sentarmos, todos os partidos, para tratarmos de viabilizar esta discussão. É hora de trabalharmos para entregar ao País um conjunto de normas que proporcione regras claras e sólidas sobre a norma político-eleitoral.

Defendo a aprovação de regras que exorcize da vida nacional o fantasma do terceiro mandato. E, o que reputo de suma importância, que ajude a resgatar a desbotada imagem desta Casa junto ao conjunto da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Senador José Sarney, ex-Presidente da República e ex-Presidente desta Casa, pelo oportuno pronunciamento que acabou de fazer da tribuna

desta Casa, enfocando um assunto da realidade hoje internacional envolvendo principalmente, por meio de uma campanha eleitoral, interesses do Paraguai em aumentar suas tarifas, ou seja, praticamente quebrar um contrato reconhecido internacionalmente. Eu tenho certeza de que o novo Presidente do Paraguai vai avaliar bem essa questão. Foi uma verdadeira aula do Presidente Sarney a que assistimos aqui, não só sobre o histórico desse grande projeto de Itaipu, construído pelos dois Países, Brasil e Paraguai, mas uma verdadeira aula de História.

Muito obrigado, Presidente, pelas palavras que muito tocaram, tenho certeza, o coração de todos os Senadores que estavam presentes nesta sessão histórica.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Agradeço a V. Exª a sua generosidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de retornar ao tema objeto de um discurso do Senador João Pedro, do Estado do Pará, sobre os exames efetuados pelo Ministério da Educação nas 103 faculdades de Medicina de todo o País, o chamado Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

O Enade não examina apenas os estudantes de Medicina; também examina os estudantes de outras profissões. Mas eu queria me referir à desigualdade ou à distribuição, a meu ver, injusta das faculdades de Medicina em nosso País.

Sabemos que os médicos são geradores de serviços essenciais para a população no setor de saúde. Devemos observar não só a qualificação do médico, mas também uma boa remuneração. E também, quem sabe, direcionada pelo próprio Estado, uma redistribuição geográfica de sua localização – da localização do médico.

Digo isso, Sr. Presidente, porque os concluintes de Medicina, segundo dados que colhemos na imprensa no dia de hoje, principalmente em *O Globo* e na *Folha*, no Sudeste do nosso País, cresceram 200% entre 2004 e 2006. Enquanto o Sudeste representa 43% da população brasileira e dispõe de 59% dos formados em Medicina, o Nordeste do nosso País, que representa 36% da população brasileira, só dispõe de 21% dos médicos existentes no País.

Essa discrepância, essa disparidade, significa menor qualidade de vida, significa menor bem-estar para aqueles que residem na nossa Região Nordeste, significa menor segurança do atendimento do setor médico às populações ali residentes.

Para que os senhores tenham uma idéia dessa disparidade, vou ler o resumo de uma tabela que diz o seguinte: no Distrito Federal, há um médico para 292 habitantes; já no Rio de Janeiro, um médico para 299 habitantes; em São Paulo, um médico para 448 habitantes. Agora vamos a três Estados – só três Estados – do Nordeste do Brasil, para que possamos fazer uma comparação, uma comparação que traduz o desnível da colocação dos médicos por região: no Estado do Maranhão, há um médico para cada 1.786 habitantes; no Pará, um médico para 1.351 habitantes; e no Piauí, um médico para 1.282 habitantes.

Ora, como estamos falando da questão da qualidade do ensino, da reprovação de 17 faculdades, acho que é uma boa oportunidade, Senadora Rosalba, para que nós entremos na idéia da descentralização dos cursos de Medicina, ou seja, espalhar cursos de Medicina não de forma aleatória, mas de forma programada, estudada cientificamente.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Concedo o aparte a V. Exª.

V. Exª é médica e nordestina, sabe tanto quanto eu e aqueles que participam dos debates desta Casa que há realmente uma disparidade a ser corrigida. E está é a oportunidade de corrigi-la.

Agradeço a V. Exª o aparte.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador, eu gostaria de parabenizá-lo pela brilhante oportunidade de levantar essa questão, porque realmente é necessário descentralizar de acordo com a necessidade. Está comprovado que a nossa Região Nordeste e a Região Norte carecem de mais profissionais médicos. Só que há um detalhe: quando são formados no seu Estado, na sua região, eles já têm raízes fincadas naquela região e, em geral, permanecem para ali desempenhar suas funções. Para muitos dos que têm que sair do seu Estado para conseguir uma oportunidade em outra região fica mais difícil retornar. Essa é uma questão primordial. Saúde precisa de bons profissionais. Está-se fazendo a avaliação da qualidade, e é bom que se diga o seguinte... Inclusive, quero parabenizar o Estado do Piauí, do Senador Mão Santa, porque a Faculdade de Medicina do Piauí obteve nota máxima, de excelência. Isso prova que, no Nordeste, no Norte, nas regiões mais distantes, podemos ter qualidade e atender às necessidades. O senhor tem toda razão. É muito oportuna esta questão. E V. Exª está de parabéns por trazê-la ao debate e colocar também, com a sua experiência de nordestino, de quem governou e conhece a realidade, a necessidade de termos mais cursos de Medicina implantados nas regiões mais carentes. E a nossa região é uma delas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Senadora Rosalba.

Citei, então, três Estados importantes, inclusive o Distrito Federal, e três Estados do Norte e Nordeste, ou seja, um do Norte, o Pará, e dois do Nordeste, Maranhão e Piauí, para que fizéssemos uma comparação e mostrássemos um desequilíbrio na distribuição de médicos por situação geográfica em nosso País.

Acredito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que esses exames que estão sendo feitos pelo Ministério da Educação, que podem levar à punição de uma determinada faculdade, não só reduzindo o número de vagas a cada ano, como até podendo ser fechadas caso não obedeçam aos ditames do Ministério da Educação, que possamos melhorar a qualidade de ensino das que já estão funcionando.

O que estamos pretendendo, propugnando, o que nós queremos, na realidade, não é fechar nenhuma faculdade. Queremos, sim, que elas ofertem aos nossos futuros médicos um ensino capaz de enfrentamento da realidade nacional. Os nossos médicos, nos seus mais variados segmentos, precisam ter uma aprendizagem adequada, uma aprendizagem justa, que faça jus não apenas ao esforço desenvolvido pelos pais para colocarem seus filhos no ensino superior; não apenas para fazer jus ao pagamento, porque mais de... Eu não sei, na realidade, o percentual de faculdades particulares... Senador Cristovam Buarque, V. Exª tem na cabeça, em relação às faculdades públicas, o percentual de faculdades particulares no setor de Medicina?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não. Exatamente, não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, V. Exª não tem, mas, naturalmente, é uma grande maioria.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Grande maioria. Se somarmos todos, hoje nós temos 4,5 milhões de universitários, e 500 a 600 mil, nas universidades públicas apenas. Na Medicina, a proporção não deve ser muito diferente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois é. Então, veja: há um gasto exorbitante hoje para se formar, mesmo cursando uma universidade pública.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – De R$4 mil a R$7 mil por mês.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A média é de R$7 mil?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não, tem de R$2 mil, de R$3 mil, de R$4 mil e até de R$7 mil por mês.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois bem. Então, não só para defender a vida futuramente, mas também até para preservar a economia do nosso País.

Ora, se o médico se forma, vai enfrentar a vida e não tem as condições mínimas para o exercício de sua profissão, quem está perdendo não é só a população; é a economia do nosso País. Ou seja, estamos perdendo no lado econômico e no lado social, porque os médicos não estão exercitando, pelo menos na medida das nossas necessidades, a profissão que abraçaram durante tantos e tantos anos.

Por isso, acho que o rigor da fiscalização, o controle das faculdades de Medicina, tudo isso é importante, mas muito mais importante do que isso é velar pela boa distribuição dessas faculdades.

Eu estava falando aqui, Senador Cristovam – e V. Exª é do Nordeste –, sobre a disparidade. Quem sabe, pelo peso político da Região Sudeste, pelo peso econômico, pela pressão exercida sobre os governos, eles foram capazes de montar centenas de faculdades de Medicina, não só faculdades públicas, como também e principalmente privadas.

Já no Nordeste, a pressão é mais frágil, tanto do ponto de vista econômico como do político. Econômico por quê? Porque, quem sabe, as faculdades do Nordeste não dêem tanto lucro como dão no sul do País e no próprio Distrito Federal.

Mas eu acho que essa disparidade pode ser, sem dúvida alguma, regulamentada pelo Conselho Federal de Educação, por uma legislação específica, de tal modo que haja uma descentralização, um equilíbrio na Federação. Somos uma Federação e, para que haja equilíbrio, não é apenas necessária receita pública; não é preciso apenas arrecadação proporcional aos Estados e Municípios. Faz-se necessária também uma distribuição eqüitativa do ensino superior, notadamente das faculdades de Medicina.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Eu quero comunicar que a Ordem do Dia de hoje fica transferida para a sessão de terça-feira.

São os seguintes os itens adiados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e qua-*

renta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).*

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ

(Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001;90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc:* Senador Renato Casagrande, favorável.

18

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *al-*

tera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural*.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica*.

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa*.

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado*. (*Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na*

prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado*.

54

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo*."

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

55

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania*.

57

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

59

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352,*

de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)

60

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

61

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

63

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

64

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

65

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

67

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão*

constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

68

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

69

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

70

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Regionalização da programação de rádio e TV).*

71

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

72

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

73

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

74

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

75

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

76

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges. Em seguida, falará o Senador Paulo Paim.

V. Exª terá dez minutos, Senador Geovani Borges, a exemplo de todos os oradores.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começo pedindo licença a V. Exªs para lhes contar um fato, uma história.

O Amapá é um Estado que tem apenas 16 Municípios e cerca de 700 mil habitantes. A capital Macapá tem um pouco menos de 400 mil habitantes.

Temos um único aeroporto que fica na capital, o Aeroporto Internacional de Macapá.

Pois bem, a Infraero decidiu que é preciso fazer uma segunda pista de pouso e decolagem. Acordou um determinado espaço com o Governo do Estado e ofereceu, em contrapartida, a construção da Avenida Norte-Sul e a implantação do Centro Administrativo do Governo do Estado.

Quanto à Avenida Norte-Sul, é importante esclarecer a V. Exªs que, atualmente, a ligação entre as zonas Norte e Sul de Macapá é feita por uma ponte chamada Sérgio Arruda, que diariamente sofre engarrafamentos terríveis. Às vezes, acidentes também. O importante é que a área anteriormente acertada, entre Infraero, Governo e Prefeitura, para a construção dessa segunda pista foi modificada.

Por conta própria, a Infraero decidiu que a obra deve ser feita em uma área proibida pelo Plano Diretor de Macapá, que, em seu arcabouço técnico-jurídico, veta a implantação dessa pista de pouso.

Então, Sr. Presidente, veja a situação surreal em que nos encontramos: o Plano Diretor da cidade veta a construção da pista, fato que, de pronto, inviabiliza, sob o ponto de vista jurídico e ambiental, a pretensão da Infraero.

Mesmo assim, não obstante os esforços da Justiça Federal, Advocacia da União, Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá e do Governo do Estado, a Infraero vem implantando um clima de terrorismo jurídico-administrativo, que está causando pânico as comunidades dos bairros Alvorada, Infraero I e Infraero II.

O problema é que, como ex-Território, as terras da União ainda não foram, em sua totalidade, efetivamente passadas para o Estado. E, conseqüentemente, as pessoas que residem naqueles bairros, algumas há mais de 20 anos, não têm a titularidade das terras.

Resultado: casas já estão sendo derrubadas em nome da reintegração de posse; os moradores não são indenizados, e criou-se um problema imenso para o Amapá.

Ainda hoje pela manhã, em companhia do Deputado Feijão e do Dr. Djarde Queiroz, fui recebido em audiência pelo presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil, Dr. Alexandre Gomes de Barros, e expus-lhe essa situação.

À Anac cabe, dentre outras, a função de fiscalizar os atos da Infraero. Assim sendo, o Dr. Alexandre Gomes de Barros, sensível ao que lhe foi exposto, disse que o projeto da segunda pista de pouso do Aeroporto Internacional de Macapá, por parte da Infraero, já está na Anac e que ele pedirá, de pronto, o estudo sobre o impacto ambiental da obra.

Por outro lado, também solicitei, no dia de hoje, audiência com o presidente da Infraero para, juntamente com a Bancada Federal e o Governador Waldez Goés, possamos definir o que é e o que não é área de segurança.

Pois bem. Srªs e Srs. Senadores, contei-lhes essa situação. Cabe agora acrescentar que confio piamente que chegaremos a um bom termo e que implantaremos um grande projeto habitacional para atender às inúmeras famílias que vierem a ser desalojadas com a construção da segunda pista.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, dentro do tempo regimental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Geovani Borges, agradeço a V. Exª, e concedo a palavra ao Senador José Nery.

S. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srªs e Srs. Senadores, quero aproveitar este momento para fazer uma saudação às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros pelo dia de amanhã, dia 1º de maio.

Para alguns, é o Dia do Trabalho; para nós, é o dia do trabalhador e da trabalhadora. Para alguns, é a celebração com festas; para nós, pode haver festas,

mas o dia 1º de maio tem de ser celebrado e comemorado principalmente como um dia de luta, de resistência e de afirmação dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do mundo inteiro.

Neste momento em que, no mundo inteiro, há um esforço dos movimentos sindical e popular pela afirmação dos direitos e, ao mesmo tempo, há um esforço das forças do capital para a retirada de direitos dos trabalhadores, queremos dizer que a pauta de reivindicações da luta dos trabalhadores deve estar expressa em cada ato, em cada manifestação que acontecerá amanhã nas diversas capitais do País e em milhares de cidades do interior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, peço a V. Exª permissão para interrompê-lo a fim de prorrogar a sessão por mais uma hora, para que possamos ouvir os oradores inscritos e os Líderes.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pois não, Sr. Presidente.

Como eu dizia, amanhã, em diversas partes do País, teremos caminhadas, atos públicos e manifestações pela ampliação e pela garantia dos diretos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Hoje ainda assistimos ao enfrentamento entre, de um lado, os interesses daqueles que querem ter o trabalho como direito, que querem ter garantida sua dignidade, um trabalho decente, e de outro, os que teimam em tratar os trabalhadores e as condições de trabalho de forma degradante, de forma violenta ou de forma desrespeitosa com a dignidade humana. Nesse enfrentamento estão envolvidas questões fundamentais, como a valorização profissional por meio de salários condignos, seja no setor público seja no setor privado, a luta incessante por um salário mínimo que cumpra as determinações constitucionais de garantir ao trabalhador e a sua família as condições mínimas de sobrevivência, dando-lhes direito à alimentação, ao vestuário, ao transporte, ao lazer, enfim, à educação e à saúde como partes fundamentais da cidadania de cada trabalhador e trabalhadora.

Hoje, trava-se uma luta para garantir os direitos de aposentados e pensionistas. Neste momento, essa luta tem um significado especial, tendo em vista a decisão altiva deste Senado Federal, que aprovou aqui dois projetos de autoria do Senador Paim.

Um deles trata do fim do Fator Previdenciário, que castiga de forma desumana e até irresponsável o direito daquele que trabalhou e pagou a Previdência Social, mas, na hora da aposentadoria, tem os seus proventos diminuídos pelo rigor desse mecanismo perverso. O Senado já tomou a deliberação de pôr fim a essa excrescência quanto ao direito dos trabalhadores.

Igualmente, o 1º de maio deve desfraldar bandeira bem alta, em toda e qualquer manifestação, para pressionar pela aprovação, na Câmara, do reajuste dos aposentados baseado nos índices de reajuste do salário mínimo.

Igualmente, o movimento sindical brasileiro deve afirmar, no 1º de maio, a luta em prol do trabalho decente e digno, e, dessa forma, condenar todas as formas de exploração do trabalho, sobretudo aquelas que impõem ao trabalhador situações análogas às de escravo.

Conclamamos todo o movimento sindical brasileiro a se unificar com os movimentos sociais, com os partidos políticos e com os parlamentares que, aqui no Congresso Nacional, se empenham para aprovar a PEC nº 438, que vai garantir que o escravagista contemporâneo, que teima em desrespeitar a Constituição e as leis do País, que teima em desrespeitar a dignidade humana, seja frustrado em seus objetivos.

Esperamos que, com a aprovação da PEC nº 438, que precisa ser votada em segundo turno na Câmara dos Deputados, possamos, enfim, punir de forma muito conseqüente, punir de forma exemplar, aqueles que teimam em manter os seus lucros escravizando trabalhadores nos lugares mais distantes do País, especialmente na Amazônia, tendo em vista que, nos últimos treze anos, quase trinta mil brasileiros foram libertados dessa condição, da condição, Senador Valdir Raupp, de escravos contemporâneos. A esses escravos modernos são negados alojamentos dignos, alimentação, transporte adequado, e muitos são submetidos a trabalho forçado, muitos são submetidos à escravidão por dívidas – consumindo produtos da cantina de um empreiteiro ou de um "gato" no interior das grandes fazendas, no final do mês, não lhes restam saldo salarial ou, muitas vezes, esse saldo é negativo, o que configura a escravidão por dívidas.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, quando discutimos questões relacionadas aos direitos do povo negro, anunciamos – e faço questão de repetir isso aqui da tribuna do Senado – um convite e um trabalho envolvendo todas as centrais sindicais brasileiras. Queremos, na próxima semana, promover uma reunião entre os parlamentares que compõem a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Senado, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo na Câmara dos Deputados, e um conjunto de parlamentares de diversos partidos que apóia a luta contra a escravidão contemporânea. Estaremos realizando, no próximo dia 7, às 10h da manhã, uma reunião com o objetivo de discutir as tarefas e as ações necessárias para convencer o conjunto dos Deputados Federais de todos os partidos

da importância de, juntos, assinarmos a segunda Lei Áurea, cento e vinte anos após a declaração oficial do fim da escravidão, feita em 13 de maio de 1888. Esse é o convite, esse é o desafio e esta é a nossa luta: unificar os Parlamentares de todos os partidos, o movimento sindical, o movimento popular e as organizações da sociedade civil brasileira para, em 2008, declararmos, mais uma vez, o fim da escravatura com a garantia de que todos aqueles que, de alguma forma, coloquem trabalhadores em situação degradante quanto às suas condições de trabalho e quanto aos seus direitos venham a ser punidos exemplarmente.

E, por último, Sr. Presidente, quero dizer que, amanhã, participando dos atos de 1º de maio, estarei em Belém, a capital do Estado do Pará, associando-me à manifestação dos trabalhadores, às 9 horas, na praça do Centro Arquitetônico de Nazaré, com uma grande caminhada pelo centro de Belém, na oportunidade com a expressiva participação dos professores e professoras, dos trabalhadores em educação do Estado do Pará, que se encontrem em greve, na luta por melhores condições de trabalho, por melhores salários e por uma gestão mais democrática na educação em nosso Estado.

Estaremos amanhã participando de forma muito concreta dessa mobilização dos trabalhadores e, com certeza, nos irmanando a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, dos diversos recantos do País, que se organizam, lutam e resistem para verem assegurados e garantidos os seus direitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Senador José Nery, e concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

Peço ao Senador Mão Santa que assuma a Presidência, mas faço um apelo a V. Exª para que dê a cada orador o tempo de dez minutos, abrindo apenas exceção para o Senador Paulo Paim, que falará em nome do Senado Federal em homenagem ao Dia do Trabalhador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, V. Exª dispõe de dez minutos, como todos nós temos de obedecer à determinação do nosso Presidente. Aliás, ele lhe deu dez minutos para falar; eu dou dez como nota pelo comportamento de V. Exª nesta Casa. Mulher forte, brava, inteligente e que representa bem o Nordeste e o Rio Grande do Norte.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Mão Santa, que muito dignamente dá continuidade a esta sessão, presidindo-a em substituição ao nosso Presidente Senador Garibaldi Alves.

Senador Mão Santa, V. Exª me concede dez minutos. Vou tentar, em dez minutos, resumir duas questões, todas bastante importantes e, com certeza, de interesse da população.

Inicialmente, gostaria de prestar uma homenagem aos homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do nosso Brasil, que, no dia-a-dia, com a sua capacidade, inteligência e suor, construíram no ontem e no hoje esta grande Nação. Esta Nação que, com certeza, Senador Mão Santa, ainda tem um potencial muito grande para ser forte, para ser uma nação cidadã, e esta Nação cidadã, Senador Paulo Paim, passa pelas oportunidades de trabalho, pelo respeito às leis trabalhistas, pela valorização do trabalhador na ativa e pelo respeito ao trabalhador que, durante toda uma vida, contribuiu para esta Nação e que muitas vezes fica, em sua velhice, na hora em que mais precisa, vendo como resultado de tanto esforço e de tanta luta seu momento de mais angústia e de mais sofrimento.

Por isso é que aprovamos uma emenda por unanimidade, aqui no Senado, para evitar que os aposentados, os trabalhadores, depois de toda uma vida, quantos anos, meu Deus, contribuindo, dando tudo de si, na época da aposentadoria, vejam o seu salário, a sua pensão ser comprimida, ir diminuindo, de forma que, muitas vezes, não dá nem para as necessidades básicas. A oportunidade é esta, e já foi aprovada no Senado. Mas precisamos agora da sensibilidade da Câmara dos Deputados para honrar seu compromisso com aqueles que mais precisam.

E, neste momento, na véspera do Dia do Trabalhador, homenageio os trabalhadores brasileiros, os que estão hoje na ativa e que, no futuro, se não for corrigida essa injustiça, essa distorção, vão estar na mesma situação dos milhares de aposentados que clamam pelo direito de ter suas aposentadorias reajustadas dentro dos percentuais que são dados ao salário mínimo. Somente isso é uma questão de justiça.

Então, neste dia, é um ponto de reflexão.

Outro ponto de reflexão também é homenagearmos o trabalho, mas o trabalho que dignifica, o trabalho que liberta; não aquele trabalho que escraviza, mas o trabalho que faz com que homens e mulheres possam, de cabeça erguida, dizer: "Trago o sustento da minha casa, posso dar roupa ao meu filho, posso comprar o medicamento na hora em que preciso". Falo sobre o trabalho que faz com que o cidadão possa ter a tranqüi-

lidade de arcar com as despesas de sua família. Esse é o trabalho. Não aquele escravo, não aquele que explora não somente as forças do trabalhador, mas explora também a sua consciência e a sua dignidade.

Então, é hora de refletirmos para juntos podermos, cada vez mais, valorizar o trabalho por meio de leis, por meio da proteção ao trabalhador, para que ele possa crescer com a sua força, com a sua capacidade, com o seu potencial, com as suas vocações, contribuindo com o engrandecimento do País.

Ao falar em trabalho, Senador Mão Santa, falamos aqui da calamidade das enchentes; quantos trabalhadores do campo que viram as suas lavouras dizimadas pelas forças das águas ainda estão sem saber o que fazer? Ainda estão sem ter os meios, o apoio, porque o Governo ainda não chegou. O socorro está tardando, e não é somente na questão do apoio para que eles possam refazer o que perderam e ainda plantar, porque é isso o que eles querem lá no Vale do Apodi, no Vale do Açu, no meu Estado, no Estado do Piauí, no Estado da Paraíba, onde as águas foram pesadas e, em vez de trazer a alegria do inverno, trouxeram também a tristeza com o excesso de águas.

Então, o que eu quero aqui é fazer esse apelo mais uma vez, não somente com relação ao apoio que ainda não chegou, pois a medida provisória foi editada. Nós, que tanto combatemos medida provisória, sabemos que esta é de importância vital, é urgente, urgentíssima, estamos de acordo e a defendemos, mas os recursos aos Estados ainda não chegaram. É necessário o apoio ao agricultor para refazer o seguro safra, o seguro desemprego. É preciso analisar a questão dos pequenos agricultores, da agricultura familiar, desses trabalhadores que, infelizmente, amanhã não poderão comemorar, porque estão sem condições de trabalho. Não porque não tenham forças, não porque não queiram, mas porque, na hora da adversidade, é direito, é obrigação, é fazer justiça o Governo Federal chegar com os recursos que são do povo, deles que contribuíram para trazer condições para que possam continuar esse trabalho tão importante para a Nação.

Mais importante ainda é quando se discute, no mundo, a crise dos alimentos. Então é hora de chegar mais perto. Terra nos temos. Temos uma mão-de-obra que está aí precisando apenas de uma oportunidade para que possa produzir mais frutos, mais sementes, mais alimentos para abastecer não somente o País, mas que cheguem também aos outros países, aos outros irmãos.

Em referência ao Dia do Trabalhador, Senador Mão Santa, quero mais uma vez homenagear todos, em todas as atividades, em todos os setores. É necessário não esquecermos daqueles que trabalharam a vida toda e que estão sendo injustiçados. Não podemos nos esquecer do homem do campo, que sofre com as adversidades do tempo e que precisa de respostas rápidas. Não podem suportar o que está acontecendo agora. Apesar da calamidade, Senador Valdir Raupp, os bancos continuam cobrando sua dívida agrícola, inclusive chegando ao ponto de tomar terras. São terras que, muitas vezes, não pagam nem a dívida que existe. Estão executando. Faço um apelo. Vamos parar as execuções nessas áreas que precisam ser tratadas de forma diferenciada, como o Nordeste, principalmente em um momento de crise. Precisamos dar a eles realmente um apoio.

Não estamos pedindo anistia. Estamos dizendo que dêem a oportunidade de um repactuamento, dando-lhe condições, ao recuperarem a área, replantando, tendo outra safra, de pagar suas dívidas. Então, Srªs e Srs. Senadores, é nesse dia que tantas questões são colocadas com relação ao trabalho.

Se eu falo de trabalho, lembro da saúde. Ontem, estava em São Paulo, participando, Mão Santa, de uma ação que enobrece, uma ação da sociedade civil organizada. Tive oportunidade de participar do lançamento do Programa Diagnóstico Precoce, lançado pelo Instituto Ronald McDonald que patrocina as casa de opoio à criança e ao adolescente com câncer em todo o Brasil. Esse programa conta com a participação, a parceira do Instituto Nacional do Câncer e da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica. Foram escolhidos nove Estados para executarem esse programa piloto, nove casas de apoio, nove grupos que voluntariamente já prestam esse grande trabalho de solidariedade às nossas crianças e aos nossos adolescentes. Quando digo que essa foi uma ação que realmente nos sensibiliza porque sabemos, o senhor....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, acabaram os dez minutos dados pelo seu conterrâneo e Presidente Garibaldi. Vou lhe conceder mais um minuto. Um minuto foi o tempo em que Cristo fez o Pai-Nosso, que é uma beleza.

Depois, convidarei os outros oradores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Para concluir, Senador Mão Santa, eu gostaria apenas de relembrar desse fato que fala da saúde das nossas crianças, que serão os trabalhadores e trabalhadoras do futuro, dos quais, sem saúde, de forma alguma, poderemos ter como resultado uma produção ainda maior no nosso País. É exatamente lembrando do lançamento dessa campanha em nove Estado, inclusive em vários Estados nordestinos, que podemos aqui re-

lembrar o quanto é importante trazer aos trabalhadores e às trabalhadoras do Brasil o direito maior à vida, que é exatamente a sua saúde.

Espero que a Emenda nº 29, aprovada nesta Casa, seja também aprovada na Câmara e que o Governo tenha a sensibilidade de entender ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... que investimento em saúde é vida, é produção, é desenvolvimento, é valorização do trabalho.

Parabéns senhores e senhoras, homens e mulheres bravos do meu Brasil que trabalham e enfrentam adversidades. Quero aqui dizer aos milhares, aos milhões que esperam ter uma oportunidade que nós precisamos, sim, do tanto que o Brasil ainda tem para ser aproveitado, do potencial de cada região, das vocações que temos em cada Estado, em cada cidade, em cada local...

Queremos, sim, que o Governo, não somente o Federal, o Estadual e o Municipal, mas que todos nós possamos juntos chegar a uma ação geradora de emprego e renda. O povo não quer esmola. O povo quer a oportunidade de, com a sua força, a sua garra, a sua determinação e coragem, ter o seu trabalho para produzir e ajudar este Brasil a crescer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância. Espero que V. Exª não tenha baixado a minha nota.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, não. V. Exª simboliza a mulher trabalhadora deste País, e trabalhadora com inteligência e amor.

Olha, Senador Valter Pereira, sei que V. Exª é inspirado por Montesquieu, tem o espírito da lei. Mas vou agora me inspirar em cirurgião, e às vezes dá certo.

Senador Valdir Raupp, Juscelino foi um cirurgião como nós. Tem uma cadeira chamada Técnica Cirúrgica, que aprendemos durante o curso de Medicina. Quando uma cirurgia ocorre dentro da normalidade, é tudo igualzinho: o nervo é branco, a veia é azul, a artéria é vermelha. Preste atenção! Mas, quando enrola, aí a gente fecha o livro de Técnicas Cirúrgicas e segue com táticas cirúrgicas, para improvisar, devido às dificuldades. Então, vou agora adotar a tática cirúrgica, para esta reunião terminar bem. Quem dos presentes precisa de cinco minutos para fazer seu pronunciamento? Vá à tribuna. Cinco minutos, quem é capaz?

V. Exª não é, Valter. Então, Valdir Raupp ganhou. Pronto.

Depois, vou perguntar quem é capaz de fazer o pronunciamento em dez minutos.

Com a palavra, por cinco minutos, o líder do meu partido, o PMDB, Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em cada passagem do dia 1º de maio, somos levados a fazer uma reflexão sobre a situação do trabalhador em nosso País.

É claro que muitos ainda são os problemas e muitas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros. As lutas e as bandeiras da causa sindical permanecem na ordem do dia, e suas reivindicações e aspirações são absolutamente legítimas. Mas até o mais ferrenho oposicionista, Sr. Presidente, e o mais frio dos pessimistas hão de reconhecer que são claros e incontestáveis os avanços obtidos pelos trabalhadores nos últimos anos.

Não é por acaso que hoje, no comando da Nação, está um homem que é símbolo da causa dos trabalhadores, um lutador histórico oriundo do movimento operário. No Governo do Presidente Lula, não foram poucas as conquistas obtidas pelos trabalhadores brasileiros.

Podemos citar, entre outras, a reposição do salário mínimo – inclusive, nobre Senador Paulo Paim, V. Exª tanto defendeu, como Deputado, e depois, como Senador, um salário de US$100,00: hoje o salário mínimo está acima de US$200,00 –, o fortalecimento institucional dos sindicatos, a expressiva diminuição das taxas de desemprego e a festejada expansão do número de empregos nos diversos setores de nossa economia.

Podem os senhores e as senhoras observar, em suas bases eleitorais, como a perspectiva do emprego formal não é mais uma quimera, um sonho distante dentro da família brasileira. Já é uma realidade.

Quero aqui saudar em especial, os trabalhadores do meu querido Estado de Rondônia. Os rondonienses, bravos lutadores, um povo marcado pelo espírito empreendedor e combativo, celebram a passagem do Dia Internacional do Trabalho com bastante esperança no coração e muita disposição para tocar o desenvolvimento de nosso Estado.

E por falar em nosso Estado, Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, temos mais ainda o que festejar: as usinas do rio Madeira – um empreendimento de mais de R$15 bilhões –, que vão empregar mais de 15 mil trabalhadores diretos, fora os trabalhos indiretos; as indústrias que estão chegando a Rondônia, como a fábrica de cimento em Porto Velho; a fábrica de turbinas, que vai fabricar mais de oitenta turbinas para as usinas de Rondônia e, posteriormente, as turbinas do rio Xingu, no Pará, na usina de Belo Monte; e tantas outras empresas que estão chegando ao interior do Estado e à capital, gerando milhares e milhares de empregos.

Rondônia, Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, tem muito o que festejar, além de comemorar o Dia Internacional do Trabalho.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, espero profundamente que este 1º de Maio seja o símbolo de um novo País que estamos construindo neste momento. Um País que seja caracterizado, sobretudo, pelo profundo respeito aos direitos de seus trabalhadores. Virtuosa é a nação que possibilita a todo o seu povo a dignidade do trabalho honesto e produtivo.

Ainda, Sr. Presidente, nos dois minutos que me restam, eu gostaria de falar mais uma vez – já fiz uma questão de ordem anteriormente – sobre o grau de investimento que o País recebe neste dia. As bolsas dispararam, cresceram quase sete pontos, fecharam o dia com quase sete pontos de crescimento. O dólar baixou um pouco mais. É claro que, atrás de uma boa notícia, às vezes, pode vir uma não muito boa, que é a queda do dólar, talvez o risco de uma pequena alta na inflação, que os nossos economistas, que os nossos Ministros do Planejamento e da Fazenda vão ter que saber administrar daqui para frente. Mas o importante é que, neste momento, o Brasil recebeu o grau de investimento, está pronto para receber investimentos vultosos de todos os Países do mundo. Alguns não investiram no Brasil porque tinham medo do risco, mas hoje esse risco não existe mais.

Então, parabenizo, para concluir, o Presidente Lula e toda a sua equipe por esse trabalho que vem fazendo. Também os ex-Presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso tiveram um pouco de contribuição nesse sucesso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o que desejo a todos os trabalhadores, no dia de amanhã, quando comemoraremos o Dia do Trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos parabéns. Cumpriu rigorosamente. Mais uma vez, está explicado por que V. Exª é o Líder do PMDB.

Algum dos oradores presentes quer cinco minutos? Dez minutos?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dez minutos? Então, dez minutos. Olha aí, viu? Isso se chama tática cirúrgica. Porque quando embola – está vendo que é melhor do que o Montesquieu... quando está tudo direitinho, a gente segue técnica cirúrgica: vai operar, o nervo é branco, a artéria é vermelha, a veia é azul. Quando enrola, há complicação, aí se busca a tática cirúrgica, a improvisação.

V. Exª tem dez minutos, que coincide com a nota que o povo do Brasil dá a V. Exª neste mandato, Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na maioria das crises, há uma prevalência de mão dupla: além dos perigos, sempre aparecem também oportunidades.

Esse é um verdadeiro mantra que se aprende nos cursos de Administração e que é preciso lembrar na mais nova crise por que passa todo o comércio internacional.

Mal estabilizara a bolha imobiliária norte-americana, que tanta inquietação trouxera à economia internacional, a nova crise espalha temor. Afinal, ela aponta a escassez de alimentos. E nada pode trazer um risco maior do que a fome. Daí por que este debate está na televisão, nos jornais, na Internet, nas universidades, em todo lugar.

Nas discussões travadas sobre o assunto, o que não tem faltado é acusação aos biocombustíveis como os vilões da história. Para muitos, a área agricultável estaria deixando de priorizar os alimentos, forçando a escalada de preços.

Como se sabe, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido o maior baluarte dos biocombustíveis no plano internacional. Nesse sentido, ele tem promovido um respeitável enfrentamento contra poderosos *lobbies* de agricultores de países ricos, de produtores que não poupam críticas ao modelo brasileiro, mas que são beneficiários contumazes de generosos subsídios com os quais conseguem competir com a agricultura brasileira.

Da mesma forma, Sr. Presidente, o Chefe de Estado brasileiro tem agido com indiferença às pressões das nações produtoras e exportadoras de petróleo, que tanto se incomodam com os avanços dos biocombustíveis do Brasil.

Recentemente, o Presidente Lula pontificou que é preciso levar em conta a cotação do petróleo, em constante alta, nos custos dos produtos agrícolas.

Tem razão o Presidente.

Além dos combustíveis que movem máquinas, os defensivos agrícolas são componentes que pressionam os custos de produção. Ambos são derivados do petróleo.

Para agravar o problema, há uma cartelização do setor.

Aliás, não só os defensivos estão subordinados a esse mercado cartelizado. Os fertilizantes estão na mesma situação. E os cartéis só controlam tais setores porque o Governo tem sido leniente.

Desde os anos noventa, o País submete-se a um inexplicável sistema de registro que não permite às pequenas e médias empresas a renovação de sua linha de produtos. Em conseqüência disso, dos 249 ingredientes ativos em comercialização no País em 1998, apenas 54 produtos estavam registrados por empresas independentes. Os demais ficavam sujeitos aos interesses de empresas multinacionais. Sem concorrência, Sr. Presidente, os preços tomam seu rumo, em prejuízo dos consumidores.

É hora de se valer do exemplo do setor farmacêutico.

Com dificuldades parecidas, o Governo instituiu o medicamento genérico. Será que não está na hora dos insumos genéricos também para a produção agropecuária? Como disse anteriormente, é preciso valer-se da crise e aproveitar a oportunidade. A oportunidade, neste caso, é enfrentar os cartéis, estimulando a livre concorrência e fomentando a produção independente.

Na opinião do mandatário brasileiro, "o que acontece no mundo é que tem mais pobres comendo. Tem mais chineses, indianos, africanos, brasileiros, comendo. E a produção de alimentos não cresceu proporcionalmente à demanda".

Pelo sim, pelo não, a Organização das Nações Unidas conclama todos os países a manter a regularidade do comércio de alimentos. Mais que isto: classifica a alta nos preços das *commodities* como uma "crise global e real".

O maior receio é de que, nos países mais vulneráveis, os transtornos dos alimentos desencadeiem crises seriais. Isso pode acontecer se setores como saúde e educação, por exemplo, forem compelidos a redirecionar recursos para suprir carências alimentares das populações pobres.

Na revista *Veja* desta semana, o jornalista J. R. Guzzo desvenda o que está por trás da 'crise' e, em alguma medida, dá sustentação à intuição do Presidente brasileiro. Com relação ao mercado de produtos primários, ele aponta uma mudança estrutural que faz os preços subirem em decorrência da alteração da natureza da demanda. De acordo com o jornalista, a demanda passou a subordinar-se à lógica de um aumento devido ao surgimento de um mercado comprador que o mundo jamais tinha visto antes.

Nesse quadro, muda, além dos preços, o controle sobre a própria formação desses preços, e o Brasil deixa de ser um aceitador de preços para firmar-se como um fazedor de preços. Nesse cenário, o Brasil emerge como um fornecedor potencialmente competitivo. Afinal, somos um dos três principais produtores mundiais de alimentos, o que não é pouco para um país que ainda recentemente se debatia com o abastecimento interno.

É certo, contudo, que o Brasil tem que enfrentar sérias e decisivas questões internas ainda não devidamente equacionadas e resolvidas. Preliminarmente, é preciso entender que a potencialidade do nosso País e a estatura que conquistou no mercado de alimentos exigem grandes investimentos em pesquisa.

É preciso liberar todas as energias de uma instituição, por exemplo, como a Embrapa, que V. Exª conhece e todos nós respeitamos, para que ela possa avançar nas pesquisas e experiências que vem dominando, com muita maestria, por sinal.

Se o Governo priorizar seus investimentos no conhecimento, e acreditar na inteligência de técnicos e cientistas da Embrapa e de outras instituições congêneres, a produtividade e a competitividade do Brasil serão imbatíveis no mercado internacional.

É incompreensível que o Brasil seja o maior comprador mundial de trigo. Não produzimos sequer metade de nossas necessidades e vimos pagando um preço crescente pelo produto.

Mesmo assim, o País ainda não conseguiu se decidir por alternativas à dependência, que seriam capazes de dar estabilidade aos preços internos dos alimentos derivados.

Além da melhoria genética que só a pesquisa pode descobrir, e de subsídios que faltam para compensar os elevados custos do produto, é preciso encarar soluções nacionais a fim de baratear o pão nosso de cada dia.

A utilização intensiva do amido de mandioca, por exemplo, pode ajudar o País a reduzir de forma considerável a dependência do trigo importado.

Está tramitando nesta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2007, de autoria de eminente Deputado Aldo Rebelo. A proposta prevê a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, na massa do pão. Prevê, igualmente, um regime tributário especial para a farinha de trigo misturada. Medidas simples, mas eficazes, como estas, não podem ser desprezadas.

Enfim, é preciso também reconhecer que age corretamente o Governo Federal ao não se deixar impressionar pelo caráter supostamente alarmista da anunciada 'crise'. Entretanto, ele não pode simplesmente apostar no artificialismo ou no caráter transitório dessa situação. Afinal, os preços dos alimentos – na gôndola do supermercado e no armazém da esquina – vêm-se alterando em prejuízo da sociedade.

E o Governo não pode, também, deixar escapar pelos vãos dos dedos a grande oportunidade de ne-

gócios que a crise oferece a um país como o Brasil, marcado por uma exuberante potencialidade de produção.

Era esse o nosso pronunciamento, Sr. Presidente. Espero que não tenha rompido tanto o prazo que V. Exª teve a tolerância de nos oferecer em garantia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O tempo foi pequeno diante da grandeza do conteúdo e do brilho que a inteligência de V. Exª representa. Foi uma extraordinária homenagem ao trabalhador e às perspectivas de riquezas que aparecem neste País por ação do trabalhador brasileiro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da tribuna, conforme ficou estabelecido, para representar este Congresso Nacional, na homenagem ao Dia do Trabalhador, o Senador do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, que, ao longo de sua vida, tem defendido o trabalho e o trabalhador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Garibaldi por ter-me assegurado o direito de falar, em nome do Senado, sobre o dia de amanhã, o Dia Internacional do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E ele determinou 20 minutos, mas jamais cortarei a palavra de V. Exª , porque isso seria cortar toda a festa do Dia do Trabalhador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero também agradecer a V. Exª, pois estava inscrito para falar às quatorze horas, e V. Exª me assegurou: "Fique tranqüilo, que não encerro a sessão, sem que você tenha o direito de falar, homenageando os trabalhadores brasileiros." Então, agradeço a V. Exª, agradeço ao Senador Valdir Raupp, presente ainda, que ficou exatamente cinco minutos, para que eu pudesse ter tempo, enfim. Agradeço ao Senador Valter Pereira, ao Senador Cristovam, todos estão me dando essa oportunidade.

Mas, Sr. Presidente, amanhã, de fato, será um dia especial quando todos iremos render nossas homenagens, muito especiais, eu diria, a todos os trabalhadores da Nação brasileira: os trabalhadores da ativa e também os trabalhadores aposentados e pensionistas.

Entendo que o mundo todo amanhã há de, se dependesse de mim, o mundo todo deveria ajoelhar e rezar e dizer "muito obrigado, trabalhadores do mundo" pela sua caminhada e pela construção que estão fazendo na busca de um mundo melhor para todos.

Sr. Presidente, o País pára amanhã, o País amanhã vai silenciar, é dia 1º de maio e, nesse dia, o significado da força trabalhadora vai refletir-se no silêncio das máquinas, o silêncio das fábricas, dos escritórios, dos bancos, das lojas, dos consultórios, das escolas fechadas, das feiras, das ruas comerciais. Nos campos, com certeza, as enxadas vão repousar e os tratores, as colheitadeiras vão calar em uma homenagem àqueles que operam a enxada e o trator.

Daí, Sr. Presidente, nesse silêncio é que vamos todos enxergar o poder que esses homens e mulheres imprimem ao trabalho. É o silêncio da reverência aos heróis da pátria, aos heróis trabalhadores e trabalhadoras. Nós, talvez, não nos damos conta de que o caminho que uma nação percorre tem as pegadas fortes, firmes, daqueles que, exercendo as mais diferentes profissões dão vida e fazem dão vida e fazem pulsar o coração do espaço que ocupamos.

Amanhã, com certeza, será um dia para eles de glória, talvez para muitos de sofrimento. Mas uma glória interna, aquela glória espiritual, porque eles, trabalhadoras e trabalhadores, estão conscientes do dever cumprido. Eles estarão nas ruas, sim, para celebrar seu dia, porque considero que, amanhã, por uma questão de justiça, não é somente o 1º de maio, Dia do Trabalho; amanhã é o dia do trabalhador.

Sr. Presidente, apresentei à Casa um projeto mudando, inclusive, o nome, estipulando que o dia 1º de maio não será mais chamado Dia do Trabalho, mas será chamado Dia do Trabalhador. É o PL nº 103.

Sr. Presidente, vale a pena lembrar aqui como se iniciou essa data de 1º de maio. Iniciou-se com uma luta desses homens e mulheres que trabalhavam de sol a sol, sete dias por semana. Naquela época, havia o temor, como há hoje, como se a redução da jornada de trabalho sem redução de salário pudesse trazer algum caos na economia.

Sr. Presidente, os trabalhadores foram vitoriosos, conseguiram assegurar a jornada de oito horas. Num primeiro momento, eles lutaram por uma jornada de dez horas por dia. Depois, reduziram para oito horas e conseguiram o repouso remunerado.

Há um livro bonito, Srª Presidente, chamado *Guia do Trabalhador*, da Confederação Nacional do Trabalhadores, que teve como pesquisador José Gabriel Santos, que diz:

> Fica deliberado, pela Federação dos Sindicatos Trabalhistas e das Profissões Organizadas dos Estados Unidos e Canadá, que o trabalho legal diário se constituirá de oito horas, a partir de 1º de maio de 1886, e que se recomende às organizações trabalhistas, em toda esta jurisdição, que orientem seus dis-

positivos legais no sentido de conformar-se a esta resolução na época indicada.

Milhares de trabalhadores aderiram diretamente a essa longa caminhada. Foram greves, foram lutas para assegurar a redução de jornada. Podemos lembrar, Srª Presidente, que, no dia 11 de novembro de 1887, em Chicago, nos Estados Unidos, operários foram enforcados depois de responderem a processo sumário e injusto por liderarem uma greve que se iniciou em 1º de maio de 1886.

Srª Presidente, vou ler aqui o depoimento de August Spies, um dos acusados, que morreu enforcado porque lutou pela carga de oito horas. Ele disse, antes de ser enforcado, dirigindo-se ao Juiz Gary – é algo que acho que cabe nos dias de hoje:

> Se o senhor crê que, enforcando-nos, poderá eliminar o movimento através do qual milhões de pisoteados, milhões que trabalham passando miséria e necessidades esperam a salvação, se é essa a sua opinião, então nos enforque. Assim, estará apagando apenas uma faísca, mas, lá e acolá, ao seu lado, às suas costas, em todas as partes, incendiar-se-ão as chamas. É fogo subterrâneo [do movimento dos trabalhadores], e o senhor não pode apagá-lo.

Esse fogo nunca será apagado, esse ninguém pode vencer.

Srª Presidente, essa frase desse lutador pela redução de jornada representa muito, no meu entendimento, uma frase que gosto de repetir: podem derrotar um homem, mas ninguém derrota um movimento. O movimento social, liderado pelos trabalhadores, esse é imbatível.

Srª Presidente, eu poderia aqui levantar os mais variados dados. Vou tentar simplificar ao máximo este meu pronunciamento, dizendo que trabalhamos muito no Senado da República com o objetivo de aprovar a redução de jornada hoje de 44 horas para 40 horas semanais.

Temos um projeto na Câmara dos Deputados que eu apresentei ainda quando era Deputado Federal, junto com o ex-Deputado Federal Inácio Arruda. Reapresentei a PEC aqui no Senado. O que diz essa PEC? A PEC reduz a jornada, no primeiro momento, de 44 horas para 40 horas; depois, reduz uma hora por ano, até chegarmos a 36 horas semanais, ou seja, turno de seis horas para todos, a exemplo do que é na maioria dos países mais avançados.

Srª Presidente, quero insistir que a redução de jornada nos moldes que estamos propondo vai gerar cerca de 10 milhões de novos empregos no País.

Fiquei feliz ao perceber que, nesta semana, a CNBB definiu, o seu comando maior, que vai apoiar essa proposta de redução de jornada sem redução de salário em todo o País. As centrais sindicais, que já tomaram essa posição há mais de dois anos, estão numa campanha permanente. Haverão de chegar no mês de maio ainda mais de cinco milhões de assinaturas apoiando a proposta que nós apresentamos, repito, junto com o Senador Inácio Arruda, na Câmara e aqui no Senado.

Quero aqui ainda usar as palavras do Secretário-Geral da CNBB, Dom Dimas Lara. O que ele disse?

> É uma causa justa, que se propõe a beneficiar a maioria e a incluir mais brasileiros no mercado formal de trabalho. Eu me entusiasmei pessoalmente com a idéia e consultei todos os integrantes do Conselho Episcopal da Pastoral, que aprovaram.

Eles aprovaram essa cruzada nacional a favor da redução da jornada sem redução de salário, para gerar mais empregos.

O movimento social está engajado não só na luta pela redução da jornada, mas também pelo fim do fator previdenciário, para que os 30 milhões de brasileiros que estão hoje na atividade possam sonhar em se aposentar sem aquele redutor de 40%, cujo fim o Senado aprovou o por unanimidade.

Também, Srª Presidente, o movimento social brasileiro apóia que o salário dos aposentados e pensionistas ou benefícios sejam reajustados uma vez por ano, com o mesmo índice do salário mínimo.

Quero agradecer, nesta oportunidade, nesta véspera de 1º de maio, a todas as câmaras de vereadores e às assembléias legislativas do País que estão encaminhando à Câmara e ao Senado moções de apoio, abaixo-assinados para que o fim do fator também seja votado, como também o reajuste de aposentados e pensionistas.

Neste dia histórico, Srª Presidente, quero falar da importância do Fundep. Senadora Kátia, vou dirigir-me a V. Exª, porque V. Exª conhece muito bem o projeto chamado Fundep. É um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante que não mexe no Sistema "S". O Sistema "S" vai muito bem, obrigado. Eu mesmo sou formado pelo Sistema "S". O Fundep visa a criar um outro fundo para investimento no ensino técnico-profissionalizante. Deixaremos o Sistema "S" cumprindo seu papel e teremos também o Fundep com o mesmo objetivo.

Srª Presidente, estou acelerando o meu pronunciamento, porque a Casa já me deu 20 minutos. Sei que tive 10 minutos a mais do que os outros Senadores.

Senador Cristovam, V. Exª é autor, juntamente com este Senador, de um projeto para que o dia 13 de maio seja de homenagem aos 120 anos da abolição não conclusa. Faremos aqui uma grande audiência, neste plenário, lembrando a importância da liberdade. Que a gente avance, definitivamente, numa proposta que garanta ao povo negro o fim da chamada escravidão ou que aconteça efetivamente a abolição não-conclusa.

Sr. Presidente, quero também dizer que, a partir de amanhã, Senador Mão Santa, estamos chegando, no mês de maio, a 120 anos da Abolição não-conclusa, porque, há 120 anos, a partir de amanhã, no mês de maio, é que aconteceu a assinatura da Lei Áurea.

Hoje vimos o caso da Bahia, e aqui denunciei, em nome da Comissão de Direitos Humanos – Senador Mesquita e V. Exª e quase todos fizeram coro para o mesmo debate, inclusive a bancada de Senadores da Bahia -, que o coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia disse que o QI dos baianos é baixo; disse que o povo baiano, como dança ao som do Olodum, faz barulho e, quando toca outro instrumento, toca um berimbau de somente uma corda, mostrando com isso a falta de capacidade de entender as notas.

Foi uma ofensa e, aqui, faço do meu pronunciamento uma crítica dura: se eu fosse reitor dessa universidade, com certeza teria demitido esse cidadão que não vou chamar de professor – porque tenho um carinho enorme por todos os professores do nosso País -, pelo desrespeito ao nosso querido povo da Bahia e ao povo brasileiro.

Quero ir para o finalmente, minha Presidente, porque sei que já é tarde, para dizer que não vou deixar de fazer o bom debate, aqui no Senado, sobre um projeto de lei que está na Câmara, que leva o número 1.987, de 2007. Com o discurso de enxugar a CLT, está embutida ali a retirada de direito dos trabalhadores.

Esse projeto aqui passará por um amplo debate. Não sou contra debater a CLT, atualizar o texto, mas não aceitaremos, com certeza absoluta, nada que venha retirar os direitos dos trabalhadores.

Quero fazer uma pequena homenagem à nossa CLT. Finalizo, dizendo que não posso deixar de registrar que, no dia 1º de maio, amanhã, estaremos também celebrando os 65 anos da CLT. Não precisaria dizer da importância da CLT. O nascimento da CLT, em 1º de maio de 1943, representa um marco na nossa história. Com muita justiça, requeremos voto de aplauso em homenagem aos 65 anos da CLT, com o qual também homenageamos o Sr. Arnaldo Sussekind, grande mestre do Direito que trabalhou e foi um dos que elaboraram o processo de formulação da nossa CLT. Ele foi Ministro do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho; foi um lutador e um defensor da nossa CLT.

A CLT, conforme consagrados juristas, faz parte da nossa história, da nossa Pátria, um instrumento legítimo que sempre esteve na linha da defesa dos trabalhadores. Por isso estou fazendo esta homenagem à nossa CLT.

Srª Presidente, vou terminar esses quatro minutos, dizendo a todos que estão me ouvindo neste momento que nós vamos conseguir ver o Brasil que queremos. O Brasil está avançando muito. Avançou no salário mínimo; avançou com oito milhões de trabalhadores com carteira assinada; estamos com o risco Brasil despencando; estamos com a inflação sob controle – os juros sob controle. Fizemos muito, Senador Mão Santa, mas entendo V. Exª. Temos que fazer muito mais por esse nosso povo que está aí, na expectativa de um mundo melhor para todos.

Diria que é com muita fé, com a prática da justiça social, com a boa vontade, com o trabalho que, com certeza, nós vamos poder olhar para o horizonte e, amanhã ou depois, dizer que temos hoje os trabalhadores vivendo com qualidade de vida.

Sr. Presidente, este Brasil, que desde sempre é feito pelos trabalhadores, só tem graça, só é generoso se, efetivamente, se voltar para aqueles que produzem nesta Nação. E os que produzem são os trabalhadores, são os empreendedores. Faço aqui a minha homenagem também aos empreendedores, aqueles que geram emprego onde os trabalhadores prestam o seu trabalho, a sua força de produção.

Termino, Srª Presidente – e vou ficar exatamente, com certeza, nesses dois minutos –, com uma poesia, que vou ler, chamada *Meu Maio,* de Vladimir Maiakovski, um poeta russo. Ela é o meu abraço apertado que se estende a todos os homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Diz a poesia desse poeta russo:

A todos
Que saíram às ruas
De corpo-máquina cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra extenua –
Primeiro de Maio!
Meu mundo, em primaveras,
Derrete a neve com sol gaio.
Sou operário –
Este é o meu maio!
Sou camponês – Este é o meu mês.
Sou ferro –
Eis o maio que eu quero!
Sou terra –
O maio é minha era!

Com esta pequena poesia de um poeta russo, eu termino, Srª Presidente, dentro exatamente do meu tempo, esta homenagem que fiz hoje a todos os trabalhadores do Brasil, em nome do Senado da República, conforme me pediu o nosso querido Presidente Garibaldi, antes de se retirar dessa Presidência. Como eu não quero passar um segundo dos vinte, eu encerro, dizendo: viva o Brasil! Vivam os trabalhadores e as trabalhadoras no nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã será um dia de rendermos nossas homenagens muito especiais aos trabalhadores e trabalhadoras da nação brasileira, sejam eles da ativa, ou aposentados.

O País pára suas atividades no 1º de maio e neste dia o significado da força trabalhadora ecoa através do silêncio das máquinas, das fábricas, dos escritórios, dos bancos, dos restaurantes, dos consultórios, das escolas fechadas, das feiras, das ruas comerciais abandonadas e, nos campos, quando as enxadas repousam e os tratores calam.

É aí, nesse silêncio, que enxergamos o poder que homens e mulheres imprimem ao trabalho. É um silêncio de reverência aos heróis trabalhadores e trabalhadoras.

Nós nos damos conta de que o caminho que uma nação percorre tem as pegadas fortes deles e que, exercendo as mais diferentes profissões, eles dão vida e fazem pulsar o coração do espaço que ocupamos.

Amanhã com certeza será um dia de glória. Eles estarão nas ruas sim, mas para celebrar o seu dia porque eu considero, por uma questão de justiça, que 1º de maio deve ser comemorado como dia do trabalhador e não do trabalho.

Inclusive, o projeto que criamos de nº 103/2008 pede esta alteração, por razões óbvias. O grande homenageado tem que ser o trabalhador e a trabalhadora, sejam eles da ativa ou aposentados. Eles são a figura central desse dia. A história demonstra isso.

Vale a pena fazer um breve relato da história de luta dos trabalhadores que iniciou desde os tempos em que eles trabalhavam de sol a sol, 7 dias na semana...

Naquela época havia o temor de que reduzindo as horas trabalhadas o pagamento também seria reduzido. Assim, o ponto culminante da luta dos operários era conseguir reduzir as horas, sem perda do ganho.

A implementação pela redução da jornada de trabalho sempre foi o grande foco de suas reivindicações. Num primeiro momento eles pediam a redução para 10 horas diárias e mais tarde começaram a reivindicar 08 horas.

Até que, em 1884, como consta do livro **1º de Maio, Dia do Trabalhador**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores que teve como pesquisador José Gabriel Santos:...

> "Fica deliberado, pela Federação dos Sindicatos Trabalhistas e das Profissões Organizadas dos Estados Unidos e Canadá, que o trabalho legal diário se constituirá de oito horas, a partir de 1º de maio de 1886, e que se recomende às organizações trabalhistas, em toda esta jurisdição, que orientem seus dispositivos legais no sentido de conformar-se a esta resolução na época indicada"

Milhares de trabalhadores aderiam diariamente à greve que teria vez no 1º de maio previsto.

Sei que não seria necessário lembrar para vocês, mas o registro é válido, que no dia 11 de novembro de 1887, em Chicago, nos Estados Unidos, operários foram enforcados depois de responderem a processo sumário e injusto por liderarem a greve de 1º de maio de 1886.

Vou apenas ler o depoimento de August Spies, um dos acusados, para que possamos tentar imaginar o que foi aquele momento.

Ele disse ao juiz Gary: "Se o senhor crê que enforcando-nos poderá eliminar o Movimento através do qual milhões de pisoteados, milhões que trabalham passando miséria e necessidades esperam a salvação, se é essa a sua opinião, então nos enforque. Assim estará apagando apenas uma faísca, mas lá e acolá, ao seu lado e as suas costas, em todas as partes, incendiar-se-ão as chamas. É fogo subterrâneo e o Sr. não pode apagá-lo"

Eu me emociono pensando nesses homens que não hesitaram em dar suas vidas por aquilo em que acreditavam. Eles lutaram até o fim pela própria dignidade e pela de seus companheiros e companheiras.

Srªs e Srs. Senadores, porque será que não nos causa estranheza essa batalha pela redução da jornada de trabalho? Porque será que ela nos soa tão familiar?

Eu sei que vocês reconhecem em toda esta luta que os trabalhadores travaram, os caminhos que hoje ainda percorrem.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, o mês de março de 2008 bateu

recorde comparado aos meses de março desde 1992 em termos de comportamento do emprego formal....

Atingiu a casa de 206.556 novos empregos celetistas. É um índice histórico nos registros do CAGED.

O Brasil está avançando, isso é ótimo. Mas podemos avançar ainda mais. Nós temos uma proposta que irá colaborar imensamente com a modernização das relações trabalhistas e a criação de novos postos de empregos formais.

Desde 1995 com a Proposta de Emenda Constitucional 231, que buscava a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas e mais tarde com a PEC 393/01 estamos trabalhando em parceria com o então deputado federal e, agora senador, Inácio Arruda, defendendo esta idéia, como forma de geração de novos empregos.

As duas PECs estavam sob a Relatoria do Deputado Paulo Magalhães. Elas haviam sido arquivadas e em 2007 foram desarquivadas.

Elas tramitam em conjunto, em função de tratarem da mesma matéria e estão aguardando despacho na Mesa Diretora.

A consciência de que estava no caminho certo fez aumentar minha convicção e apresentei no Senado Federal a PEC nº 75/2003 buscando, primeiramente, reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais para, em seguida, gradativamente, num período de 04 anos, decrescermos até o limite de 36 horas semanais.

Ela irá gerar num primeiro momento, 4 milhões de novos empregos e num segundo momento com a redução para 36 horas semanais seriam criados aproximadamente seis milhões de empregos e com a redução para 30 horas, cerca de 10 milhões...

Além do que, a qualidade de vida dos nossos trabalhadores irá melhorar sensivelmente!

Quero lembrar que a campanha nacional das centrais sindicais e confederações de trabalhadores pela aprovação da PEC de autoria deste senador que fala em parceria com o senador Inácio Arruda, de redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas sem redução salarial tem o apoio oficial da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Ela anunciou que participa da campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

As pastorais sociais e as paróquias serão orientadas a colher assinaturas entre os fiéis em apoio à aprovação da mudança constitucional.

Vou repetir as palavras do secretário-geral da CNBB, Dom Dimas Lara "É uma causa justa, que se propõe a beneficiar a maioria e a incluir mais brasileiros no mercado formal de trabalho" e prossegue Dom Dimas "Eu me entusiasmei pessoalmente com a idéia e consultei todos os integrantes do Conselho Episcopal de Pastoral, que aprovaram".

O movimento social está engajado não só na luta pela redução da jornada mas também, pelo fim do fator previdenciário e para que aposentados e pensionistas recebam o mesmo índice de aumento concedido ao salário mínimo.

Já falei inclusive outro dia, que as centrais sindicais e confederações de trabalhadores iniciaram duas campanhas nacionais que vão ao encontro do desejo da maioria dos trabalhadores brasileiros.

A primeira delas refere-se à defesa do projeto que extingue o fator previdenciário para cálculo dos benefícios da Previdência (PLS 296/03) e da proposta que estende aos aposentados os índices de reajuste concedidos ao salário mínimo (PLC 42/07), aprovados este mês pelo Senado.

Em audiência pública realizada sobre o assunto, o movimento sindical estava representado da base à cúpula, onde o direito a palavra foi assegurado a todos.

E não são somente eles que apóiam estes projetos. Tenho recebido Moções de Apoio de diversos segmentos, de Câmaras de Vereadores e abaixo-assinados de inúmeros cidadãos e cidadãs que querem a aprovação destas propostas.

Quero salientar que estes dois projetos honrosamente aprovados nesta Casa por unanimidade vão continuar sendo motivo de luta e que vamos insistir, de forma incansável, para que se tornem Lei.

Creio que respondemos ao anseio da nossa população e fizemos jus aos votos que recebemos e creio também que o nobres Deputados farão o mesmo.

Sr. Presidente, preciso insistir também na proposta que criamos, a PEC 24/05, o FUNDEP. Ele é uma fonte segura de financiamento, não somente para manutenção das escolas profissionalizantes, mas, principalmente, para sua expansão e desenvolvimento.

É muito importante darmos educação profissional aos nossos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho...

Pois, lembram que outro dia ainda eu falava sobre a escassez de mão de obra qualificada e que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) havia registrado em 2007, um déficit de 193 mil vagas de pessoal qualificado?

Outros fatores, que considero essenciais como reforma agrária, políticas de segurança pública, saúde, educação, habitação, redução de juros, redução da carga tributária com um novo pacto federativo voltado para o social, precisam ser estendidos aos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Temos que encarar também o fato de que as mulheres ainda recebem proventos menores que os homens. O IBGE realizou pesquisa onde demonstra que a escolaridade feminina é maior que a masculina (são praticamente 11 anos ou mais de estudo) e que no entanto, as mulheres com nível superior, recebem apenas 60% do vencimento pago aos homens com a mesma escolaridade.

E o que dizer da realidade da população negra trabalhadora?

Com a Lei Áurea os escravos foram libertos, mas não tinham direitos. Não possuíam meios de sobreviver. Viram-se sem trabalho e sem local para morar. Isso porque eles faziam o serviço braçal, assim, não tinham qualificação.

Além disso, com a Lei Áurea, eles foram libertos, mas não tiveram acesso às terras (e não podiam morar nas terras dos antigos donos)...

Também não podiam freqüentar a escola. Muitos se refugiaram em quilombos, favelas, mocambos e palafitas.

Os negros sofrem, desde 1888, desigualdade socioeconômica em relação aos brancos.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão. Com isso, abriu-se as portas para o trabalho assalariado (ideal para sociedade industrial em formação).

Em sua grande maioria continuam em trabalhos mais pesados. Em algumas fazendas muitos trabalhadores, a maioria negra, são encontrados em regime de semi-escravidão...

Aos negros parece ter sobrado os pequenos serviços: o comércio ambulante, o conserto, o biscate e, sobretudo, os serviços pessoais.

Verificamos diferenças substanciais entre os rendimentos de homens e mulheres negros se comparados com os de homens e mulheres não negros.

No ano passado a Fundação Seade divulgou um estudo feito de outubro de 2006 a setembro de 2007, na Grande São Paulo. Ele indicava que os negros têm quatro vezes mais dificuldades para ocupar melhores postos de trabalho.

Entre os negros empregados, 4,6% ocupam cargos de direção ou planejamento, sendo 2,2% como empresários, direção e gerência e 2,4% em posição de planejamento e organização....

Já entre os brancos empregados, 18,4% têm cargos de direção ou planejamento, sendo 8,4% como empresários, direção e gerência e 10% planejamento e organização.

Entre os empregados domésticos, 54,9% são negros e pardos e 45,1% são não-negros.

Em março de 2005 o IBGE nos dizia o mesmo em sua pesquisa mensal de emprego. Segundo a cor, em seis regiões metropolitanas, a pesquisa do IBGE indicou que as informações sobre os rendimentos do trabalho mostravam que os negros e os pardos recebiam por hora trabalhada menos que os brancos.

Para mudar este triste quadro, apresentamos o Estatuto da Igualdade Racial, o PLS 213/03, que já foi aprovado nesta Casa e aguarda parecer da Comissão Especial quanto ao projeto.

Outra questão séria, Senhoras e Senhores Senadores, que envolve os trabalhadores são os acidentes de trabalho. Os índices do Ministério do Trabalho dão conta de que no Brasil ocorrem 1,3 milhão de acidentes por ano....

No mundo o número é de 270 milhões, com 2 milhões de mortes. São números muito expressivos que merecem nossa atenção e exigem medidas enérgicas para que este quadro seja revertido.

É necessário também, que eu traga a esta Tribuna a situação dos trabalhadores rurais. Fala-se tanto que o Brasil pode ser o celeiro do mundo e nós queremos ser, mas para isso temos que valorizar o trabalhador rural, homens e mulheres que, de sol a sol, produzem o santo alimento de cada dia.

O Movimento dos Pequenos Agricultores em nível nacional, trouxe até mim sua preocupação no que diz respeito ao resultado da votação ocorrida na Câmara dos Deputados, quanto à MP 410/07.

Eles fazem uma avaliação de que a MP, da forma como está, não resolve a situação dos trabalhadores rurais contratados por curto prazo frente ao Sistema de Seguridade Social.

Afirmam também que a aplicação da MP é inviável ao pequeno agricultor como contratante, pelo mesmo não possuir condições técnicas para calcular o percentual dos direitos trabalhistas a serem pagos quando da contratação do trabalhador rural temporário, uma vez que o pagamento dos honorários deverá ser diário.

No documento que apresentaram, trouxeram propostas de emendas ao texto e a justificação para tanto.

É importante que se faça uma avaliação debate acurado sobre o assunto.

Quero trazer a esta Tribuna também outra ponderação importante...

Estou perplexo diante do projeto de Lei 1987/2007, de autoria do Deputado Cândido Vacarezza, que trata da Consolidação das Leis Materiais Trabalhistas, uma vez que retira direitos históricos dos nossos trabalhadores.

Tenho recebido inúmeras manifestações contra o projeto.

Acredito que este é um momento ímpar para um grande debate social no sentido de construirmos todos: sociedade, trabalhador, empregador e governo as normas que queremos com inovações legislativas que não impliquem em flexibilização e precarização das relações de trabalho.

Ao finalizar, não posso deixar de registrar que no nosso 1º de maio comemoramos também os 65 anos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Nem precisaria dizer da importância da CLT para a sociedade brasileira. Direitos e deveres dos trabalhadores estão fixados nela e é um instrumento de grande valor para nossos trabalhadores e trabalhadoras.

O nascimento da CLT em 1º de maio de 1943, representa um marco da nossa história. Com muita justiça requeri voto de aplauso em homenagem aos seus 65 anos, onde também será homenageado Arnaldo Süssekind, grande mestre em Direito do Trabalho e um dos elaboradores no processo de formulação da CLT.

Ele foi Ministro do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, e sempre foi muito dedicado às questões trabalhistas, aos direitos dos trabalhadores e sempre lutou para que os mesmos não lhes fossem retirados.

Meus aplausos aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, aos aposentados e aposentadas que deram sua força de trabalho por esta Pátria. Meus aplausos a CLT e a esse grande jurista que também são parte na grande história desta Pátria.

Eu digo a todos que estão me ouvindo neste momento, nós vamos conseguir ver o Brasil que queremos...

Com fé, com a prática da justiça social, com boa vontade e com trabalho, certamente pousaremos nossos olhos sobre a recuperação da dignidade do trabalhador, descansaremos nossas consciências sabedores de que o esforço diário dos trabalhadores foi realmente reconhecido e que nossas homenagens poderão ser sentidas não somente em palavras.

Esse Brasil que desde sempre é feito por vocês. Ele só é o que é graças a generosidade do nosso Deus e a força trabalhadora da nossa gente. Vocês fazem com que ele seja O BRASIL!

Essa poesia que vou ler, chamada "Meu Maio" é de Vladimir Maiakovski, poeta russo, e ela é o meu abraço apertado que se estende a todos vocês homens e mulheres trabalhadores de ontem de hoje.

A todos
Que saíram às ruas
De corpo-máquina cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra extenua –
Primeiro de Maio!
Meu mundo, em primaveras,
Derrete a neve com sol gaio.
Sou operário –
Este é o meu maio!
Sou camponês – Este é o meu mês.
Sou ferro –
Eis o maio que eu quero!
Sou terra –
O maio é minha era!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Rosalba Ciarlini.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Parabéns, Senador Paim. E viva a sua oratória.

Quero, agora, passar a palavra ao Senador Mão Santa; em seguida, Senador Cristovam Buarque e, como última oradora, Senadora Kátia Abreu.

O Senador Paulo Paim pede que seu discurso seja publicado na íntegra. S. Exª será atendido.

Antes do pronunciamento do Senador Mão Santa, coloco em votação o **Requerimento nº 510, de 2008**, de autoria do Senador Jayme Campos, que já foi lido anteriormente.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª trabalhadora, Senadora Rosalba Ciarlini, Srªs e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Deus: "Comerás o pão com o suor do teu rosto". Uma mensagem de Deus para que busquemos o trabalho. Uma mensagem de Deus aos governantes para propiciarem o trabalho.

O Apóstolo Paulo, mais rígido – Paulo, Paim, seu patrono: quem não trabalha não merece ganhar para viver.

O próprio Deus colocou seu filho especial, Jesus, na casa de um trabalhador.

Rosalba Ciarlini, atentai bem! Nós todos somos cristãos. Cristo falou bonito. O Pai-Nosso é um discurso bonito; o Sermão da Montanha é outro belo discurso. São muitos discursos bonitos, mas nós seguimos Cristo porque Ele deu exemplo de trabalho, Ele fez obras: Ele fez o cego ver, fez aleijado andar; o mudo

falar; o surdo ouvir; limpou os corpos dos leprosos; tirou o demônio dos endemoniados; ressuscitou mortos, multiplicou os alimentos, pães e peixes; fez até o vinho para nos alegrar.

Isso tudo nos leva ao trabalho.

Mas, neste dia e nesta Casa, nada mais justo do que buscar palavras do nosso patrono Rui Barbosa.

Por que ele está aí? Em 1919, aqui, ele disse:

> O trabalho.
>
> Há na vossa grandeza um condão, para atrair os que se não rendem a outras: é que é a grandeza do trabalho. O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom [falou Rui].

Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que assenta no trabalho é útil. Por isso, a riqueza, por isso, o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais; como ele, necessários, benfazejos como ele. Mas já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital.

> Lincoln [está sendo citado por Rui Barbosa] não era um demagogo, não era um revolucionário, não era um agitador popular. Era o presidente da grande república norte-americana durante a mais tremenda crise da sua história; e o consenso geral da posteridade o sagra, hoje, como o maior gênio de estadista que a tem governado. Pois Lincoln, senhores, não duvidava reivindicar, em uma das suas mensagens ao Congresso Nacional, em dezembro de 1861, a preeminência do trabalho aos outros fatores sociais.
>
> O trabalho – dizia ele – precede ao capital, e deste não depende.
>
> O capital não é senão um fruto do trabalho, e não chegaria nunca a existir, se primeiro não existisse o trabalho. O trabalho é, pois, superior ao capital e merece consideração muito mais elevada.

Essas são as palavras de Rui.

E nós? Temos nossas crenças. Eu creio em Deus. Eu creio no amor, que consolida a instituição mais importante.

Por isso V. Exª está aí, bem. V. Exª simboliza a família, a mãe, a mulher digna e decente, a avó, a família cimentada por esse amor em que eu creio. Eu creio no estudo. Nós cremos, ô Rosalba, no estudo que busca a sabedoria e que, segundo o Livro de Deus, vale mais do que o ouro e a prata. E o trabalho é que faz essas riquezas; o trabalho hoje que plantamos todos nós, brasileiros e brasileiras. E nossos antepassados fazem esta Pátria em que vivemos hoje.

Mas quero falar do trabalho, daquelas fábulas do La Fontaine que estudávamos. Nós estudamos. A nossa geração teve boas escolas, porque este País teve bons governos. Lembro-me de La Fontaine, que dizia: "O trabalho é um tesouro".

Aquele estadista guerreiro da França, Napoleão Bonaparte, não só ficou na História por vencer guerras, mas porque ele fez o Código de Napoleão, o primeiro estatuto de Direito na França. E ele disse um pensamento que eu reproduzo aqui. Rosalba, ele disse: "Conheci os limites dos meus braços; conheci os limites das minhas pernas; conheci os limites dos meus olhos, da minha visão, mas nunca conheci o limite do trabalho".

Franklin Delano Roosevelt, esse aí governou por quatro vezes, eleito Presidente dos Estados Unidos. Pós-guerra, recessão, e ele dava um conselho: "Norte-americanos, busquem o trabalho; não dando certo, persistam; não dando certo, procurem outro, o trabalho". E disse mais – fez o **new deal**: "Se eu colocar um bico de luz em cada fazenda e tiver uma galinha – esse negócio de galinha, eu estou até com...mas foi o que ele disse – em uma panela, este país estará salvo". Ele continua o seu raciocínio e diz, Rosalba: "As cidades poderão ser destruídas, mas o campo não; tem de ser apoiado, porque, se ele for destruído, as cidades morrerão de fome". E é o exemplo da grandeza dos Estados Unidos: são 600 milhões de toneladas de grão. Então, são essas as palavras do trabalho.

Voltaire, o nosso filósofo, que foi Parlamentar da França, disse que o trabalho afasta, no mínimo, três grandes males: o tédio, a preguiça e a pobreza.

Eu iria a um muito simples, médico como nós, que depois viu de um estudo uma nova ciência, a Neurolinguística: Lair Ribeiro. Muito objetivo, Lair Ribeiro, cardiologista, diz, Professor Cristovam que só conhece um lugar em que o sucesso vem antes do trabalho; é no dicionário.

Então, queríamos, já se aproximando aquele compromisso do minuto, dizer que nós vamos agora pegar o avião para a minha cidade, Parnaíba. Podemos dizer que lá foi a sede inicial da federação das indústrias, cidade de passado de trabalho, que construiu sua grandeza. Uma emissora, do qual fui fundador, com meu irmão, Antônio José de Moraes Souza, Rádio Igaraçu, vai homenagear os trabalhadores, pessoas que, através do trabalho, fizeram o engrandecimento...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E alguns que, mesmo falecidos, deixaram o exemplo de trabalho.

Um dos homenageados vai ser o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Então, queremos deixar aqui as nossas palavras.

E, para terminar em tempo, atentai bem, atentai bem, brasileiras e brasileiros! Eu falo assim porque me vem à mente Getúlio Vargas, tido como o pai dos trabalhadores. Todo 1º de maio, eu, criança, o ouvia discursar: "Trabalhadores do Brasil...". Aí, anunciava essa legislação, os benefícios e a esperança.

Então, eu digo da minha maneira: Atentai bem, brasileiras e brasileiros! Atentai bem, acreditai, estudai, trabalhai e amai, que, aí sim, estaremos construindo um Brasil grande, mais rico e feliz e um mundo melhor em que almejamos viver.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini DEM – RN) – Quero parabenizá-lo, Senador Mão Santa. Como sempre, o senhor, com muita eloqüência e conhecimento, nos traz aqui uma brilhante oratória. Quando o senhor relembrava o presidente americano como grande estadista, quero lhe dizer que a origem é no campo; no campo, é onde realmente o trabalho começa; é o setor primário. Veja que ele já dizia que, sem a vida do campo, sem o trabalho do campo, não existe vida nas cidades. Daí por que vemos este País tão desenvolvido, porque a sua história foi sempre história de trabalho. E sobre o trabalho, Senador, o senhor esqueceu só uma coisa: de dizer o quanto o Brasil pode ser. O trabalho também é a maior arma contra a violência. O homem trabalhador tendo oportunidade, o jovem encontrando onde deixar suas energias, no trabalho digno, honesto, honrado, com certeza, este será um País de mais paz, um País menos violento, o País que nós desejamos.

Parabéns, faça uma boa viagem e, com os seus conterrâneos, lá do seu Piauí, comemore este grande Dia do Trabalho na esperança de que nós não vamos deixar de sonhar com a oportunidade de trabalho para todos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço que sejam incorporadas todas as palavras da Presidente, médica e trabalhadora Rosalba Ciarlini ao meu pronunciamento. Assim, ele se torna uma grande homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, que Deus o abençoe.

Passo a palavra ao digno Senador Cristovam Buarque, o homem preocupado 24 horas, todos os segundos do dia, com a Educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Como a senhora também, Srª Presidente.

Eu vim aqui falar da cegueira, mas não da cegueira que aflige milhares de brasileiros fisicamente, até porque muitos dos brasileiros que são portadores de deficiência visual, que são cegos, enxergam. Eles enxergam graças ao pensamento, à lucidez, à reflexão; eles conseguem ver lá na frente. Aqui mesmo, em Brasília, temos um líder importante, o professor Antônio Leitão, que, como ele mesmo se define, é um cego de visão.

Eu vim falar da outra cegueira, a cegueira de quem não quer ver a realidade dos problemas do nosso País. A cegueira que, no passado, fez este País endividar-se ao ponto de sacrificar o seu progresso. A cegueira que faz com que nós consideremos como prova de grande progresso o aumento de veículos nas ruas das cidades, que estão inviabilizando o funcionamento da vida nas cidades.

Eu vim falar, sobretudo, da cegueira daqueles que não querem perceber que o problema das nossas universidades, hoje, está principalmente no ensino infantil, no ensino fundamental, no ensino médio.

Hoje, diversos falaram aqui do diretor de uma faculdade de Medicina da Bahia que, ao ver os resultados ruins da sua faculdade, disse que o problema está no QI dos baianos, sugerindo, indiretamente, que tiremos daqui o busto de Rui Barbosa, que é um dos símbolos da inteligência brasileira. O que me aflige é esse tipo de cegueira, que faz com que uma pessoa diga que o problema está no QI dos baianos ou que diga que o problema está no QI, quando, na verdade, o problema das baixas notas das nossas universidades está no ensino fundamental, está lá atrás, na educação infantil que a senhora defende tanto.

Eu não vou nem dizer o que penso desse diretor, que age de forma a nos levar a caracterizá-lo como racista. Não. Esse diretor é um caso a parte. Não vamos perder tempo com isso. Eu falo é da maioria da comunidade universitária, que põe a culpa da má universidade às vezes no salário dos professores – é verdade que não são bons –, na falta de equipamentos – é verdade que não existem –, em todos os problemas internos à universidade. É desta cegueira que quero falar: da cegueira que não vê além dos limites do **campus** universitário, da cegueira que acha que o problema da universidade é só da universidade, que estão apenas dentro da universidade e que podem ser resolvidos apenas dentro da universidade, da cegueira daqueles que não vêem que o problema da universidade brasileira é que apenas um terço dos nossos jovens terminam o ensino médio.

Jogamos fora dois terços do potencial intelectual deste País. Quantos gênios não perdemos porque não aprenderam a ler na hora?

Esse senhor que disse que o problema está no QI não lembrou que um problema da universidade baiana e de qualquer outra universidade de qualquer Estado é o número de analfabetos. Ele não disse, por exemplo, que a Bahia tem o maior contingente de adultos analfabetos do Brasil, seguida por São Paulo – para mostrar que não é uma questão de renda, é uma questão de vontade.

Dentre os analfabetos adultos da Bahia, quantos grandes médicos não perdemos, se tivessem aprendido a ler na hora? Quantos grandes cientistas não perdemos, se tivessem aprendido as quatro operações no momento certo e entrado na escola alfabetizados ou se alfabetizando no primeiro ano da escola para aprender a ler mesmo, como muitos não conseguem?

O nosso problema tem due ser analisado olhando-se para eles, e não mantendo os olhos fechados, como hoje faz a maior parte da comunidade universitária. É como esse senhor, que olhou para dentro e disse: "O problema nosso é que os alunos que aqui entram têm o QI baixo." Além do racismo de dizer que isso é coisa de baiano, o que não tem nada a ver – o escritor brasileiro mais conhecido no mundo depois de Paulo Coelho é um baiano: Jorge Amado –, ele só olhou dentro, ele não olhou o que está fora, o que está antes.

O problema é que esses baianos, esses pernambucanos, esses cariocas, esses rio-grandenses do sul não puderam estudar como deveriam para chegar ao final do segundo grau e fazer o vestibular.

Além disso, mesmo os que fazem o vestibular e entram na universidade entram com uma educação de base deficiente e aí não tem como ter universidade boa. Não tem como ter universidade boa se os alunos entram na universidade e puxam a universidade para baixo porque não vieram preparados.

Não há bom professor se os alunos o puxam para baixo, se não deixam que ele ensine algo mais na frente. Não há bom professor nem boa universidade se, durante os primeiros meses e até anos, a universidade tem de fazer uma reciclagem do que os alunos não aprenderam na educação de base.

Então, vejam que há dois problemas. Primeiro, há o problema dos que não conseguem terminar a educação de base e aí não podem fazer vestibular – e o Brasil jogou fora todo esse potencial. Segundo: mesmo aqueles que fazem o vestibular, entram na universidade com uma formação deficiente e puxam a qualidade para baixo.

Esta é a cegueira da qual queria falar hoje: a cegueira daqueles que olham o seu problema como se fosse apenas seu e não de um conjunto, de um processo que faz com que as instituições brasileiras sejam puxadas para baixo em vez de serem puxadas para cima.

Não é possível ter professor ruim quando os alunos são bons, porque, se os alunos forem bons e o professor for ruim, os alunos expulsam o professor, os professores são desnudados quando o aluno é bom.

Então, são dois os problemas no Brasil: primeiro, jogamos fora grande parte do potencial intelectual; e, segundo, mesmo os que entram na universidade não estão bem preparados. Assim, não há como haver boa universidade.

Esse diretor deveria olhar mais longe, deveria deixar a cegueira dele e olhar mais adiante para perceber que o problema não está no QI dos baianos, o problema está na falta de investimento na educação de base na Bahia, em Pernambuco, em todo este Brasil.

Mas volto a insistir: não é só ele. Ele se manifestou como um racista ao especificar a idéia maluca de que o QI dos baianos não é alto, mas os outros, que acham que o QI é alto, não percebem que jogamos fora uma massa imensa de QIs ao não educar todos os brasileiros.

Por isso, eu vim falar da cegueira e dizer que, se queremos enxergar e melhorar a qualidade da universidade, façamos com que a criança, ao nascer, seja bem alimentada; que, nas semanas e nos meses seguintes, com boa alimentação, ela comece a ter um desenvolvimento intelectual graças aos procedimentos que hoje existem para dinamizar, para fazer com que uma criança descubra a realidade do mundo, aprenda a raciocinar. É aí que melhora a universidade.

Quer melhorar a universidade de um país? Dê alimentação às crianças logo que ela nasçam e dê incentivos ao desenvolvimento intelectual delas logo nos primeiros cinco anos. É aí que melhora a universidade. E não há outra maneira de melhorar a universidade se não alimentarmos bem as crianças ao nascerem e, depois disso, fazer com que, aos quatro anos, entrem na escola e, aos quatro anos entrando na escola, consigam se alfabetizar aos cinco anos.

Porque uma criança alfabetizada aos cinco anos tem muito mais chances de, aos poucos, ir se transformando numa criança educada.

Além disso, vamos fazer com que o ensino médio seja de qualidade para todos. Casa pessoa que não tem ensino médio é uma pessoa a menos na universidade. E é por isso que a universidade é ruim, porque, neste País, só disputa para entrar na universidade um terço; dois terços ficam de fora. Já pensou se no futebol a gente fizesse o mesmo? Já pensou se no futebol a gente dissesse que só joga futebol um terço dos me-

ninos deste País e agora das meninas? Como iríamos ter uma boa seleção? Nunca.

O Brasil tem uma boa seleção de futebol porque todos jogam bola desde os quatro anos e não tem uma boa universidade porque não se joga educação, não se brinca, não se estuda, não se educa a partir dos quatro anos como se joga futebol.

O Brasil tem uma boa seleção de futebol porque a bola é redonda para todos, não há diferença entre ricos e pobres. Jogar bola é com bola redonda, mas, na escola, não! A escola tem as redondas e as quadradas: as redondas dos ricos e as quadradas dos pobres. E o pior é que, como os ricos sabem que os pobres não vão conseguir estudar, eles também não estudam muito, porque não têm concorrência com eles.

Basta estudar um pouquinho que já conseguem entrar na universidade. Já pensou, se todos estudassem bem, a disputa para entrar na universidade? Aí, sim, todos teriam de estudar muito, todos teriam de se preparar, todos teriam de chegar lá na universidade já com uma preparação razoável. A gente não vê isso! É triste.

Mas o mais triste na declaração desse senhor não foi o racismo. Isso é uma debilidade mental dele. O que lamento é a outra parte, a parte em que ele não é diferente do resto, a parte da cegueira. Não é a parte do racismo. E essa cegueira é muito generalizada. Grande parte da comunidade universitária acha que o problema da universidade é interno, salário e equipamentos. Não é interno nem está nos alunos da universidade, está lá na ponta, nas crianças que, ao nascerem, não recebem alimentação correta, que chegam aos quatro anos e não entram na escola, que entram na escola, mas não fazem o curso até o final do 2º grau, ou que fazem o curso até o final do 2º grau sem a competência correta.

Vamos acabar com essa cegueira, porque racistas eles próprios se acabam e ninguém fala mais neles. Agora, a cegueira, não, essa continua. Não a cegueira visual dos deficientes, não a cegueira daqueles que não vêem fisicamente, mas são capazes de imaginar, de pensar, de analisar, e são cegos de visão.

Falo daqueles que pensam que vêem, porque os olhos funcionam, mas a cabeça, não, porque os preconceitos não deixam, porque o egoísmo não permite, porque olham só para dentro deles, olham só para o seu ambiente e não vêem que o problema no Brasil é muito maior.

Essa cegueira é que me preocupa, muito mais do que o racismo de um maluco qualquer, que diz besteira como esse senhor disse ontem ao falar que os baianos têm baixo QI.

Lamentavelmente, a Bahia tem, sim, um elevado índice de analfabetismo de adultos e isso, se os baianos quiserem, podem mudar.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Parabéns, Senador, mais uma vez o senhor nos coloca para fazer uma reflexão sobre essa questão da cegueira. E o pior cego é aquele que não quer enxergar. Não é falta de apelos, o senhor tem sido incansável nessa questão da educação. E fico muito grata em saber que não estamos sós nessa luta para melhorar a educação infantil. Enquanto não houver a valorização do ensino infantil, enquanto não houver o entendimento de que a educação não é gasto, é investimento, nós vamos encontrar situações tristes como esta de analfabetismo, de universidades que não estão tendo o resultado esperado. Agora, dizer que o nosso povo tem o QI baixo... Nisto eu concordo com o senhor: o brasileiro tem um QI que está sendo desperdiçado pela falta de oportunidade. Parabéns, Senador!

Passo a palavra, agora, à Senadora Kátia Abreu, que será nossa última oradora do dia de trabalho.

Amanhã é Dia do Trabalho e já estamos com a sessão prorrogada, e a senhora vai ter a primazia de encerrar esta sessão.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Rosalba, do Rio Grande do Norte, competente. É uma alegria para o Senado Federal tê-la conosco. Nós agradecemos a todo o povo do Rio Grande do Norte, especialmente da cidade de Mossoró, por ter-nos enviado uma pessoa tão distinta, tão determinada e batalhadora aqui para o Senado Federal.

Srª Presidente, a senhora tem acompanhado, como todo o povo brasileiro, pela televisão, nos últimos dias, a questão de uma criança que tem a suspeita de ter sido assassinada pelos pais.

Nós vimos, há alguns meses, o caso do menino João Hélio, que foi assassinado, arrastado pelo cinto de segurança, por dois assaltantes, traficantes e drogados. Esses dois casos foram amplamente divulgados pela imprensa nacional. Um não é pior do que o outro. Não são piores do que a morte de qualquer criança neste País, em qualquer lugar que esteja, em qualquer Estado, em qualquer circunstância, mesmo que seja por uma doença. No entanto, pela agressão, pela violência, esses casos nos trazem indignação.

A criança tem de ser protegida por todos nós, principalmente pela família, pelos pais. Por isso nós temos pais, avós, padrinhos, madrinhas, tios e tias, que são a sustentação de uma família, bem como amigos que ganhamos pela vida afora, que nos ajudam também a criar e a proteger as crianças.

Estamos assistindo ao caso específico de Isabela. O que talvez tenha chocado ainda mais o povo brasileiro foi exatamente ter sido assassinada cruelmente não só pela madrasta mas pelo pai.

Sou avó e tenho uma netinha que tem a idade de Isabela. Maria Eduarda tem cinco anos de idade. Não consegui evitar que ela entendesse o caso, por conta da divulgação nos veículos de comunicação, e que o acompanhasse. Cheguei até a pensar e comecei a criar uma mentira dizendo que não havia sido o pai, mas outra pessoa. No entanto, não posso ficar o dia todo ao lado dela, e entendeu que, parece, foi mesmo o pai que matou aquela criança.

Quero, não só como Senadora, mas, principalmente, como cidadã, como mulher, como mãe, como avó, como psicóloga, dizer a todos, colegas Senadores e Senadoras, a todos deste País que possam nos ouvir neste instante que este é um momento delicado para a família brasileira. Estamos todos em xeque, estamos todos assustados, mas, principalmente, as crianças, principalmente as crianças de pais separados, principalmente as crianças que têm padrasto, as crianças que têm madrasta. Não podemos fugir, como tentei fazer com a minha neta, para protegê-la e tirá-la desse medo, porque também o meu filho é separado da mãe da Maria Eduarda e ela é casada novamente, para tirar esse medo e esse pavor que as crianças poderão criar não apenas do padrasto, mas do próprio pai. Temos de conversar com as nossas crianças e dar atenção a elas e não imaginar que esse choque está sendo só para nós, adultos, mas muito mais porque não conseguiremos nunca dimensionar, na cabeça de uma criança, como a minha neta Maria Eduarda, de cinco anos, o que está significando para ela um pai ter matado a própria filha.

Eu falo, Presidente, e consigo ficar sinceramente emocionada e arrepiada de ver o rosto da minha neta perguntando a todo momento se realmente foi o pai que matou a filha. Então, temos de ter bastante cuidado. As professoras e professores nas escolas dêem atenção e não fujam desse assunto. Não há como fugir. É o dia todo na televisão, e não estou condenando a veiculação desse problema. Ao contrário, a veiculação está ajudando a nos alertar para essa questão familiar. Estamos enxergando, estamos na iminência de assistir a uma quadrilha familiar.

No início, pedi tanto a Deus que não tivesse sido ele, que pudesse ter sido outra pessoa e não ele. As investigações estão avançando e estamos vendo que o avô, que a tia, que aqueles avôs estão silenciosos e que sabem da verdade. É a formação de uma quadrilha familiar. Aonde nós vamos chegar com isso? Temos de acalmar as nossas crianças, temos de esclarecer a elas. Noventa e três por cento dos brasileiros consultados disseram que sabem do caso Isabella e só um pouco, pouco mais de cinqüenta por cento, sabia do cartão corporativo.

Imaginem as crianças que passam a tarde na frente da televisão, com os pais trabalhando, não tendo com quem conversar, com quem tirar as dúvidas, assistindo televisão pela manhã, assistindo televisão à noite, sem ter com quem conversar e tirar as dúvidas. Às vezes, os pais chegam cansados, vão jantar, deitar, dormir; querem ver o Jornal Nacional, querem ver a novela e não conseguem conversar com as crianças.

Se nós não estamos conseguindo responder a nós mesmos que monstruosidade foi essa, imagine uma criança. Não estou aqui como conselheira. Longe disso. Estou estarrecida como todos. Faço um alerta: que observemos o comportamento das nossas crianças neste momento e tentemos acalentar o coração de cada uma delas, mostrando que as crianças precisam de seus pais, mas que existem as aberrações, que existem as distorções, que existem as calamidades, que existe o inadmissível. Que isso não é a normalidade. Isso é a exceção. Que existe a doença mental, a psicopatia, a neurose. Que existe não só a doença física, mas também existe a doença mental.

Quero aqui complementar, dizendo também da minha tristeza ao ver no *Jornal do Tocantins*, jornal do meu Estado, um dos jornais de maior circulação, filiado à Rede Globo de Televisão, também no meu Estado, que divulgou, por meio do Conselho Tutelar de Palmas, Senador Cristovam Buarque, que em Palmas já foram registrados 78 casos de violência infantil apenas em 2008 – uma a cada 36 horas. Três mortes em 2008. Uma criança de apenas dois anos, Pablo Henrique, espancado pelo pai. Em 2007, quatro mortes, na minha capital, na cidade em que eu moro, na cidade em que minha neta nasceu e os meus filhos moram.

No Brasil não é diferente: 76.568 denúncias entre 2003 e 2007. Isso foi relatado pela ONU. Dessas denúncias, 55 mil têm envolvimento familiar, o que não é diferente da violência brutal também contra a mulher – a grande maioria dentro de casa, pelos próprios familiares.

Desses 55 mil que ocorrem dentro de casa, em 81% das agressões dentro de casa, os responsáveis são os pais. Os pais são os agressores. Os pais é que estão levando a essa estatística. De 76 mil, 55 mil dentro de casa. E de 55 mil dentro de casa, em 81%, os responsáveis são os pais. Creio que o restante possa

ser um irmão, um parente, uma funcionária; eu lá sei quem. Mas os pais?! É demais! É uma estatística que assusta a todos nós.

Cinco crianças, Senador Cristovam Buarque, de até 14 anos, morrem vítimas de agressão a cada dois dias. Esse é um dado do Ministério da Saúde. Uma criança é assassinada no Brasil a cada dez horas.

E os principais tipos de violência são: maus tratos, negligência, abandono, violência sexual. Violência sexual que pode não matar, mas pode causar a morte emocional, a morte da alma, a morte do espírito, a morte da vontade de viver; da decepção profunda, vai ficar um morto vivo, uma criança que permanecerá morta viva.

Nós temos meios de denunciar, e todos nós precisamos participar. O Governo tem que fazer a sua parte criando as delegacias da criança e do adolescente, assim como existe a das mulheres. Mas nós precisamos aconselhar, e os prefeitos e as prefeitas municipais precisam orientar os seus professores e as suas professoras, que são as pessoas que convivem mais com a criança. Depois da família, em segundo lugar, quem convive mais com a criança são os professores e as professoras, que nós conhecemos. Pelo menos, na minha época, nós chamávamos a nossa professora de segunda mãe. A professora tem a sensibilidade de observar o diferente, o diferencial na criança que está roxa, que está machucada, que foi esfolada numa brincadeira em que ralou o joelho de um roxo que está no braço, de um beliscão ou de um murro no rosto. Os professores são muito importantes! Não quero jogar apenas para eles essa responsabilidade, mas são um instrumento precioso para o Brasil, para todos nós. Que eles nos ajudem nessa luta!

Que os vizinhos possam se manifestar. Nós, às vezes, nos acovardamos diante do problema familiar do vizinho. "Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher". Esse é um ditado antigo. "Se um pai está educando um filho, eu não vou me meter".

Tudo tem o equilíbrio e o bom senso. Também a família vizinha é responsável; é responsável como cidadã. É responsável não legalmente por vigiar a família alheia, mas, moralmente, do ponto de vista ético, do ponto de vista humano. Se vir alguma coisa errada, denuncie! Se não houver delegacia da criança e do adolescente, que denuncie em qualquer delegacia de polícia. Não tenha medo! Denuncie no Ministério Público, denuncie no conselho tutelar. É difícil um município no Brasil hoje que não tenha um conselho tutelar.

Você pode fazer a denúncia anônima. Você não precisa sequer se identificar diante desses casos.

É o que acontece também com as mulheres. Um caso muito mais complicado. Ao serem espancadas, violentadas elas denunciam. Mas a grande maioria em seguida se arrepende por vários motivos. Não é de caráter, mas normalmente as mais pobres, pela questão financeira, pela falta de moradia, pelos filhos pequenos que não tem com quem deixar. Elas são um instrumento que trabalha contra elas mesmas quando retiram a denúncia contra o seu agressor.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Agora há pouco, o Senador Cristovam Buarque estava falando sobre educação, como sempre faz desta tribuna, e também a Senadora Rosalba. Nós precisamos e temos instrumentos para minimizar tudo isso. Nós temos os casos, os abusos e as exceções do alcoolismo, da loucura mental. Mas nós precisamos diminuir essa exceção cada vez mais. Nós precisamos colocar essas crianças em lugares seguros. Não que longe dos pais seja o lugar mais seguro, não! Mas nós precisamos dar oportunidades, nós precisamos criar situações para que essas crianças possam ser protegidas, que elas possam ter uma formação intelectual, ter a educação infantil, a educação de tempo integral, a escola técnica, a universidade.

E a questão não é dinheiro, Senador Cristovam Buarque! Não é dinheiro! Eu tenho uma informação que me deixou chocada. O Brasil investe em educação duas vezes mais do que a Coréia, que é um País asiático. Duas vezes mais, o dobro de dinheiro investido pela Coréia. E lá os 82% dos jovens estão na universidade; aqui no Brasil, apenas 18% Não é dinheiro! É interesse verdadeiro! É política pública consistente! É determinação, pois as coisas não acontecem com facilidade! Do mesmo jeito que acontece na vida dos seres humanos, acontece na economia. Chega de bravatas! Chega de anúncios falsos não realizáveis!

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Senadora Kátia, eu gostaria só de fazer um pedido. Nós já estamos no tempo regimental. Eu gostaria que V. Exª pudesse concluir. São brilhantes e pertinentes suas colocações. Falar de crianças, ninguém mais do que eu que sou mãe, avó, médica de criança. Enfim, estou aqui, nesta Casa, em defesa das nossas crianças, como o Senador Cristovam Buarque. Mas eu gostaria de pedir a V. Exª que conclua nos próximos três minutos. Muito obrigada.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Srª Presidente, pela sua paciência e compreensão.

Eu quero, então, dividir estes três minutos com o meu colega Cristovam Buarque, concedendo-lhe o aparte que me pede.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Vou falar o mínimo possível, porque seu discurso é mais importante. Mas não queria deixar de registrar no meio do seu discurso o meu aparte para dizer uma coisa: eu não tinha ouvido ainda alguém falar sobre este assunto sob a ótica da criança. Eu a felicito, porque confesso que sou ligadíssimo em todo este assunto. Eu não tinha dado ainda a devida importância ao que está acontecendo na cabeça das crianças brasileiras por conta disso. A senhora me alertou para algo que estava meio escondido. De fato, hoje talvez seja essa a pior face da tragédia, a marca que vai deixar nas crianças brasileiras: o medo de seus familiares, para não dizer até de seus pais, da esposa do pai, do marido da mãe, que hoje é tão comum no Brasil. Então, seu discurso traz para nós uma força muito grande para refletir sobre o que fazer, porque não sabemos direito, mas pelo menos o que fazer para recuperar a confiança das crianças brasileiras naqueles que são os responsáveis por elas.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador. Agradeço-lhe o apoio. É importante esse reforço para que possamos alertar as famílias do Brasil, que é nossa obrigação como representantes do Estado brasileiro.

Encerro, minha Presidente, deixando aqui a minha compaixão, não o meu dó, não a minha pena. O povo brasileiro não merece isso. A minha compaixão é por todas as mães deste Brasil que têm os filhos roubados, que têm os filhos na rua, que têm os filhos mortos, assassinados. Especialmente neste momento, cumprimento todas as mães.

O meu abraço de mãe, de avó, de solidariedade profunda. Eu sei exatamente o que cada uma delas está sentindo, embora, graças a Deus, comigo nunca aconteceu isso. Mas, como mãe, nós temos o mesmo sentimento.

Eu quero deixar a minha solidariedade especialíssima pela mãe da Isabella, pelo seu sofrimento, que compartilho todos os dias. E já cheguei, sozinha, vendo o rosto daquela criança alegre, uma menina linda, pela televisão, a chorar junto com ela, junto com outros adultos presentes. Eu quero deixar a ela a nossa solidariedade, das mulheres do Brasil, das mulheres do Tocantins, de todos nós. Todos nós estamos com você e somos solidários, bem como às mães, mulheres anônimas, as Marias, as Joanas, as Raimundas, as Lúcias, as Lurdes, pois nós não temos a oportunidade de sofrer junto com elas, porque os seus casos não vão para a televisão. Mas também a nossa solidariedade, a nossa amizade, e a nossa força de trabalho, para tentar minimizar essa situação monstruosa que está acontecendo no País.

Vamos denunciar! Vamos à luta!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Parabéns, Senadora Kátia. V. Exª, realmente, nos sensibiliza com as suas colocações, com a sua preocupação, que é de todos nós.

Eu acho que essa sua emoção, essa sua compaixão, nós possamos interpretar, Senador Buarque, toda esta Casa, como um grito que tenha eco: vamos salvar nossas crianças! Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Flexa Ribeiro e a Srª Senadora Patrícia Saboya enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Consultor ataca sugestão do Ipea para conter dólar", publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 07 de março do corrente.

A matéria destaca que o especialista em política cambial e sócio da Tendências Consultoria, Nathan Blanche, condenou a sugestão do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, de reduzir a valorização do real em relação ao dólar com restrições a entrada de recursos externos. "Com todo o respeito pelo professor Pochmann, que é **expert** na área trabalhista, do ponto de vista da política cambial ele mostrou que leu o livro errado".

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Consultor ataca sugestão do Ipea para conter dólar

Para Nathan Blanche, Pochmann leu o livro errado de política cambial

Adriana Fernandes
BRASÍLIA

O especialista em política cambial e sócio da Tendências Consultoria Nathan Blanche condenou ontem a sugestão do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, de reduzir a valorização do real em relação ao dólar com restrições à entrada de recursos externos.

"Com todo o respeito pelo professor Pochmann, que é expert na área trabalhista, do ponto de vista da política cambial ele mostrou que leu o livro errado", disse Blanche.

O consultor também criticou a avaliação do presidente do Ipea segundo a qual o Brasil tem aumentado as importações de produtos que não são recomendáveis e afetam a estrutura produtiva, comprometendo a criação de empregos no País.

Segundo Blanche, barreiras externas aumentam a taxa de câmbio e os preços relativos da economia, trazendo mais inflação e juros altos. "O nível de atividade seria afetado, teríamos um PIB (Produto Interno Bruto) menor e também menos oferta de emprego", ponderou. Segundo ele, o dólar mais baixo tem efeitos benéficos para a inflação.

Para o economista, o governo brasileiro deveria abrir mais a economia para evitar a valorização do real, reduzindo as tarifas de importação.

Segundo ele, países com maior grau de abertura econômica têm maior crescimento e emprego. "Nós importamos 9% do PIB, enquanto a média dos emergentes é de 30%", ressaltou. Blanche acrescentou, contudo, que essa redução deve ser feita de forma gradual e não abrupta, como a realizada pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello.

"Os setores que demandam do governo proteção são os menos competitivos. Isso resulta em produtos mais caros e menos eficientes", disse Blanche.

O consultor também criticou Pochmann por ter defendido a continuidade do aumento das reservas internacionais e a criação de um fundo soberano de investimentos pelo governo. Para ele, o custo das reservas é elevado e o Brasil está acumulando divisas desnecessariamente. Ele classificou de "mirabolante" a proposta de criação do fundo, que não serviria para o momento atual da economia brasileira, mas para países com superávits persistentes nas contas externas.

Na quarta-feira, Pochmann disse, em entrevista ao **Estado**, que a taxa de câmbio está afetando as exportações brasileiras e o governo não deveria ter permitido que chegasse ao nível em que se encontra. O presidente do Ipea citou medidas que podem ser adotadas, que vão desde a tributação do capital externo a restrições ao seu ingresso. ●

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Governo federal é grande braço do MST", publicada no jornal **O Liberal**, em sua edição de 20 de abril de 2008.

A matéria destaca que quatro ministérios do governo Lula, já pagaram ao MST R$8 milhões a titulo de convênios e que só o banco do Brasil financiou um curso de lideranças em Brasília no valor de R$50 mil reais. Segundo a matéria, 80 % dos recursos que financiam as ações do MST vêm do Governo federal.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo federal é grande braço do MST

R$ 8 milhões vêm principalmente de convênios com quatro ministérios

THIAGO VILARINS
Da Sucursal

Os métodos duros e agressivos utilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foram novamente colocados em prática durante a semana. Na última quinta-feira, 17, sob a cortina do aniversário dos doze anos do massacre de Eldorado dos Carajás, 17 Estados, além do Distrito Federal, sofreram ações coordenadas do movimento. Ao mesmo tempo, por diversas regiões do País, eram registrados atos como invasão de praças de pedágio, ocupação de hidrelétrica e de agências bancárias, caminhadas, bloqueio de estradas, entre outros. No Pará, o radicalismo do MST escolheu a mineradora Vale como vítima. A sede da empresa foi invadida, em Belém, e a estrada de ferro dos Carajás, em Parauapebas, ficou interditada pelos militantes durante oito horas.

As ofensivas do MST já não são novidade. O chamado "Abril Vermelho" é anunciado há tempos. No entanto, toda a estrutura por trás dos ataques simultâneos, como estes verificados no dia 17 de abril, chamam a atenção por requererem um investimento muito alto.

Movimento mantém duas universidades corporativas para treinamento

O caixa milionário do MST, além de manter tanta gente em acampamento, promover ocupações nas mais distintas regiões do País, manter funcionários e militantes assalariados, ainda treina incessantemente os integrantes do seu quadro através das duas "universidades corporativas" que mantêm. Uma fica em Santa Catarina, no município de Caçador, e a mais recente delas, a Escola Nacional Florestan Fernandes, no município de Guararema, em São Paulo. Concluída em janeiro de 2005, a obra teve o valor de R$ 7,4 milhões.

Mas o destino do dinheiro do MST não se limita à manutenção dessa estrutura. O movimento também diversifica suas atividades econômicas e passa a investir em outros ramos do mercado. Um dos exemplos é a destilaria Pitanga, que produz cachaça na Bahia, com foco na exportação para Itália e Alemanha.

Outro segmento descoberto pelos coordenadores do MST foi o turismo rural. Denominada de Turismo Solidário (MSTur), a agência consiste em organizar visitas a assentamentos, onde são oferecidos festas e churrascos. A diversificação de negócios faz encobrir a bandeira socialista pregada pelo movimento. "O MST enfrenta um inimigo produzido pela própria organização: os sem-terra, após se tornarem donos das áreas, passam a defender a propriedade privada e, por decorrência, tornam-se capitalistas, passando a discutir sobre capital de giro, geração de caixa e lucro", afirma a socióloga Sandra Silva.

Consultada, a assessoria de imprensa do MST limitou-se a dizer que os recursos são oriundos da contribuição dos trabalhadores acampados e de doações de entidades simpatizantes ao movimento. O LIBERAL apurou e conseguiu identificar as principais fontes. De acordo com o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, deputado federal Raul Jungmann (PPS/PE), as contribuições exercem fim basicamente duas origens. Uma delas são as doações de igrejas, principalmente a Igreja Católica progressista, e de ONGs internacionais.

Governo cai na chantagem do MST e acaba financiando ameaças

Já o grande braço do MST, apontado pelo ex-ministro, é o setor público, principalmente o governo federal. "Eu diria que, aproximadamente 80% são recursos públicos das esferas governamentais e 20% vêm de outros recursos externos", destaca o deputado.

Esse dinheiro do governo federal é repassado, principalmente, através de convênios com quatro ministérios: Desenvolvimento Agrário, Educação, Saúde e Trabalho. Por ano, o movimento tem acesso a verbas próximas de R$ 8 milhões. São recursos, na maioria dos casos, para treinamento e assistência técnica nos assentamentos. Entretanto, a pasta do Desenvolvimento Agrário nega qualquer repasse ao MST, sob a alegação de que o movimento não tem titularidade jurídica. Para que o dinheiro chegue ao MST, Jungmann explica quais são as formeiras. "A primeira é a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), que é um braço cooperativista do MST. É para onde o dinheiro vai primeiro, para depois escorrer para o MST. A outra é a Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), que cuida da assistência técnica, e que também recebe milhões", aponta.

Uma terceira fonte de recursos públicos, apontada pelo deputado, são os próprios assentamentos. Todos assentados são obrigados a dar um dízimo. A cobrança é de 1% do que é produzido nos assentamentos. O MST ainda cobra um "pedágio" de 3% na liberação de empréstimos para a agricultura familiar ou para projetos habitacionais. "Quem é assentado pelo MST, pela vida afora, tem que pegar um pedaço de sua renda, do recurso que ele recebe do Governo Federal, e repassar ao MST. Esses são os ralos por onde corre dinheiro público para o Movimento Sem-Terra, ainda que ele não exista institucionalmente", aponta.

Raul estima que o volume financeiro movimentado anualmente pelos sem-terra, contando apenas a parte dos repasses federais, chega próximo a R$ 80 milhões. "Quando se soma tudo dá uma cesta boa. Quem sustenta o MST é o governo federal, os governos estaduais e municipais. Estes são os grandes sustentadores e mantenedores do MST". Ele justifica que os governos caem na chantagem do MST e acabam patrocinando as ameaças do movimento. "Se dá basicamente de uma única forma. O MST pressiona, invade, faz toda uma agenda de manifestações, muitas delas agressivas. Isso acaba resultando na obtenção de dinheiro público. O governo faz isso para apaziguar. Faz convênio para acalmar o movimento. Mas apazigua só naquele momento. Depois o MST volta com mais força, porque ele usou aqueles recursos para ampliar a sua capacidade de intervenção e expressão. É um ciclo que, se não for cortado radicalmente, termina-se sendo engolido. É o que está acontecendo hoje com o Governo Federal", explica.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com imensa dor que desejo aqui registrar a morte de Demócrito Rocha Dummar, ocorrida no dia 25 de abril. Tive o privilégio de conhecê-lo, de conhecer a sua exemplar família e o fantástico trabalho por ele realizado à frente do complexo de comunicação ***O Povo***, que ganhou novas dimensões durante sua administração inspirada.

Nas relações pessoais, assim como nas profissionais e mesmo nas políticas, desenvolveu um estilo próprio. Suas marcas eram o diálogo, a simplicidade e a humildade, demonstrada por sua abertura a ouvir com atenção os interlocutores e a acolher sugestões. Tratava a todos com gentileza, senão com carinho. Embora se dissesse tímido, conseguia prender a atenção de empresários, políticos, intelectuais estudantes. Era antes de mais nada uma pessoa apaixonada. Apaixonada pela mulher Wânia e pelos filhos, apaixonada pelo seu jornal, apaixonado pelo que considerava sua missão.

Era também um desbravador, sempre buscando novos e generosos projetos, mas questionando permanentemente os amigos sobre a viabilidade dessas idéias. O jornalismo entrou cedo em sua vida e marcou-o até o fim. Conduzir **O Povo** foi o grande desafio de sua vida.

Sob seu comando, o jornal precisou adaptar-se a novos tempos. Os veículos impressos vêm, há décadas, sofrendo o impacto representado por competidores de peso, drenando as verbas publicitárias. Sofreu primeiro a concorrência do rádio e depois, com muito maior peso, da televisão, Hoje a TV recebe quase 60 por cento da receita de publicidade do país, embora os jornais tenham voltado a ampliar sua parcela. Viria enfim novo desafio, o surgimento da Internet.

Demócrito Rocha Dummar percebeu com clareza esse quadro. Cito aqui novamente suas próprias palavras, ao refletir sobre os 80 anos de **O Povo**. "Antigamente", diz ele, "o jornal pensava com a lógica de cada dia. Por conta disso, nos tempos modernos as notícias podiam chegar a cada dia até ultrapassadas. Na era da sociedade do conhecimento tivemos que reaprender a editar. O surgimento de novos meios implica a descoberta de novas formas se, contudo, perdermos contato com o essencial de sua antiga feição". A partir daí, chega a uma conclusão que me parece resumir toda essa moderna conceituação: "nós, fazedores de jornal", somos eternos aprendizes".

Demócrito foi um dos fundadores da Associação Nacional de Jornais, onde se destacou como defensor permanente da modernização da indústria jornalística, desejando sempre identificar os jornais com os temas mais importantes da cidadania, sobretudo da educação. Tinha como prioridade absoluta o estímulo ao hábito da leitura e ao uso dos jornais como instrumentos pedagógicos em sala de aula.

Sabemos que os melhores jornais são os que mais se aproximam da comunidade, abordando as questões que refletem interesses mais profundos dos seus cidadãos. Demócrito sempre teve isso muito claro. Por isso mesmo fazia do seu jornal uma expressão autêntica dos cearenses, seus problemas, anseios e desafios. Muito mais do que empreendimento empresarial, fazer jornal era para ele um ato de cidadania.

Conseguiu enfrentar os desafios e transformar **O Povo** – veículo historicamente marcado pelo pioneirismo de seus dirigentes – em um verdadeiro grupo de comunicação, que investiu e investe em diversas mídias. Conseguiu ainda proporcionar sinergia entre elas. Assim é que, além de **O Povo**, o grupo conta com emissoras de rádio e, agora, de televisão, sempre voltadas para a informação, além de importantes operações na internet. Costumo dizer que Dummar cumpriu como ninguém o compromisso com a modernidade que marcou **O Povo** desde sua fundação, por inspiração do fundador Demócrito Rocha.

Demócrito Dummar sempre considerou **O Povo** uma extensão de sua família. Foi, assim, um guardião das melhores tradições do jornalismo cearense e de sua empresa. **O Povo**, Fortaleza e o Ceará eram suas paixões. No entanto, gosto de lembrar que a figura de Demócrito apresentava muitas dimensões.

Não era apenas jornalista e empresário, comunicador de visão. Era também um intelectual respeitado. Encontrava no conhecimento, em especial nos livros, a inspiração para seus projetos. Cultivava com carinho uma especial biblioteca. Acumulava e organizava livros, devorando-os permanentemente. Nas viagens ao exterior, costumava freqüentar livrarias para encontrar novidades e reforçar seu acervo. Não se concentrava em um ou dois temas, mas dedicava-se a múltiplas áreas, sempre interessado em conhecer cada vez mais.

Herdou do avô, Demócrito Rocha, herdou o gosto pela poesia pela filosofia. Inspirava-o o pensamento da Grécia Antiga, como ponto de partida para uma visão muito singular. Via a filosofia como um poderoso instrumento que o ajudava a compreender o mundo contemporâneo e inspirar novas propostas. Contava com o respeito e a familiaridade de intelectuais importantes, com quem costumava trocar idéias.

O vértice de seu pensamento, porém, sempre foi nosso Ceará. Preocupava-se em manter viva a memória das pessoas que pensavam o Estado. Nesse sentido tomou importantes iniciativas, como desenvolver, por meio da Fundação Demócrito Rocha, a coleção Clássicos Cearenses.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a morte de Demócrito Rocha Dummar foi sentida por amigos de todo o país e causou extrema comoção no Ceará. Seu velório foi realizado durante toda a manhã do último sábado, na Assembléia Legislativa. Antes de seguir para o cemitério onde seria sepultado, o cor-

po foi levado, por volta do meio-dia, para os jardins da sede do jornal ***O Povo***. Autoridades, empresários, parlamentares, as mais representativas figuras do Ceará compareceram de forma maciça à Assembléia Legislativa e acompanharam o corpo. Coroas de flores estavam dispostas desde a entrada do edifício do Legislativo até o local onde o caixão ficou disposto, em frente à entrada do Plenário. Foi maciça a presença, entre os muitos amigos, jornalistas de Demócrito, dos funcionários do Grupo de Comunicação **O Povo** e de simples admiradores do seu marcante trabalho.

Quero aqui manifestar meu pesar. Senti a morte de Demócrito, em primeiro lugar, como de um amigo, de alguém muito próximo. Senti sua morte, ainda, porque ela representa o desaparecimento de um ser humano intenso, capaz de carinho, de amor, de solidariedade. Preocupa-me sua ausência. Demócrito tinha grande importância em nosso firmamento político e empresarial. Exercia forte poder de aglutinação, pois não se prendia a disputas menores e pensava sempre nos grandes temas de nossa comunidade. Também nesse sentido fará uma falta imensa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 23 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

30-4-2008 – Quarta-feira

10h30 – Entrega dos relatórios setoriais – Senador Cristovam Buarque
Gabinete da Presidência do Senado Federal

13h30 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Plenário do Senado Federal

16h – Ordem do dia – Sessão deliberativa do Senado Federal
Plenário do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 830 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009411/90-9,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 194, de 1990, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 08 de setembro de 2001, DAVID PEREIRA PIRES, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo", prevista no artigo 517, inciso IV, da Resolução SF nº 58, de 1972, pela vantagem "Quintos" prevista no artigo 1º, da Resolução (SF) nº. 74, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de abril de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) (7)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (9)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (9)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) (12)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (10)	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) (3)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL (11)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:
1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (Sem Partido-) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
2. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
VAGO
Maioria (PMDB)
Senador José Nery (PSOL) (1)

Notas:
1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) (1)
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7)	5. VAGO (4)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Cícero Lucena (Sem Partido) (6)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB (5)	
João Vicente Claudino	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:
1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (Sem Partido) (6)	1. VAGO

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) (1)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO (2)	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (7)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (Sem Partido) (8)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (6)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) (2)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) (5)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB (4)	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) (9)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (10)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO (5)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (7)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (Sem Partido) (6)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (8)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:
1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (6)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) (4)	5. Papaléo Paes (PSDB) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em conseqüência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)
RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (12)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (11)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) (10)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
VAGO	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) [2]	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) [3]
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO [1]	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (1)	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (5)

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:
1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) (9)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO (4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (5)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (1)
Virginio de Carvalho (PSC) (8)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (7)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (6)	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (Sem Partido) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO (3)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:
1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO (1)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:
1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Geovani Borges (PMDB) (7)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (Sem Partido) (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (5)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 120/08-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) (6)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (8)	
Carlos Dunga (7)	1. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (Sem Partido) (3)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (6)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (5)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) (4)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (2)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1°, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
VAGO	
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria

Atualização: 09/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) (3)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) (6)	2. Fátima Cleide (PT-RO) (4)
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) (2)
João Vicente Claudino (PTB-PI) (1)	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) (7)	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (Sem Partido-) (8)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) (10)
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) (9)	

Atualização: 17/04/2008

Notas:
1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) (2)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:
1. Eleitos em 21.06.2007
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (VAGO) [4]

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)[2]

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)[2]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3](PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago)[1]
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

[1] Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

[4] Vago em virtude de renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada mediante o OF. P/034/2008, de 14.04.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[1]

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[1] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º SECRETÁRIO** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka	a (PMDB-MS)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	**4º SECRETÁRIO** Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

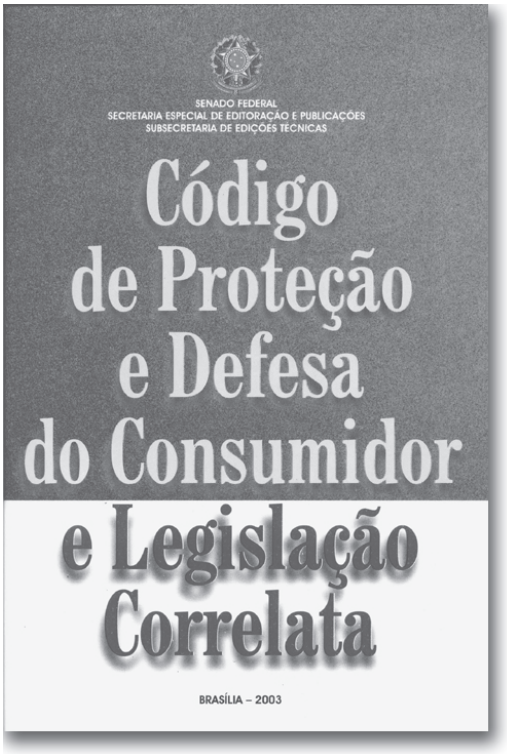
Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS